

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

JULIA DE SOUZA CORNE

**“UM FOGUINHO NASCENDO, UMA SEMENTINHA PLANTADA”: o debate
da questão indígena no Serviço Social brasileiro**

FRANCA

2023

JULIA DE SOUZA CORNE

“UM FOGUINHO NASCENDO, UMA SEMENTINHA PLANTADA”: o debate da
Questão Indígena no Serviço Social brasileiro

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social – PPGSS da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Franca, para obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

Área de concentração: Serviço Social.

Linha de pesquisa:

FRANCA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

C813"	Corne, Julia de Souza "Um foguinho nascendo, uma sementinha plantada": : debate da questão indígena no Serviço Social brasileiro / Julia de Souza Corne. -- Franca, 2023 165 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientador: José Fernando Siqueira da Silva 1. questão indígena. 2. questão social. 3. serviço social. 4. indígena. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Os (as) assistentes sociais necessitam ter uma formação capaz de subsidiar a análise crítica da situação de violência que vivem esses brasileiros nativos, devem, também em respeito ao Código de Ética profissional – que defende os princípios da liberdade, da defesa dos direitos humanos, da democracia, da justiça social e da não discriminação –, participarem da luta indigenista em busca da garantia dos direitos indígenas e da demarcação de terras, já que esta questão, ainda que tenha importantes particularidades que a demarcam na sociedade do capital na América Latina, é fortemente influenciada na sociabilidade atual pelo avanço do capital sobre os territórios, inclusive os territórios indígenas. Esses questionamentos, assim como a pesquisa e a investigação sobre esse tema, são de suma importância em um momento em que as políticas de seguridade social estão sendo ameaçadas, assim como os direitos dos povos indígenas. Estudar a condição de vida e o acesso às políticas públicas dos indígenas é uma forma de dar visibilidade e força a luta dos povos originários, que carregam com eles grande parte da cultura e diversidade do nosso país, além de possibilitar a busca por melhorias e soluções acerca do atendimento Estatal a essa população.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

Social workers need to have training capable of supporting a critical analysis of the situation of violence that these native Brazilians experience. , they must, also in respect for the professional Code of Ethics – which defends the principles of freedom, the defense of human rights, democracy, social justice and non-discrimination –, participate in the indigenous struggle in search of guaranteeing indigenous rights and land demarcation, since this issue, although it has important particularities that demarcate it in the society of capital in Latin America, is strongly influenced in current sociability by the advance of capital over territories, including indigenous territories. These questions, as well as research and investigation on this topic, are extremely important at a time when social security policies are being threatened, as are the rights of indigenous peoples. Studying the living conditions and access to public policies of indigenous people is a way of giving visibility and strength to the struggle of original peoples, who carry with them a large part of our country's culture and diversity, in addition to enabling the search for improvements and solutions about State assistance to this population.

JULIA DE SOUZA CORNE

“UM FOGUINHO NASCENDO, UMA SEMENTINHA PLANTADA”: o debate da
Questão Indígena no Serviço Social brasileiro

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de pesquisa: Trabalho, Capitalismo e Processos Sociais. Banca Examinadora

Presidente: _____

Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva (FCHS/UNESP)

1º Examinador(a): _____

Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso (FCHS/UNESP)

2º Examinador(a): _____

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral

3º Examinador(a): _____

Profa. Dra. Fernanda de Oliveira Sarreta

4º Examinador(a): _____

Dra. Elizângela Cardoso de Araújo Silva

Franca, 26 de setembro de 2023

AGRADECIMENTOS

Finalizar esse processo representa, para mim, um sonho realizado. Definitivamente, a trajetória trilhada até aqui não foi fácil, principalmente considerando o contexto de uma pandemia mundial. Assim, a companhia, a torcida e a ajuda de pessoas amadas se fizeram primordiais nesse processo. Assim agradeço:

À espiritualidade que me acompanha e me guia em todos os momentos de minha vida.

Aos meus pais, por serem meu suporte e minha base, sou quem sou porque vocês são quem são, nada disso seria possível sem esse apoio. Amo vocês e sou eternamente grata.

À minha família pela torcida e incentivo.

Ao meu companheiro de vida, Luís Fernando, por ser meu fã número um e meu porto seguro. Te amo infinito.

Aos que posso verdadeiramente chamar de amigos, obrigada por estarem comigo na vida além do mestrado. Joice e Mariel, obrigada por estarem sempre disponíveis, para ajudar, para incentivar ou para oferecer conforto nos momentos mais difíceis.

Aos colegas que comigo dividiram esse processo de formação, principalmente minha companheira Amábile, obrigada pelo apoio mútuo. Por ser ouvido e suporte em todas as vezes que somente nós poderíamos entender o que estávamos sentindo.

Aos coletivos que me formam e me fortalecem, principalmente a Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, pelos espaços de troca e aprendizado.

A todos os assistentes sociais indígenas, principalmente os que concordaram em participar desse estudo, por abrirem caminhos.

Ao meu orientador e conselheiro José Fernando, por estar sempre presente e por ter marcado essa experiência de forma tão positiva.

Aos professores que participaram do meu processo formativo durante esse período e aos professores que concordaram em fazer parte de minha banca, obrigada pelo carinho e pelas considerações.

Ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UNESP, pela oportunidade de avançar nos meus estudos.

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida durante todo esse período.

A todos que lutam pelos direitos dos povos indígenas no Brasil.

RESUMO

Esse projeto tem como objetivo refletir acerca da discussão da temática indígena no Serviço Social. À medida que o Brasil historicamente promoveu um verdadeiro genocídio das comunidades indígenas, no contexto atual é fundamental debater a questão e pensar como a categoria profissional tem se portado diante as suas demandas e necessidades; um debate que pressupõe o reconhecimento da cidadania desses povos e a relevância do acesso aos seus direitos sociais. Neste estudo, far-se-á um levantamento de teses e pesquisas – produzidos pelos órgãos representativos da profissão e pelos profissionais e estudantes da área –, para verificar a existência, o teor e a profundidade dos debates feitos pela categoria sobre a temática. A pesquisa também se propõe realizar entrevistas com profissionais do Serviço Social indígenas, com o objetivo de apontar perspectivas e revelar/analisar experiências sobre as duas bases temáticas centrais do estudo: O Serviço Social e a Questão Indígena.

Palavras-chave: Questão indígena; Questão Social; Serviço Social; indígenas.

ABSTRACT

This project aims to reflect on the discussion of the indigenous theme in Social Work. As Brazil has historically perpetrated a true genocide against indigenous communities, it is essential in the current context to debate this issue and consider how the professional category has responded to their demands and needs. This debate presupposes the recognition of the citizenship of these peoples and the relevance of access to their social rights. In this study, a survey of theses and research produced by representative organizations of the profession, as well as by professionals and students in the field, will be conducted to assess the existence, content, and depth of the debates carried out by the category on the subject. The research also aims to conduct interviews with indigenous Social Work professionals to highlight perspectives and reveal/analyze experiences regarding the two central thematic bases of the study: Social Work and the Indigenous Question.

Keywords: Indigenous Question; Social Issue; Social Work; indigenous.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO 1. COLONIALISMO E CAPITALISMO DEPENDENTE: SUBSÍDIOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIA INDÍGENA	16
1.1 ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA E LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	16
1.2 AS BASES DA ECONOMIA COLONIAL NO BRASIL	21
1.3 NOTAS SOBRE IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA E ECONOMIA AGROEXPORTADORA: CAPITALISMO MONOPOLISTA E PERIFERIA DO CAPITAL	24
1.4 A DITADURA CÍVICO-MILITAR EMPRESARIAL (1964-1985) E SEU LEGADO	32
1.4.1 As décadas que antecederam os anos 1960: observações pontuais	33
1.4.2 O Relatório Figueiredo e suas contradições	36
1.4.3 Relatório da Comissão Nacional da Verdade e suas denúncias	40
1.5 A ABERTURA DEMOCRÁTICA E OS POVOS INDÍGENAS: OS GOVERNOS EM TEMPOS DE DEMOCRACIA POLÍTICA	44
1.6 O GOVERNO BOLSONARO E OS POVOS INDÍGENAS.....	46
1.7 A RESISTÊNCIA INDÍGENA	56
2. O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO INDÍGENA.....	61
2.1. DOCUMENTOS E TEXTOS PUBLICADOS PELO CONJUNTO CFESS/CRESS, ABEPSS E ENESSO.....	61
2.2 SUMARIANDO A PRODUÇÃO DE PESQUISADORAS (ES), PROFISSIONAIS E ESTUDANTES SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL	76
2.3 A ARTICULAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	86
3. DIÁLOGO COM PROFISSIONAIS INDÍGENAS SOBRE OS AVANÇOS E BARREIRAS NA ARTICULAÇÃO DA PROFISSÃO COM A QUESTÃO INDÍGENA.....	97
3.1. RETOMANDO ELEMENTOS DA PESQUISA REALIZADA	97

3.2. SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL CONHECER E ESTUDAR A QUESTÃO INDÍGENA.....	101
3.3. AS PRODUÇÕES DE CONTEÚDOS TEÓRICOS NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL: A CATEGORIA PROFISSIONAL TEM SE DEDICADO AO ESTUDO DA TEMÁTICA INDÍGENA?	104
3.4. POPULAÇÃO INDÍGENA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA.....	110
3.5. OS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DA CATEGORIA (CONJUNTO CFESS/CRESS E ABEPSS/ENESSO) E QUESTÃO INDÍGENA: QUAL A QUALIDADE DO DEBATE EMPREENDIDO?.....	121
3.6. A ARTICULAÇÃO BRASILEIRA SERVIÇO SOCIAL E POVOS INDÍGENAS E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	124
3.7. AVANÇOS E DESAFIOS/LIMITES SOBRE O DEBATE DA QUESTÃO INDÍGENA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.....	127
3.8 OUTRAS CONSIDERAÇÕES INDICADAS PELAS (OS) INFORMANTES.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE	154
ANEXOS	155

INTRODUÇÃO

Esse estudo se apresenta como resultado da identificação e aproximação da autora com o estudo da temática indígena. Desde a graduação, tem se dedicado a estudar a questão indígena no Serviço Social e se surpreendeu quando se deu conta da escassez de materiais e discussões acerca da temática na categoria profissional. Mesmo com as dificuldades, insistiu no processo e desenvolveu o seu trabalho de conclusão de curso sobre a temática da demarcação de terras.

Após ter sido aprovada no PPGSS da Unesp, o primeiro desafio encontrado, foi o de refletir sobre como abordar a questão indígena no Serviço Social de forma a dimensionar sua atual inserção junto às pautas e discussões da categoria profissional. Em meio a esse processo, entre passado pelas barreiras causadas pela pandemia do Covid- 19, que impediu a possibilidade de entrada dentro de terras indígenas para a realização de pesquisas, a autora foi apresentada a um coletivo que reunia assistentes sociais indígenas ou não indígenas que estudassem ou trabalhassem com a temática, posteriormente denominado Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas. Foi a aproximação com esse coletivo que permitiu o contato com diversos indígenas assistentes sociais e, através disso, foi possível perceber que essa seria a abordagem ideal para o estudo: a conversa com assistentes sociais indígenas e as suas perspectivas através da óptica do duplo pertencimento.

A partir disso, então, foi sendo construída essa pesquisa exploratória, com uma análise qualitativa, acerca do Serviço Social e sua aproximação com a discussão da temática indígena. Através de uma base teórico crítica, a dissertação propõe pensar como o Serviço Social vem abordando a temática indígena em seus diversos espaços.

Como objetivo geral, o estudo se dedica a analisar o debate atual sobre a questão indígena no Serviço Social brasileiro, seus avanços e limites, tendo como marco histórico o projeto ético-político profissional construído a partir do legado das lutas sociais intensificadas no final dos anos 1970 e estruturado na segunda metade dos anos 1990. Como objetivos específicos estão listados:

- a) A verificação da existência e relevância de materiais produzidos pela categoria, a partir dos anos 2000, acerca da temática indígena, tendo como referência

documentos da categoria profissional (conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO) e alguns de seus eventos de maiores impactos na categoria;

- b) Identificar nestas produções-documentos as potencialidades e dificuldades encontradas pela categoria profissional para discorrer sobre a questão indígena;
- c) Conhecer a visão de profissionais indígenas e ou que debatem esta questão no Serviço Social brasileiro.

Assim, a pesquisa se construiu em três momentos que, articulados, tem como objetivo alcançar a proposta do estudo. Foram eles: A pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

Primeiramente, se faz importante destacar a intencionalidade da utilização do termo “questão indígena”. No presente trabalho, o termo foi escolhido para representar as distintas dimensões que se relacionam com os direitos, a identidade e aos territórios originários, que estão sendo amplamente afetados com o avanço capitalista. Os povos indígenas possuem, historicamente, uma relação ancestral com a terra ameaçada. Esse processo desencadeou-se a partir do período colonial, por meio da exploração econômica de recursos naturais, além da marginalização de sua cultura e do processo de assimilação. Dessa maneira, a expressão “questão indígena” busca resgatar esse processo, expressando as consequências e as mazelas da aplicação do modo de produção capitalista maduro junto aos indivíduos e comunidades indígenas no Brasil.

O primeiro capítulo, então, se caracteriza pela estrutura teórica, estabelecida de forma a conduzir o leitor a compreender a importância do estudo da questão indígena no serviço social. A construção desse capítulo foi feita utilizando-se, na maioria das oportunidades, autores clássicos, com viés metodológico relacionado à teoria marxista e seus estudantes, que atualizam a teoria para os tempos atuais. Se faz importante destacar que são poucos os materiais encontrados sobre a temática na categoria, se tornando mais raros ainda os que seguem esse viés teórico. Dessa forma, a autora fez uma tentativa de construir um caminhar teórico que fosse capaz de compreender como a questão indígena e os problemas que a ele se ligam nos dias atuais estão relacionados com o processo capitalista no Brasil e no mundo. Salienta-se que parte do conteúdo que compõe o capítulo foi anteriormente publicado pela autora em anais de

eventos e periódicos, como forma de colaboração com a discussão na área do serviço social, tendo sido os pontos 1.1 e 1.2 publicados publicadas em forma de artigo nos anais do IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios contemporâneos, no ano de 2022 e os pontos 1.4 e 1.7 publicados no periódico “Serviço Social em Revista”, volume 25, número 2, sob a orientação do professor Dr. José Fernando Siqueira da Silva.

Em um primeiro momento, se estabelece um debate acerca da lei geral da acumulação capitalista e do processo originário de acumulação de capital, assim como a abordagem sobre as bases do sistema colonial no contexto brasileiro. Essas discussões possibilitam compreender o processo inicial da acumulação capitalista e como ele determina as bases nas quais se estabelecerá a economia brasileira e como isso impacta direta e indiretamente no trato da questão indígena. A autora explora a ideia, construída por Marx, de que o processo inicial de acúmulo de capital foi, na realidade, um processo de expropriação, onde os trabalhadores foram retirados de seu meio de produção, a terra, e submetidos a venda de sua força de trabalho como única fonte de subsistência. No Brasil, esse processo se dá a partir do colonialismo, que, de diversas maneiras, escravizou, violentou e dizimou um número imensurável de povos e comunidades indígenas.

Seguindo, o capítulo analisa o caráter dependente que o Brasil apresenta em relação a sua posição na economia mundial, abordando as ideias do Imperialismo, em Lênin e o desenvolvimento da agro economia exportadora, hoje representada pelo agronegócio, que a cada dia cresce com mais força como categoria política e econômica. Nesse sentido, o capítulo conduz um raciocínio que busca explorar como o Brasil se insere na economia internacional como exportador de mercadorias de origem primária e como esse local, que mesmo sendo de dependência é incentivado pela burguesia nacional, se relaciona com o processo de genocídio indígena que se dá nos tempos atuais.

Ainda no capítulo 1, como forma de compreender a história e a resistência indígena na cronologia nacional, são abordados três momentos importantes: O processo colonial em suas bases, a ditadura cívico militar e os quatro anos do governo de Jair Messias Bolsonaro. Esses eventos não abrangem toda a história indígena no Brasil, mas com eles é possível compreender de maneira geral a luta dos povos indígenas no Brasil e como ela se deu em diferentes períodos e assim conseguir desenvolver uma análise crítica acerca de seus desdobramentos e sua relação com o Serviço Social.

No segundo momento do estudo, foram levantados, coletados e analisados materiais documentais, especificamente os documentos emitidos pelos órgãos representativos da categoria (conjunto CFESS, CRESS, ENESSO e ABEPSS) sobre a temática indígena, a fim de verificar a existência e a relevância e o aprofundamento da discussão sobre o assunto. Consideraram-se para análise todos os documentos que se propuseram a discutir a questão indígena diretamente ou a questão étnico-racial de forma a abordar principalmente a questão indígena, documentos estes publicados a partir do final dos anos 1990 com a promulgação do projeto ético-político profissional. Também foram levantados os trabalhos e produções acadêmicas produzidos pelas alunas(os) e profissionais do Serviço Social e submetidos a grandes eventos científicos da categoria. Foram considerados para o estudo os trabalhos que contiverem, em seu conteúdo, os termos “indígena (s)” e “povos originários”.

O terceiro momento, de pesquisa de campo, teve como objetivo mapear, contatar e entrevistar assistentes sociais indígenas, que fossem atuantes e\ou estudantes na área do Serviço Social, a fim de escutá-las (os) sobre a aproximação, ou sua inexistência, da ação e formação profissional com a temática indígena. A escolha de profissionais indígenas se deu pela possibilidade de somar ao trabalho a visão de indivíduos que tenham vivência nos dois âmbitos centralmente abordados pela pesquisa: o Serviço Social e a Questão indígena. Cabe destacar que as entrevistas com esses indivíduos só foram possibilitadas por conta da existência de um coletivo que reúne assistentes sociais indígenas ou que trabalhem ou estudem o tema, a Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas. O grupo, que se encontra periodicamente para discutir questões relacionadas ao assunto, reúne uma rede de profissionais de diversos cantos do Brasil que se encaixam previamente com o perfil buscado pela pesquisa. Todos (as) participantes foram orientados (as) acerca das protoformas e objetivos da pesquisa e assinaram o TCLE (modelo em anexo). As entrevistas foram feitas de forma virtual, através de plataformas digitais, tendo sido previamente agendadas e tiveram seu conteúdo gravado, transcrito, enviado aos participantes para conferência de conteúdo e só então sistematizados e analisados. A análise de todos os dados foi feita de forma a considerar o contexto sociopolítico nacional e mundial e buscou compreender a totalidade dos fatos apresentados, sempre relacionando-os com as condições proporcionadas pelo sistema econômico vigente.

Dentre as questões propostas aos informantes e a partir das respostas e relatos adquiridos, foi possível discorrer e refletir acerca de diversos assuntos, como: O fazer do Serviço Social junto a populações indígenas, a importância do estudo da temática pela categoria, a formação profissional, a importância dos órgãos representativos da categoria nessa

luta, dentre outras abordagens.

Assim, de maneira geral, esse estudo faz um paralelo entre a questão indígena e o serviço social, analisando sua atual interação afim de refletir e desenvolver alternativas para a ampliação dessa relação. Através de uma abordagem crítica e considerando suas limitações, esse estudo pretende colaborar com a discussão da temática indígena na categoria, contribuindo para o amadurecimento e a ampliação dessa pauta.

CAPÍTULO 1 - COLONIALISMO E CAPITALISMO DEPENDENTE: SUBSÍDIOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIA INDÍGENA

“Por quererem possuir todas as mercadorias, foram tomados de um desejo desmedido. Seu pensamento se esfumou e foi invadido pela noite. Fechou-se para todas as outras coisas. Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puderam a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios. Começaram onde moravam seus antepassados. Hoje já não resta quase nada de floresta em sua terra e não podem mais beber a água de seus rios. Agora querem fazer a mesma coisa na nossa terra” (Davi Kopenawa).

Como forma de compreender a relação entre a questão indígena e o Serviço Social, esse primeiro capítulo desenhará uma base teórica para subsidiar essa discussão. Ainda que sumariamente, serão tratados aspectos relacionados ao colonialismo e sua moderna reedição sob as bases do imperialismo e dependência latino-americana, desenvolvidas ao longo do século XX, com o objetivo de traçar um caminho que seja capaz de subsidiar a análise do tema na atualidade, sua complexidade. Para tanto, foram eleitos três momentos de suma importância para o estudo da questão indígena brasileira ao longo da história: a) a tradição colonial e suas bases até 1930; b) a segunda república com destaque para os anos da ditadura cívico-militar (1964-1985), com seus desdobramentos para a redemocratização política do Brasil; c) e o momento mais recente, com destaque para o Governo Bolsonaro. Sob essas bases, esse estudo sustenta uma linha dissertativa que permite traçar as bases para a discussão específica envolvendo a categoria profissional das (os) assistentes sociais.

1.1 ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA E LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA¹

Ao abordar o conceito da, assim chamada, acumulação primitiva, Marx direciona uma crítica à economia política clássica e ao que ele chama de visões “idílicas” das bases históricas do surgimento do capitalismo. Nessa perspectiva irreal, a acumulação inicial necessária ao capitalismo é descrita como resultado de um processo no qual alguns grupos economizavam enquanto outros gastavam e desperdiçavam. Essa perspectiva, que supõe uma superioridade da

¹ O tópico que aqui se inicia, reproduz as reflexões da autora que foram publicadas em forma de artigo nos anais do IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios contemporâneos, no ano de 2022.

classe burguesa em comparação com a preguiça atribuída ao proletariado, é ironizada por Marx, conforme explicado por Virgínia Fontes (2018):

Marx ironiza a estranha suposição da existência de uma ‘acumulação prévia’, através da qual alguns teriam economizado – os capitalistas – enquanto a grande maioria não o fez, restando-lhe, portanto, assujeitar-se como trabalhadores aos primeiros. É ato de dominação de classes sugerir que os capitalistas são o fruto de gerações de parques e contidos, enquanto os demais lhes devem trabalho (Fontes, 2018, p.02)

Em *O capital*, no capítulo 24, Marx discorre acerca da assim nomeada Acumulação primitiva e sobre as dinâmicas que realmente fizeram parte da apresentação e estruturação do novo sistema, como: A exploração colonial, o doloroso processo de devastação e escravização na África, a aquisição de propriedades da Igreja e, acima de tudo, a sistemática expropriação dos (as) trabalhadores (as), notadamente aqueles (as) que habitavam áreas rurais. Esses trabalhadores (as) foram deslocados (as) de suas terras, perdendo a capacidade de produzir para sua própria subsistência e, como resultado, se viram compelidos a vender sua força de trabalho. O autor afirma que, se verdadeiramente existiu um processo de acumulação primitiva, ele se deu por meio da transformação do meio de vida dos (as) trabalhadores (as) em capital.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 2013, p. 961).

Nem sempre na história de produção e reprodução social o modo de vida esteve vinculado à venda da força de trabalho como forma mais comum de garantia de sobrevivência, assim como está habituada a sociedade atual. Por grande período da cronologia humana, a subsistência dos seres humanos estava vinculada à terra, em suas diferentes formas de propriedade. Nesse cenário, onde as pessoas tinham acesso à terra e, conseqüentemente, à produção de suas necessidades, o comércio não encontrava vez para sua existência e reprodução.

Observando essas bases, Marx nota que o capitalismo foi, e continua sendo, o responsável por criar as condições favoráveis para sua instalação e reprodução, principalmente no processo de sua gênese, já que, no contexto apresentado, o modo de vida colocado em prática pela população não dele necessitava. Assim, seria preciso criar as condições para que os homens

necessitassem do capital e do comércio e esse processo se deu pela separação entre os homens e suas terras, seus meios de subsistência. Esses indivíduos se viram obrigados a recorrer à venda de sua força de trabalho como a única opção viável para garantir sua própria sobrevivência. Esse processo histórico foi marcado por uma grande quantidade de violência e derramamento de sangue.

Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica (Marx, 2013).

Assim, conclui-se que o processo de acumulação originária nada mais foi do que um processo de expropriação de terras. E sobre tema, Marx reflete:

Como é que surge este fenômeno estranho de encontrarmos no mercado um conjunto de compradores possuidores de terra, de maquinaria, de matéria-prima e de meios de subsistência, coisas que, todas elas, salvo a terra no seu estado bruto, são produtos do trabalho e, por outro lado, um conjunto de vendedores, que não têm nada para vender exceto a sua força de trabalho, os seus braços e cérebros que trabalham? De que um conjunto compra continuamente em ordem a ter lucro e a enriquecer-se, enquanto o outro conjunto continuamente vende em ordem a ganhar a vida? A investigação sobre esta questão seria uma investigação sobre aquilo a que os economistas chamam “acumulação prévia ou originária”, mas que deve ser chamada expropriação originária. Verificamos que esta chamada acumulação originária não significa senão uma série de processos históricos, resultantes em uma decomposição da unidade originária existente entre o Homem Trabalhador e os seus Instrumentos de Trabalho. Semelhante investigação, contudo, fica além dos limites do meu assunto presente. Uma vez estabelecida a separação entre o Homem de Trabalho e os Instrumentos de Trabalho, semelhante estado de coisas manter-se-á e reproduzir-se-á em uma escala constantemente crescente, até que uma nova e fundamental revolução do modo de produção o derrube de novo e restaure a unidade originária em uma forma histórica nova. (Marx, 2002, p. 68).

Nos seus escritos, Marx (2013) observa o contexto histórico da Inglaterra e o processo de expropriação das massas camponesas inglesas, que se deslocaram para as cidades com o objetivo de vender sua força de trabalho como única alternativa de sobrevivência. Nesse cenário, ele observa um processo de modernização em pleno andamento, porém, esses

trabalhadores são impedidos de ter acesso às mercadorias e riquezas, mesmo que tenham contribuído para sua produção por meio de seu trabalho. Essa notável disparidade entre a produção abundante de riqueza e a significativa escassez de acesso dos trabalhadores a essas mercadorias leva Marx a vislumbrar a possibilidade de uma revolução do proletariado.

Como forma de compreender o processo colonial brasileiro a partir da compreensão do processo originário de acumulação capitalista, abordar-se-á, de forma introdutória, a discussão acerca da lei geral da acumulação capitalista, em Marx. Essas observações articulam-se às pontuações elaboradas no capítulo 24, anteriormente apresentadas, e essenciais para situar a realidade brasileira e latino-americana.

No capítulo 23 de seu escrito, *O capital*, Marx busca refletir acerca das consequências da acumulação capitalista sob a força de trabalho, principalmente sob os aspectos do emprego e do salário. Como fator inicial para compreender esse debate, se faz necessário entender a Composição do Capital, que se dá pela relação entre o capital constante (os meios de produção) e o capital variável (a força de trabalho), que pode ser expressada entre a razão entre as duas. Ou seja, a divisão entre o capital constante, expresso em termos de valor como a massa de meios de produção e o capital variável, expresso pela massa de salários pagos para os trabalhadores.

A partir disso, é possível caminhar para o entendimento sobre os efeitos da acumulação capitalista sobre as forças de trabalho, iniciando com o processo de acumulação em um cenário em que a composição do capital se mantém constante.

Imagina-se que ao final de um ciclo produtivo, o capitalista se utiliza do seu excedente (mais-valia) para investir em um próximo ciclo de forma a aumentar o acúmulo inicial, investindo mais que no período anterior. Consequentemente, essa ação gera uma procura maior por força de trabalho, o que por sua vez, gera um aumento dos salários dos trabalhadores (aumento de vagas para mão de obra e constante no número de indivíduos oferecendo mão de obra = aumento salarial), podendo causar, inicialmente, um efeito negativo a mais-valia, que acaba por diminuir, o que por consequência gera um menor investimento no próximo ciclo produtivo, que resulta na menor procura por força de trabalho, diminuindo os salários (muita oferta de mão de obra para pouca demanda = diminuição salarial). A diminuição dos salários por sua vez, gera um aumento nos lucros excedentes (mais-valia), dando início mais uma vez a esse ciclo.

Assim, diante desse processo cíclico, Marx conclui que o que deduz o nível dos salários é o ritmo da produção, de tal forma que os salários só podem crescer até o ponto em que não

impactem negativamente o processo acumulativo. Em suas palavras: “Expressando matematicamente: a magnitude da acumulação é a variável independente, o montante dos salários, a variável dependente, não sendo verdadeira a afirmação oposta” (Marx, p.252, 2013).

Porém, segundo Marx (2013), é extremamente improvável que a composição do capital se mantenha constante, tendo tendência a sempre aumentar, de acordo com os avanços da época. Nesse cenário, acontece um aumento da produtividade, o que pode gerar como efeito, o descarte de grande parte da força de trabalho, já que em cada ciclo cresce mais a substituição da mão de obra humana pelas máquinas. Esses trabalhadores que, aos poucos, vão sendo substituídos e descartados, ao crescerem em número, formam o que Marx chama de Exército Industrial de Reserva. Assim, os salários deixam de ser regulados pelo nível de acumulação e passam a ser regulados pelo tamanho da população relativa ao capital, ou seja, o exército industrial de reserva.

A procura de trabalho não se identifica com o crescimento do capital, nem a oferta de trabalho com o crescimento da classe trabalhadora. Não há aí duas forças independentes, uma influenciando sobre a outra. É um jogo de dados viciados. O capital age ao mesmo tempo dos dois lados. Se sua acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores [devido ao aumento da COC], “liberando-os”, ao mesmo tempo que a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecerem mais trabalho [via intensificação do trabalho e submissão a jornadas de trabalho mais longas], tornando até certo ponto independente a obtenção, a oferta de trabalho da oferta de trabalhadores. Nessas condições, o movimento da lei da oferta e da procura de trabalho torna completo o despotismo do capital (Marx, 2008a, p. 743-744).

A formação do Exército de reserva e dos diversos segmentos mais expostos e descartados da classe trabalhadora (detalhados por Marx na realidade inglesa do seu tempo histórico), é um processo necessário e inseparável do processo capitalista e, ao se desenvolver nos diversos ciclos do capital, ele se alimenta e oferece os subsídios para sua própria reprodução. Há de se destacar que o avanço crescente da produção capitalista transfere, proporcionalmente, como lembra Marx, uma massa de investimentos maior para o capital constante em detrimento ao capital variável, situação que tende a agravar a situação da classe trabalhadora.

Com o entendimento da Lei Geral da Acumulação Capitalista e da Acumulação Originária, se faz possível compreender de forma mais completa o processo brasileiro de formação capitalista e suas consequências aos povos indígenas no Brasil. Trata-se de processo muito particular, mas inserido nesse contexto no atual estágio da acumulação capitalista.

1.2 AS BASES DA ECONOMIA COLONIAL NO BRASIL²

Mesmo que seus estudos foquem no processo Inglês e nas particularidades da Inglaterra, Marx nota uma universalidade na reprodução do capital: Uma notável expansão na produção de riqueza que convive com uma significativa concentração de trabalhadores desapossados dos meios de produção, dependendo exclusivamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Assim, mesmo que se consiga relacionar a dinâmica observada no caso inglês a outros lugares, seria irresponsável e equivocado fazer uma transposição automática de ideias e conceitos de uma realidade à outra. É necessário que se considere as unicidades e particularidades do contexto sócio-histórico de cada local, para observar o decurso do capital e do processo de expropriação em cada um deles.

O processo que se deu no Brasil conta com singularidades históricas primordiais para sua compreensão, mas foi, sem questionamentos, um curso forjado pela agressividade, pelo derramamento de sangue e pelo esbulho de territórios.

O decurso europeu de transição dos sistemas feudal para o capitalista se destacou pela notável disparidade entre a extrema pobreza da população, que dependia da venda de sua força de trabalho a preços irrisórios como única fonte de sobrevivência, e a significativa concentração de riqueza na forma de metais preciosos. Nesse período, além da posse de terras, a acumulação de metais preciosos tornou-se um marcador importante de riqueza e poder nos territórios absolutistas, o que estimulou o advento das grandes navegações. O mercantilismo surgiu como um modelo econômico cujo objetivo primordial era a obtenção de excedentes econômicos baseados na aquisição de recursos naturais, com foco especial, mas não exclusivo, em metais preciosos. Isso frequentemente ocorria por meio da violência explícita ou legitimada pelo pacto colonial, que favorecia a acumulação de excedentes econômicos por meio de relações comerciais vantajosas, onde a venda era feita a preços mais altos do que os de compra, um traço característico da acumulação original do capitalismo. Essa abordagem impulsionava o mercado interno e incentivava a obtenção de superávits comerciais, o que marcou a chegada dos europeus ao continente americano.

Em primórdios do século XVI as grandes navegações eram atos de risco comercial em busca de metais, tesouros, especiarias e artigos luxuosos e também novos mercados

² O tópico que aqui se inicia, reproduz as reflexões da autora que foram publicadas em forma de artigo nos anais do IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios contemporâneos, no ano de 2022.

consumidores e mais rentáveis rotas de comércio. A posse e a sistematização dos territórios do chamado Novo Mundo eram desimportantes. Portugal só sentiu a demanda de proteger a costa brasileira quando precisou barrar que diferentes nações se apropriassem do Pau Brasil, usado na fabricação de lã, pelo seu pigmento, nas origens da produção capitalista na Europa.

Já em território Inglês, durante o feudalismo, apresentava-se a mão de obra servil, composta por camponeses habituados a lidar com a terra e os pontos necessários para sua reprodução. O movimento do capital em seu processo originário foi o de converter essa mão de obra do campo em mão de obra assalariada, voltada a confecção de mercadorias. No novo território, que se transformaria no Brasil, o cenário era diferente. Ali não se encontrava nenhuma classe de trabalhadores (as) servis a serem transformadas (as) em trabalhadores (as) assalariados (as). O modo de produção indígena, variando de forma distinta entre os diferentes grupos étnicos e indivíduos, estava principalmente direcionado para atender às necessidades de subsistência e perpetuação das comunidades. Em contrapartida, o sistema imposto pelos europeus tinha como principal objetivo a obtenção de vantagens econômicas, visando à transformação do modo de produção indígena em um sistema mercantil a serviço do capitalismo comercial. Esse processo ocorreu por meio da aplicação de violência e da subjugação dos povos nativos da região.

O povo nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável (Ribeiro, 2005, p. 23).

Na América Latina, as colônias europeias foram fundamentais ao processo de extração de metais preciosos que financiaram o processo de industrialização das metrópoles. O ouro retirado do Brasil foi primordial para que a Inglaterra investisse em suas fábricas e em suas tecnologias, que criaram as bases para a revolução industrial.

A descoberta da América, a circunavegação da África, ofereceram à burguesia ascendente um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial e o incremento dos meios de troca e das mercadorias, imprimiram um impulso desconhecido até então ao comércio, à indústria e à navegação, desenvolvendo rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição. A antiga organização feudal da indústria, em que era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena

burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante das divisões do trabalho dentro da própria oficina. (...) A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu, por sua vez, sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação e as vias-férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando ao segundo plano as classes legadas pela Idade Média (Marx, 1975, p.30).

Ainda sobre o período colonial, se deu na Europa, como consequência da grande escala de produção fabril, existia uma considerável acumulação de mercadorias, o que não se dava na colônia, já que, no período, a produção se desvinculava do processo de desenvolvimento nacional. As mercadorias obtidas ou produzidas nas colônias eram reservadas à metrópole.

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país (Prado, 2012, p. 29).

Distintamente dos casos europeus, a exploração de territórios brasileiros não encontra limites físicos para sua expansão, graças ao seu tamanho continental, ponto benéfico a continuidade do processo de expropriação. Se faz possível notar, assim, a evidente vinculação entre a invasão, a pilhagem e o esbulho dos territórios e populações americanos com a construção e o progresso do sistema capitalista. Esse encadeamento afetou diretamente os povos originários que habitavam as Américas, não excluindo o território brasileiro. Ainda assim, esse fato é comumente deixado de lado e ignorado no ensino da história nacional. É primordial compreender a questão indígena interligada ao processo de expropriação de terras.

A economia colonial que perdurou no Brasil durante todo o século XIX e deixou suas marcas na Primeira República (1889-1929), definitivamente sustentou-se na economia agroexportadora, na grande propriedade e no trabalho escravizado, ainda que modernizando-se permanentemente. A inserção de força de trabalho de imigrantes europeus mais intensamente a partir do final do século XIX, não alterou a estrutura criada pela economia colonial. Não solucionou, sob as condições do capitalismo monopolista, o legado racista/escravista e tampouco as históricas dívidas com os povos originários. Ao contrário, reafirmou a revolução burguesa, sobretudo a partir de 1930, considerada a tradição colonial.

1.3 NOTAS SOBRE IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA E ECONOMIA AGROEXPORTADORA: CAPITALISMO MONOPOLISTA E PERIFERIA DO CAPITAL

Compreendido como uma fase avançada do capitalismo, edificado a partir das condições da primeira grande crise capitalista (1873-1896), o imperialismo será abordado nesse estudo para além de sua dimensão econômica, sendo consideradas também suas dimensões cultural e política, que fortalecem e permitem a propagação das relações de desigualdade entre as nações. Diante dessa dimensão, a Teoria Marxista da Dependência aparece como forma de compreender, de maneira crítica, as bases das relações autoritárias entre os países centrais e periféricos. Se faz importante salientar que o arcabouço teórico que sustenta essas categorias é complexo e profundo e será abordado nas próximas páginas de forma simplificada e introdutória, suficientemente para que seja possível apresentar sua relação com a temática central deste estudo.

Lenin, em seu “Imperialismo - estágio superior do Capitalismo” (2012), desenvolve um estudo em busca do entendimento da nova fase da acumulação capitalista, como forma de fortalecer o debate político no movimento socialista internacional. O autor discorre acerca das novas formas de desenvolvimento capitalista a partir da ótica contextual da época, que tinha como plano de fundo a primeira guerra mundial (1914-1928) e a disputa entre as potências imperialistas. Durante o período, percebia-se grande aumento das lutas de classes.

Em um primeiro momento, Lênin introduz o imperialismo como uma nova etapa do capitalismo a partir da compreensão de que a concentração de capitais, assim como os monopólios, que inclusive já começavam a ultrapassar as fronteiras de cada país, representavam o início de um processo de substituição entre o capitalismo concorrencial para o imperialismo.

Nesse estágio, as empresas que atuavam anteriormente com autonomia, tendo a concorrência como uma das bases para seu sistema de lucro, passam a um novo estágio onde o controle sobre grandes setores se torna cada vez maior e os monopólios passam a dominar determinadas áreas, alterando de forma relevante a função da concorrência, resultando ainda mais na concentração de lucro e poder em poucas mãos. Destaca-se que o imperialismo não exclui a dinâmica da concorrência, apenas a transfere para outro âmbito, considerando o novo sistema dominado por monopólios.

O capitalismo em seu estágio imperialista, conduz praticamente à socialização integral da produção; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para uma nova ordem social, de transição, entre a mais livre concorrência e a completa socialização. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mentem-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o julgo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável (Lenin, 2012, p. 48).

É tão grande a dimensão da concentração, que os capitais se movem para o exterior, em um processo que colabora com a socialização da produção e com a avanço técnico-científico em certo ponto. Em meio a essa mudança, os bancos passam então a desenvolver uma nova função. Do mesmo modo que as indústrias, os bancos vão se fundir, não apenas entre eles, mas também com as grandes indústrias fabris.

À medida que os bancos se desenvolvem e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, eles convertem-se, de modestos intermediários que eram, em monopolistas onipotentes que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e de pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou muitos países (Lenin, 2012, p.55).

Assim, o crescimento dos monopólios industriais e sua interligação com o crescimento dos monopólios bancários reflete, por consequência, em sua união com o governo (Lênin,2012)

Inaugurava-se uma nova função dos bancos, a de centralizar num único organismo os recursos de miríades de capitalistas dispersos, convertendo-os em “capitalistas coletivos”, cujo controle e manipulação do crédito permitia expandir ou estrangular determinados setores da produção (Fontes, 2018, p. 106).

Segundo Lenin, o capital financeiro é produto da união entre o monopólio industrial e o monopólio bancário como fusão dos capitais que estas instâncias movimentam. Nessa dinâmica, o desenvolvimento industrial acaba sendo cada vez mais controlado pela oligarquia financeira.

O autor ressalta adicionalmente que, contrariamente ao que poderia ser presumido das rivalidades entre monopólios, não são essas competições que moldam os valores dos produtos. Em vez disso, o valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente requerido para a produção, e devido à notável redução desse tempo no contexto monopolista, resulta em um

excedente de lucro. Esse excedente, por sua vez, pode ser interpretado como uma forma de tributação imposta sobre toda a sociedade.

O capital financeiro, concentrado em poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme e que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos de Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas (Lenin, 2012, p. 82).

Conforme a economia capitalista se expande, esse excedente de capital se torna inativo para investimento em novos empregos capitalistas, visto que a acumulação em ritmo crescente gera um sobre lucro tão substancial que se torna impossível de ser investido dentro das próprias fronteiras nacionais, criando ao sistema uma necessidade imediata de exportar esse acúmulo, sob forma de capital. Nesse processo, as grandes economias impedem que os excedentes de capital sejam investidos em melhorias na qualidade de vida de sua população interna e encontra em nações mais “atrasadas” um destino para seus excedentes que favoreça ainda mais a multiplicação de seus lucros.

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois isso significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes, o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas (Lenin, 2012, p.94).

Dessa forma, a exportação de capitais passa a ser incentivada e aplicada no fim do século XIX e, no início do século XX já alcança dimensões enormes.

Este processo estabelece as circunstâncias propícias para a opressão e exploração de várias nações, beneficiando o parasitismo de um pequeno número de nações capitalistas extremamente ricas, fato que se relaciona diretamente também com o crescimento de diversos territórios coloniais (como neocolonialismo), a partir do momento em que o capital de nações “desenvolvidas” encontram nesses locais um destino para seu capital, investindo no desenvolvimento de suas economias. “A exportação de capitais influencia o desenvolvimento do capitalismo no interior dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente.” (Lênin, 2012,p.96). Essa dinâmica, porém, funciona de maneira a beneficiar sempre as nações detentoras do capital. Ora, se o investimento sai das grandes nações capitalistas, é evidente, sob a lógica do capital, que ele seja aplicado com algumas condicionalidades, como por exemplo a liberdade e facilidade para comercializar dentro dos territórios ou a obrigatoriedade das nações

dependentes comprarem mercadorias apenas dos países com quem estabelecem o acordo. Para ilustrar essa situação, Lênin aborda o caso das rodovias brasileiras, citando o cônsul austro-húngaro em São Paulo:

A construção das ferrovias brasileiras realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas britânicos e alemães; tais países, ao efetuarem as operações financeiras relacionadas com a construção de ferrovias, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária (Lenin, 2012, p. 98).

Assim, o capital se impõe em territórios a parte da Europa, sendo as grandes potências europeias quem decidem quais serão os territórios escolhidos para essa relação.

Assim, segundo Lenin, as grandes potências capitalistas já conquistaram todas as terras disponíveis mundialmente, então, o mundo inteiro já foi dominado pelo capitalismo, sendo que os embates entre os grandes países capitalistas ocorrem pela re-partilha dos territórios, já que todos, apesar das existentes relações sociais não capitalistas em distintos espaços, estão inseridos em um mundo capitalista. O autor defende que a política colonial e o imperialismo já existiam antes mesmo do capitalismo, mas mesmo a política colonial capitalista dos estágios anteriores do capitalismo é diferente da política do capital financeiro (ibidem p. 116). Mesmo assim, para o capital financeiro o que importa não são apenas as fontes de matérias primas já descobertas, mas sim qualquer terra, pois com o avanço da tecnologia e com capital suficiente para investir, as terras que em um primeiro momento não demonstraram proveito, podem se tornar rentáveis com tempo e investimento.

Dessa maneira, o processo colonial agrava de maneira relevante as lutas pela partilha do mundo, fator que se relaciona com o avanço do capital financeiro. O período referente ao final do século XIX, representa um período relevante para a política externa exatamente por conta dos avanços das potências capitalistas contra as colônias e semicolônias, ou seja, países que conquistaram sua independência política, mas que ainda são economicamente subordinados (Lenin, 2012).

Quanto aos Estados “semicoloniais”, nos dão um exemplo das formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza e da sociedade. O capital financeiro é uma força tão considerável, pode-se dizer tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e de fato subordina, até mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos a seguir. Naturalmente, a subordinação mais lucrativa e “cômoda para o capital” financeiro é aquela que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Neste sentido, os países semicoloniais são típicos exemplos de “caso intermediário”. Compreende-se, pois, que a luta por esses países

semidependentes tenha se tornado intensa, sobretudo na época do capital financeiro, quando o resto do mundo se encontrava já repartido (Lênin, 2012, p.115).

Na cadeia imperialista global, é possível identificar maneiras intermediárias de domínio, como o caso de países semicoloniais. Essas diferentes formas políticas afetam diretamente a maneira como o capital se reproduz em cada espaço, na era imperialista. Sendo essas: as colônias e as semicolônias. Assim, Lenin compreende que existem maneiras diferentes de analisar os países de acordo com sua inserção no processo capitalista mundial. Dessa forma, deve-se concluir que é impossível analisar a influência imperialista nos países de uma forma generalizada, mesmo os que dividem a condição de colônias ou semicolônias, pois apesar de serem ambos dominados pelo imperialismo, são maneiras distintas de dominação. A análise de Lenin sobre a categoria do imperialismo se baseia no estudo das ações das grandes nações imperialistas, não apresentando uma visão através da ótica dos países explorados. No contexto da periferia latino-americana, a Teoria Marxista da dependência se apresenta como um desdobramento da teoria imperialista a partir da ótica interna de um território colonizado.

Por isso devemos considerar limitados os enfoques dos autores da teoria do imperialismo. Tanto Lenin, Bukarin, Rosa Luxemburg, os principais elaboradores marxistas da teoria do imperialismo (...) não abordaram a questão do imperialismo do ponto de vista dos países dependentes. Embora a dependência deva ser situada no quadro global da teoria do imperialismo, ela tem sua realidade própria, que constitui uma legalidade específica no processo global e age sobre ele desta maneira específica. Compreender a dependência, conceituando-a e estudando seus mecanismos e sua legalidade histórica, não significa apenas ampliar a teoria do imperialismo, mas também contribuir para a sua reformulação (Santos, 1970, p. 41).

A teoria marxista da dependência não constitui um fator externo ao contexto capitalista latino-americano, tampouco se trata de uma imposição jurídico-política. Em vez disso, ela representa uma manifestação intrínseca do próprio capitalismo na periferia do sistema.

A América Latina se desenvolveu em consonância com a dinâmica do capital internacional, porém de uma maneira subordinada. Dessa forma, pela sua estrutura, é impossível que o capitalismo venha aqui a se desenvolver da mesma maneira como se deu na Europa. Em realidade, como afirma Ruy Mauro Marini, “o que se tem é um capitalismo Sui Generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, principalmente, em nível internacional.”(Marini, 2011, p.02).

Estruturada em meio ao processo de expansão comercial do século XVI, a economia latino-americana, desde suas bases coloniais, tem se desenvolvido em um processo vinculado

ao chamado avanço dos países de capitalismo central. A dependência, então, é parte da reprodução do capitalismo na Europa, compõe sua natureza, sendo que o desenvolvimento das regiões centrais estimulou o subdesenvolvimento latino-americano.

É a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 2011, p. 04).

Marini destaca, frente a esse processo em que o lucro produzido na América Latina se perde para o capital central, que a forma encontrada pela burguesia nacional para reverter esse prejuízo, seria compensá-las no plano da produção interna através da superexploração do trabalho, categoria que não será aprofundada nesses escritos.

Dessa forma, a inserção da América Latina na economia global supõe uma transferência de valor gerado nas regiões periféricas em direção ao núcleo central da economia mundial, desencadeando, assim, um mecanismo de compensação interno que funciona a partir da superexploração da força de trabalho. Dentro da economia dependente, o ciclo do capital se revela através do conceito de superexploração, onde o capital emprega a força de trabalho abaixo ao valor médio necessário à sua reprodução, o que resulta em uma capacidade de consumo limitada para os trabalhadores nos territórios dependentes, enquanto a comercialização das mercadorias ocorre no âmbito global do capital, escapando assim da influência da frágil capacidade de consumo interna.

Esse ciclo de capital origina uma divisão social proeminente, um abismo social, no qual a classe trabalhadora e a classe capitalista ocupam esferas distintas de circulação, conforme explicado por Marini (2011.p.19), “em que a esfera de alto fluxo tem seus interesses atendidos no âmbito do capital externo, enquanto a esfera de baixo fluxo abrange a classe trabalhadora e um vasto exército de reserva”.

A profunda contradição que terá caracterizado o ciclo do capital dessa economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho incidirão de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que nela se apresentam atualmente (Marini, 2011, p.18).

Marini não se propõe a se aprofundar no estudo do processo de industrialização latino-americano, se contendo em afirmar que esse processo não chega necessariamente a conformar uma economia industrial, mas se reserva a desempenhar uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses territórios (Marini, 2011)

Diante dessa tendência, a esfera alta do ciclo do capital, deixa de conseguir atender seu consumo via exportação passando a supri-lo com a produção doméstica, gerando uma demanda que impulsiona a industrialização.

A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturou em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados. (Marini, 2011, p. 21)

O autor delinea um processo de industrialização em duas fases distintas. Na primeira delas, a demanda pré-existente atrai investimentos e estimula o crescimento da oferta industrial até que, em um determinado ponto, ocorre uma convergência entre oferta e demanda. Nesse estágio, fatores como a concorrência e outros elementos, desencadeiam a assimilação de tecnologia estrangeira, marcando o início da segunda fase. Importa destacar que a inclusão da tecnologia estrangeira, criada em contextos de mão de obra escassa como forma de substituir em partes o trabalho humano, é aplicada no território brasileiro, onde já se formava um expoente de trabalhadores sem trabalho, causando uma expansão nas diferenças e no processo de profunda desigualdade social.

Uma vez que existem duas esferas de consumo, a de alto fluxo e a de baixo fluxo, existe conseqüentemente um mercado interno restringido, já que uma parte da população é incapaz de consumir, por sua situação marginalizada. É nesse contexto, somado a necessidade de vender mercadorias, que algumas economias dependentes iniciam um movimento de expansão para o exterior, exportando mercadorias, em um processo que Marini (2011,p.27) chama de “subimperialismo”. Importante ressaltar que o projeto urbano industrial brasileiro intensificado a partir de 1930 e objetivado ao longo dos anos 1940 e 1960, reafirmou a tradição dependente. O desenvolvimentismo inicialmente sustentado na política de substituição de importações estimulada pela Segunda Guerra Mundial, não permitiu que o país rompesse o ciclo dependente. Ainda que a economia brasileira tenha gerado certo tipo de desenvolvimento, ele ocorreu estritamente nos marcos da dependência e da modernização conservadora como

desenvolvimento desigual e combinado. Nos termos de Florestan Fernandes (1987) a Revolução Burguesa no Brasil ocorreu articulando o passado colonial e modernização capitalista, o que Francisco de Oliveira identificou, a título ilustrativo, como um bicho estranho: um ornitorrinco (Oliveira, 2003).

Portanto, as tentativas para industrializar o Brasil com base no projeto urbano-industrial liderado, a partir de 1930, pelo governo de conciliação de classes de Getúlio Vargas – recomposto no início dos anos 1950 e ajustado com o capital internacional na era Juscelino Kubitschek (1956-1961), conhecido como desenvolvimentismo –, não surtiram o efeito esperado. Embora o país tenha criado um importante parque industrial e uma relevante base energética que a sustentou (ao contrário de boa parte da América Latina), esse processo jamais ultrapassou as fronteiras da dependência que demarcam a inserção desta parte do Continente Americano na economia burguesa mundializada. Ademais, jamais abandonou sua tradição agroexportadora de produtos primários, ainda que a modernização do campo seja uma realidade inegável em países como o Brasil.

Na América Latina, não sendo excluído o Brasil, a produção de mercadorias primárias representa grande contingente de exportação de produto interno. Segundo Xavier (2017), de uma forma geral, as nações para as quais o Brasil exporta produtos primários, são as mesmas de quem importa bens de consumo duráveis e bens de capital.

Enquanto exportamos soja e minério de ferro para a China, desse país importamos plataformas de perfuração ou de exploração, partes e acessórios de máquinas, aparelhos de toda sorte, circuitos integrados e componentes eletrônicos. Aos Estados Unidos vendemos óleos brutos de petróleo, celulose e café, deles adquirimos partes de motores e turbinas para aviação, medicamentos, instrumentos e aparelhos os mais diversos, adubos e fertilizantes. Há que se considerar, que a dinâmica econômica inerente ao agronegócio impôs, aos países com alta participação de produtos primários em suas pautas de exportações, uma integração de mercados que reproduz e aprofunda a dependência econômica. Exemplifica a afirmação, o intercâmbio entre bens agrícolas produzidos a partir do agronegócio nos países latino-americanos e a aquisição, por parte desses países, de insumos, como fertilizantes e adubos, vendidos por países de capitalismo avançado (Xavier, 2017, p. 08).

Nessa perspectiva, diante de um contexto de dessimetria na divisão internacional do trabalho e uma dinâmica econômica que obedece às demandas do capital financeiro, o agronegócio brasileiro assume uma nova lógica de dependência. Segundo Xavier (2017, p.27), “a dialética do desenvolvimento do capitalismo brasileiro resultou numa associação entre interesses nacionais e estrangeiros que aprofundou a dependência e o subimperialismo”.

Observando a dinâmica econômica dos países da América Latina, é possível notar um padrão econômico que se baseia, em grandes proporções, no setor primário. Assim, o agronegócio representa atividade fundamental considerando a atual configuração econômica internacional e o papel que o Brasil desempenha nela. Sob esses intercâmbios é inegável a importância da compreensão das categorias do imperialismo e da dependência, considerando o legado colonial, particularmente português, que estruturou a formação social brasileira.

O agronegócio, na atualidade, aqui entendido como “a empresa capitalista voltada para a produção agrícola, pecuária e mineral de elevada monta e que possui conexão com capital industrial, financeiro e bancário.” (Xavier, p.7, 2017), se insere nessa tradição da modernização conservadora. O agronegócio, hoje, representa um elemento essencial para a reprodução do imperialismo no contexto brasileiro. Não resta dúvida de que esse empreendimento, produto deste tipo de modernização realizada a partir do legado colonial e da dependência historicamente reeditada em território latino-americano, demandas humanitárias e ambientais não são prioritárias. Os povos indígenas, por sua vez, fazem parte de um grupo exposto à extinção imposta pelo padrão capitalista de exploração. O genocídio indígena, permite a continuidade do modelo de economia brasileiro, como uma nação que se estabeleceu na economia mundial em uma posição subalterna, determinada pelas demandas do garimpo, do agronegócio e da venda de commodities para as grandes potências.

Essa matriz de desenvolvimento que cresce e se fortalece no contexto atual é extremamente nefasta aos povos indígenas, suas culturas e seus modos de vida. Ao atacarem os territórios tradicionais, as potências ruralistas atacam não apenas as comunidades e suas formas de vida, mas também todo o meio ambiente e a ecologia nacional. Visando apenas o lucro, desconsideram as condições de vida dos indígenas brasileiros, sua forma de existir e o significado de seus territórios, que em muitos momentos carregam cosmologias muito maiores que apenas um espaço físico, um pedaço de terra.

1.4 A DITADURA CÍVICO-MILITAR EMPRESARIAL (1964-1985) E SEU LEGADO³

³ Este item se utiliza das reflexões da autora sob a temática publicadas no periódico “Serviço Social em Revista”, volume 25, número 2, sob a orientação do professor Dr. José Fernando Siqueira da Silva.

O debate sobre este período é de grande relevância para o estudo da questão indígena no Brasil. Trata-se de um momento em que inúmeros informes e relatórios foram produzidos no sentido de informar ações que produziram diversos impactos sobre a questão indígena no Brasil. Nesta etapa, também se reafirmaram diversas imagens idílicas ou pejorativas sobre os povos indígenas em território brasileiro. Sendo assim, uma análise sobre este momento é de grande relevância. Por este motivo, a ênfase está sendo dada a esta fase da história brasileira, ainda que algumas informações que antecederam este período histórico sejam feitas a seguir.

1.4.1 As décadas que antecederam os anos 1960: observações pontuais

Uma das maneiras de reproduzir a violência contra os povos originários se caracteriza pelo apagamento histórico que existe sobre a temática. A errônea concepção, ainda amplamente difundida, de que a história nacional tem início com a chegada dos europeus ao território, apenas perpetua a ideia da "descoberta do Brasil pelos portugueses", um mito que encobre um profundo processo de violência e expropriação, ao mesmo tempo em que negligencia toda a existência anterior a esse evento. Antes da colonização, estima-se que o território abrigava aproximadamente 2 a 4 milhões de indivíduos indígenas. Portadores de diversas culturas e experiências, existiam mais de mil etnias distintas antes do período de invasão europeia (Almeida, 2010, p. 29).

A partir do processo de invasão europeia, tem início um período de total violência contra os povos que nesse território já se encontravam. Esse processo se constrói não somente através de confrontos e mortes diretas, mas também através da genocídio causado por enfermidades desconhecidas (variadas doenças trazidas pelos europeus, que prejudicaram diversas comunidades).

Sem embargo, mais ainda que as espadas e os arcabuzes, as grandes armas da conquista, responsáveis principais pela de população do Brasil, foram as enfermidades desconhecidas dos índios com que os invasores os contaminaram. A magnitude desse fator letal pode ser avaliada pelo registro dos efeitos da primeira epidemia que atingiu a Bahia. Cerca de 40 mil índios reunidos insensatamente pelos jesuítas nas aldeias do Recôncavo, em meados do século XVI, atacados de varíola, morreram quase todos, deixando os 3 mil sobreviventes tão enfraquecidos que foi impossível reconstruir a missão. Os próprios sacerdotes operavam muitas vezes como contaminadores involuntários, como testemunham suas próprias cartas. Em algumas delas comentam o alívio que lhes trazia ao “mal do peito” os bons ares da terra nova; em outras, relatam

como os índios morriam feito moscas, escarrando sangue, podendo ser salvas apenas suas almas (Ribeiro, 1995, p. 52).

O processo de escravização e a dominação cultural, tiraram desses povos o direito de se reproduzirem de acordo com suas crenças, culturas e estilos de vida. Ao passar do tempo, as ações de violência e extermínio contra grupos indígenas continuaram sendo praticadas, especialmente relacionadas aos confrontos por posse de terras.

Durante a transição para o período republicano no final do século XIX, houve um impulso para forjar uma identidade nacional como parte do processo de estabelecimento do Estado Nacional. Nesse contexto, em 1910, foi estabelecido o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que posteriormente foi renomeado para Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A principal finalidade desse órgão era a resolução de conflitos e a mediação de negociações relacionadas à possibilidade de integrar os povos indígenas na visão branca de cidadania, transformando-os em trabalhadores nacionais. A criação desse órgão estabeleceu a tutela do Estado sobre a população indígena brasileira, associando-lhes a imagem de dependência e incapacidade.

Foi criado com o objetivo de proteger os índios, porém ao mesmo tempo prepará-los para se tornarem parte da “comunhão nacional”, ou seja, virarem trabalhadores ou produtores rurais. Ao agir assim, operava contra a cultura, a história e a organização desses grupos. O primeiro nome do SPI, aliás, foi SPILTN, Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Para não haver dúvidas sobre o espaço que cabia ao índio nesse plano governamental, o órgão era vinculado ao Ministério da Agricultura (Valente, 2017, p. 26).

A construção desse órgão tomou como base a experiência de Marechal Cândido Rondon, um diretor do SPI que atuou desde sua gênese até o os primeiros momentos do governo de Getúlio Vargas, e que se deu a partir do regime de 1930 e do plano urbano-industrial estimulado pelo Estado brasileiro. Sob suas ideias, de bases positivista-funcionalista, as populações indígenas necessitariam serem vinculadas à sociedade nacional de forma “pacífica”, através de um processo “civilizatório” que, aos poucos, os adequaria aos padrões do “cidadão de bem”. Essa metodologia se encaixava de forma ideal ao projeto econômico do Estado que para efetivar essa realização, demandava, entre outros fatores, a desocupação de terras, com o objetivo de ampliar as fronteiras agrícolas.

Ao decorrer do período do Estado Novo (1937-1945), de maneira a colaborar com a estruturação da imagem do projeto chamado de “marcha para o Oeste”, a imagem do indígena foi mostrada ao público de maneira forte, vigorosa e em harmonia com o branco. Diante desse

cenário, Rondon volta ao SPI para desenvolver um projeto do Estado que, por meio de uma ótica romantizada, buscava exibir o indígena como uma figura de “herói nacional” (Garfield, 2000).

A criação desse personagem, que é resultado de uma visão “idealizada” dos indígenas, não resulta em consequências positivas aos povos; longe disso, deles retira o protagonismo, generalizando de forma ampliada uma imagem moldada pelo homem branco, de acordo com sua forma de ver e suas pretensões.

O primeiro governo de Getúlio Vargas fez questão de reconhecer diversos povos.

Os Karajá, então sob a responsabilidade de um órgão federal, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), receberam a delegação presidencial com uma grande cerimônia. Eles apresentaram rituais "tradicionais" e cantaram o Hino Nacional diante da bandeira brasileira e Vargas, por sua vez, distribuiu facas, machadinhas e ferramentas para os índios. Consoante com sua imagem de "Pai dos Pobres", o presidente segurou um bebê Karajá nos braços. Depois de explorar a Ilha, Vargas manifestou o desejo de reconhecer o território dos "Xavante extremamente ferozes" que habitavam as redondezas. Da segurança de seu avião, Vargas viu, através de binóculos, uma aldeia Xavante não contatada. Encorajado por essa oposição potencial, o ilustre visitante esboçou seu plano para o Oeste. Vargas prometeu distribuir terras para os índios e *caboclos* que viviam na região (Garfield, 2000, p. 15).

Toda essa dinâmica se deu sem o aval ou levantamento de demanda dos povos indígenas, não considerando seus desejos e necessidades, visando apenas integrá-los à sociedade capitalista como trabalhadores, juntando-os à terra e moldando-os segundo os padrões desejados. “Ao ‘fixar o homem à terra’, o Estado cortaria as bases do nomadismo, convertendo índios e *sertanejos* em cidadãos produtivos. O SPI iria doutrinar os índios, ‘fazendo-os compreender a necessidade do trabalho” (Garfield, 2000).

O SPI acaba se torna um terreno fértil para ações de corrupção, já que se cria sob bases de interesses ambíguos, sem investimentos e gestão especializada. Todos os governos que exerceram o poder do Estado brasileiro após o fim do Estado Novo (Eurico Gaspar Dutra - 1946/1951, o segundo governo Vargas – 1951-1954, Juscelino Kubitschek – 1956/1961, Jânio Quadros – 1961 e João Goulart – 1961/1964 – considerando aqui apenas o que foram eleitos), não pensaram e nem executaram políticas realmente diferentes daquelas que foram aplicadas em momentos anteriores.

As bases para a ditadura cívico-militar de 1964 se formaram em um contexto que não se restringe às barreiras nacionais. Não, elas se formam a partir de um processo de contrarreforma preventiva, financiado pelos centros imperialistas e que apresentavam três objetivos principais:

Adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (Netto, 2017, p. 31).

Nesse cenário, em que o desenvolvimento econômico nacional se pautava nas necessidades econômicas das demandas imperialistas, a permanência de povos indígenas era vista uma ameaça ao desenvolvimento e à segurança nacional, além de interferir no processo de integração completa do território nacional.

No contexto do colapso da ordem democrática durante o período entre 1964 e 1985, a política em relação aos povos indígenas no Brasil se traduziu em medidas extremamente prejudiciais, incluindo práticas como escravidão, tortura e, em alguns casos, até mesmo o genocídio de várias comunidades indígenas.

Nessa época, o próprio Estado tomou parte ativa no processo etnocida, não só aprofundando a omissão em saúde ou controle de corrupção, também no favorecimento dos grandes interesses privados, sempre afetando negativamente os direitos dos povos indígenas (Trinidad, 2018, p. 274).

Essas ações se intensificam conforme foram promulgados os atos institucionais no cenário dos anos de 1960, em um seguimento de relativização da liberdade pessoal e dos direitos civis e, se tratando dos povos indígenas, em uma reconstrução do processo colonizador.

1.4.2 O Relatório Figueiredo e suas contradições

A ditadura cívico-militar que se instaurou a partir do ano de 1964 e continuou se desenvolvendo por 20 anos, oprimiu e torturou os brasileiros, impondo a eles a repressão e a despolitização. No que tange a economia, afim de servir o grande capital, foram feitas modernizações no setor agropecuário, que deram as condições para o entendimento de um falso “milagre econômico” que estimulava as forças produtivas, mas, ao mesmo tempo, aumentava a dependência nacional.

A ditadura subsequente ao 1º de abril de 1964, não apenas nas suas preparação e instauração, mas também ao longo de sua vigência, articulou o poder (político-coercitivo) das armas para viabilizar o exercício do poder (econômico-social) do

grande capital. A tutela militar assegurou as condições políticas para a realização dos projetos da grande burguesia, do latifúndio e do imperialismo. Ao longo do ciclo ditatorial, as Forças Armadas foram o instrumento garantidor da realização de tais projetos (Netto, 2014, p. 74).

É diante desse cenário que se publica, entre os anos de 1967 e 1968, o relatório, que é nomeado em referência a seu redator, o procurador federal Jader Figueiredo. O arquivo foi “encomendado” pelo governo brasileiro na intenção de investigar ações corruptas no SPI (Serviço de Proteção ao Índio), fortalecendo um discurso contrário à corrupção que se fazia favorável a ditadura. Figueiredo e sua equipe exploraram mais de 16 mil quilômetros do país atentando e registrando as situações a que eram expostos os povos originários.

Por não ter sido encontrado por cerca de 40 anos, acreditava-se que o relatório havia se perdido em um incêndio. Porém, no ano de 2013 o arquivo foi encontrado junto a arquivos do Museu do Índio do Rio de Janeiro.

No relatório estão documentadas uma série de denúncias de violência em comunidades indígenas. Violência, estupro, escravidão, assassinatos de comunidades inteiras, sem contar a apropriação e comercialização de terras indígenas, retratadas com detalhes de crueldade.

O Relatório denuncia desde castigos físicos, porrada, tortura no tronco, que era algo relacionado à escravidão e que foi recuperado pelo SPI, mutilação, pessoas aleijadas e mortas em decorrência dos espancamentos, prisões, cárcere privado, chicotadas, sem contar o sistema de trabalho escravo ao qual eles foram submetidos. Tudo isso virou rotina em muitos postos do SPI e foi denunciado pelo Jader Figueiredo, que ficou horrorizado com o que viu durante as investigações (Freire, 2015).

Em seu volume 16, o relatório narra o testemunho de Helio Jorge Bucker, reconhecido como funcionário do SPI por um período de 16 anos. Na referida narrativa, alguns trechos se sobressaem por relatar as irregularidades do SPI e a ocorrência de esbulho de Terras indígenas.

[...] que conhece uma série de irregularidades no SPI, dentre as quais se destaca as já denunciadas pelo depoente; que as maiores irregularidades que conhece no SPI dizem respeito ao esbulho das terras indígenas praticados por grupos políticos e econômicos; que no sul do Mato Grosso, por uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, foi desapropriada toda a área dos índios KADIUEUS que ficaram reservados a uma zona de charcos onde não poderiam sobreviver por ocasião das enchentes; [...] que aprovada a lei todos os deputados requereram as terras desapropriadas para as pessoas de suas respectivas famílias [...] que existe também o caso dos índio KAIUÁ na região de Dourados, onde o estado novo criou uma zona de colonização e desapropriou todas as terras dos índios deixando-os absolutamente sem qualquer gleba; que o responsável é o próprio Ministério da Agricultura, ao qual estava subordinado o SPI e o Departamento de Terras; [...] que os Xavantes foram escoraçados por fazendeiros na região de Três Lagoas próxima ao Rio Paraná; que isso determinou a extinção da tribo que ali habitava (Relatório Figueiredo, 1968, p.19).

Entre as denúncias realizadas durante o relato, um segundo trecho se faz notar por expor de forma explícita a feroz violência sofrida pelas comunidades.

[...] não houve propriamente um esbulho mais – digo mas⁴ sim um verdadeiro genocídio através da contaminação da tribo PATAXÓ do ri digo vírus da varíola; que a reserva indígena ficou desabitada porque restou apenas uma meia dúzia de selvícolas; que no rio ARINOS no Norte do Mato Grosso, os índios TAPAIUNAS, também conhecidos por Beiço-de-pau foram envenenados com ARCÊNICO adicionado ao açúcar que receberam de presente; que recorda ainda as atrocidades e os requintes de perversidade cometidos por uma Expedição organizada pelo Senhor JUNQUEIRA, de Cuiabá, que a expedição exterminou uma taba indígena, isto é um acampamento de caça indígena mediante o uso de bombas e dinamite atiradas de avião sobre os seig digo selvagens (sic.); que os mateiros da mesma expedição exterminaram os remanescentes sendo que estouraram a cabeça de uma criancinha a bala e pendurarão (sic.) a mãe do indiozinho assassinado pelas pernas e partiram-na a facão da verilha (sic.) para a cabeça (Relatório Figueiredo, 1968, p.22).

Ao tratar do Relatório Figueiredo, Freire (2015) destaca que as agressões e massacres eram realizados por pessoas comuns.

Não se tratava de um caso patológico, de pessoas que eram psicopatas e que atacavam os índios, mas de pessoas normais, que tinham família, que frequentavam a Igreja, tinham conta no banco e faziam carinho em seus filhos e, de repente, essas pessoas estavam envolvidas (Freire, 2015).

Ainda assim, mesmo retratando diversos casos de violência, existem evidências que levam a concluir que o documento tenha sido encomendado pelo governo militar com pretensões políticas. Assim como refere Rubens Valente (2017), o Relatório Figueiredo foi pensado com a finalidade de reafirmar a bandeira anticorrupção utilizada para favorecer a materialização do golpe militar. O ministro do interior do período, Albuquerque Lima, que já havia declarado pretensões eleitorais em diversas oportunidades, oferta os pressupostos para o a realização dessa comissão de investigação. Não por um acaso, o relatório mantém o foco nas ações de corrupções que ocorrem nos postos de trabalho do SPI anteriormente ao período ditatorial, como por exemplo o caso dos indígenas cinta-larga, em Rondônia, 1963.

[...] um bando de celerados chefiados pelo facínora alcunhado de CHICO LUIS, a soldo da poderosa firma de siringalista ARRUDA JUNQUEIRA & CIA. metralhou um grupo de indios CINTA LARGAS; que, após a matança, encontraram uma india

⁴ As citações desse trecho foram retiradas diretamente do documento original (Relatório Figueiredo) que, publicado na década de 1960, foi redigido em máquina de escrever. Nesse contexto, seu redator, ao se equivocar com a redação de alguma palavra, efetuava correções logo em seguida para não necessitar fazer alterações manuais no documento. Na construção desse trabalho optou-se por manter os textos das citações exatamente como foram encontrados no documento original. Por isso, algumas vezes se encontram fragmentos com erros de digitação.

remanescente conduzindo seu filinho de 6 anos; que mataram a criancinha com um tiro na cabeça e penduraram a índia pelos pés, com as pernas abertas, e partiram-na a golpe de facão, abrindo-a a partir do pubis em direção a cabeça; que entrega, no momento, à Comissão uma fita magnética na qual está gravada a confissão dessa monstruosidade prestada por um dos bandidos, ATAIDE PEREIRA DOS SANTOS, na presença do depoente, do capitão do 26 BC, digo 16 BC, GERALDO DE OLIVEIRA SILVA, e do Delegado da Polícia Estadual - capitão JUVENAL DO NASCIMENTO; (Relatório Figueiredo, 1968, p.22)

O Relatório, todavia, não foca nos graves casos ocorridos durante o período e que evidenciam a omissão e violência executadas pelo governo militar, como o caso da quase extinção dos indígenas Kararaô, ou ainda o caso dos Marãiwetsede, que foram amarrados e removidos de seu território, sendo levados a outro ambiente, onde foram acometidos por uma epidemia de sarampo (Valente, 2017).

Os índios que tinham mudado para lá, que vieram de Suiá, de Marãiwetsede, estavam todos doentes, todos deitados, ocupando áreas da igreja, da escola, da missão, deitados no chão, forrado com folha de palmeira, mulheres, crianças, pele e osso, muito magros. Tinha dado uma epidemia de sarampo e nos dias que eu passei com eles ali, numa semana morreram setenta. (Documentário Vale dos Esquecidos *apud*, Valente, 2017)

Segundo Valente (2017), esses fatores apenas evidenciam o projeto político a que serviam, ou tinham a pretensão de servir, o relatório. Ainda assim, o documento sai dos parâmetros esperados por seus idealizadores no momento em que recebe a atenção da mídia internacional, que denomina as ações descritas como “genocídio”, termo extremamente evitado e temido pelo governo militar. “O governo foi alvo de diversas reportagens no exterior que questionavam a capacidade da Funai e denunciavam o extermínio de aldeias inteiras” (Valente, 2017, p. 86).

Se faz possível notar que não existem, internamente, ações a favoráveis a defesa e proteção dos povos indígenas. Fator esse que não se dá unicamente por decorrência do desconhecimento acerca dos acontecimentos, mas também pela conivência com os anos de chumbo da ditadura militar, que reprimiam e impossibilitavam qualquer tipo de reação popular.

Apesar de apresentar denúncias a muitas das atrocidades praticadas pelos funcionários públicos no período, o relatório não consegue mostrar toda a crueldade e o genocídio voltados aos povos indígenas que realmente se deram no período ditatorial. Se faz perceptível as verdadeiras intenções do documento e como as ações executadas após sua divulgação, não significaram nada em termos de intervenção real nas sequelas deixadas como consequência de toda a barbárie.

Mediante esse cenário de escândalos e adversidades, o governo militar removeu o SPI e criou, em seu lugar, um novo serviço, totalmente resignado às deliberações e predileções do Estado e, além disso, desvinculado da liderança “branda” e romantizada de Rondon. Assim se estabelece a FUNAI.

A subordinação do órgão tutor dos índios, encarregado de defender seus direitos, em relação às políticas governamentais fica evidente quando se nota que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) era órgão do Ministério da Agricultura e que a Fundação Nacional do Índio (Funai), que substituiu o SPI em 1967, foi criada como órgão do Ministério do Interior, o mesmo ministério a cargo do qual estavam a abertura de estradas e a política desenvolvimentista em geral. Acrescente-se a esse quadro a anomalia jurídica de não haver um órgão curador a quem o órgão tutor dos índios devesse prestar contas de suas ações. Assim, é estrutural o fato de os órgãos governamentais explicitamente encarregados da proteção aos índios, o SPI e posteriormente a Funai, não desempenharem suas funções e se submeterem ou até se colocarem a serviço de políticas estatais, quando não de interesses de grupos particulares e de seus próprios dirigentes (Relatório CNV, 2014, p. 205).

A imagem de “herói nacional” e protetor das fronteiras do país, formada sobre os indígenas durante o Estado Novo, foi substituída, na ditadura militar de 1964, por uma representação do indígena como vilão, de barreira ao desenvolvimento nacional. Assim, seria menos difícil apresentar justificativas para os ataques direcionados às comunidades. Essa representação foi trabalhada a partir do discurso de que os indígenas estariam impedindo o avanço social ao ocuparem largos territórios. Também foram incentivadas ideias negativamente estereotipadas, como a antropofagia, a fim de estimular a nova visão do indígena brasileiro: o “inimigo interno”.

1.4.3 Relatório da Comissão Nacional da Verdade e suas denúncias

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), estabelecida pela Lei 12.528/2011 (Brasil, 2011), criou-se com a finalidade de investigar violações dos direitos humanos acometidas no período de 1946 a 1988, intervalo que abarca o período ditatorial no país. Em seu segundo volume, o relatório, publicado em 2014, apresenta um ponto dedicado especialmente a observar as violações dos direitos humanos dos povos indígenas.

Como ponto inicial o documento afirma que as violências praticadas não foram acidentais ou esporádicas, pelo contrário, foram resultado inevitável da maneira como se estruturava o Estado, que atacava os povos tradicionais por meio de violações diretas, mas também por sua omissão. “Não são esporádicas nem acidentais essas violações: elas são

sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões” (Relatório CNV 2014, p. 204).

Para mais das denúncias anteriormente enfatizadas no relatório Figueiredo, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) enfatiza que, a partir de 1968, com a implementação do AI-5, a política em relação aos povos indígenas assume um caráter consideravelmente mais agressivo. Durante esse período, a abordagem de desenvolvimento adotada incluía a construção de extensas rodovias, com destaque para a Transamazônica que “cortaria terras de 29 etnias indígenas, sendo 11 grupos isolados e 9 de contato intermitente – acarretando em remoções forçadas” (Relatório CNV, 2014, p. 209).

Diante dessa dinâmica, o órgão que deveria executar a função de proteção máxima ao indígena no Brasil, a FUNAI, assumiu a posição de, em consonância com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, pacificar e transferir os indígenas para colaborar com o processo de construção das estradas. Porém, esse processo de “realocação dos povos” se deu através de múltiplos homicídios em massa que foram executados não apenas para permitir as obras estatais de infraestrutura, como também para liberar terra, incentivando projetos agroindustriais (Relatório CNV, 2014, p. 209). Esse empreendimento resultou significativamente na redução da população indígena da época, seja devido a doenças resultantes do contato com os não indígenas, seja em razão das dificuldades de adaptação ao novo ambiente ao qual foram deslocados, ou mesmo devido a conflitos com grupos adversários que passaram a ocupar o mesmo território. Além da construção de estradas, outras razões para a realocação forçada de comunidades indígenas incluíram a exploração de minérios, a construção de ferrovias e a criação de usinas hidrelétricas.

Em 1960, o Estado brasileiro criou uma prisão oficial, conhecida como Cadeia Krenak, que tinha como objetivo exclusivo prender e torturar indígenas. Não sendo a única, existiram por todo o território nacional incontáveis centros, não legalizados, de punição indígena, para onde se destinavam vítimas da prática abusiva e arbitrária do Estado e da polícia da ditadura. A seguir encontra-se o testemunho de Bonifácio R. Duarte à Comissão Nacional da Verdade, indígena Guarani-kaiowá que esteve preso em Krenak:

Amarravam a gente no tronco, muito apertado. Quando eu caía no sorteio prá ir apanhar, passava uma erva no corpo, prá aguentar mais. Tinha outros que eles amarravam com corda de cabeça prá baixo. A gente acordava e via aquela pessoa morta que não aguentava ficar amarrada daquele jeito. (Prá não receber o castigo...) a gente tinha que fazer o serviço bem rápido. Depois de seis meses lá, chegou o

Teodoro, o pai e a mãe dele presos. A gente tinha medo. Os outros apanharam mais pesado que eu. Derrubavam no chão. (Relatório CNV, 2014, p. 244).

Também se destaca os depoimentos de Orides Krenak:

Punidos por coisas pequenas, por desobediências de não querer fazer trabalho obrigatório, ou quando nos pediam coisas que nós não sabia fazer. Também era proibido fazer nosso artesanato. Meu pai e minha tia Bastiana iam vender flechas em Valadares, mas a guarda é que decidia quanto tempo podiam ficar fora! Se passavam desse tempo eram punidos na volta. A punição era: ficar presos, passar dois dias sem comer, mais dois dias só com duas refeições, e só eram soltos no quinto dia. Na cadeia, muitos passavam fome, ficavam sem comer nem beber. Bater era normal para eles. Se o índio tentava se justificar por alguma acusação, batiam com cassetete grande, depois jogavam na prisão. Não podiam nem perguntar por que estavam sendo punidos. Também batiam de chicote. Algemavam o preso dentro da cadeia e ele não podia falar, argumentar. Ameaçavam com arma. Os mais antigos contam que quando matavam um índio, jogavam no rio Doce e diziam pros parentes que tinha ido viajar. Quando estavam muito debilitados, jogavam no hospital. A gente não sabia se estavam mesmo no hospital ou se foram massacrados ou morreram de fome, sede. A gente não via morrer aqui, era quando estavam no hospital. Até a década de 1980 nosso povo sofreu bastante com os militares (Relatório CNV, 2014, p. 245).

Com características relativas aos campos de concentração europeus, por falta de documentos, não é possível saber a quantidade de indivíduos e etnias que foram submetidos, no reformatório Krenak, a ações extremamente agressivas.

Em de 1969, foi criada a Guarda Rural Indígena (GRIN). A formação dessa milícia demonstra todo o caráter cruel e desprovido de moral do regime ditatorial, já que objetivava ensinar aos povos indígenas ações de tortura e policiamento a serem usadas contra os próprios indígenas. Estabelecida através de uma portaria da FUNAI⁵ em 25 de setembro do mesmo ano, essa formação tinha entre seus supostos objetivos “manter a ordem interna e assegurar a tranquilidade nos aldeamentos, através de medidas protetivas e repressivas”, “proibir a venda, o tráfego e o uso de bebidas alcoólicas, salvo nos hotéis destinados aos turistas”, “proibir que os silvícolas abandonem suas áreas com o objetivo de praticar assaltos e pilhagens nas povoações e propriedades rurais próximas aos aldeamentos”, entre outros (Brasil, 1969).

Em 5 de fevereiro de 1970, durante a cerimônia de formatura da primeira turma da GRIN, uma celebração marcante ocorreu, contando com a presença de figuras proeminentes da época, incluindo o Ministro do Interior, General José Costa Cavalcanti, o Governador de Minas Israel Pinheiro e o ex-Vice-Presidente da República e Deputado Federal José Maria Alckmin

⁵ O documento pode ser visualizado em: <http://www.ecoamazonia.org.br/wpcontent/uploads/2012/11/FUNAI-GR11.jpg>

(Capriglione, 2012). Um vídeo intitulado "Arara", descoberto pelo pesquisador Marcelo Zelic, registra momentos da cerimônia, nos quais indígenas, vestidos com uniformes e equipados com armas de fogo, demonstram as habilidades que adquiriram durante o curso para os presentes, que incluíam militares, autoridades governamentais, cidadãos civis, crianças e adultos. Essas habilidades abrangiam práticas de judô, condução de presos e manuseio de armas. É notável uma cena em que dois indígenas publicamente desfilam com um homem preso em um "pau de Arara", uma técnica brasileira de tortura amplamente utilizada durante o período ditatorial. O vídeo comprova que métodos de tortura eram ensinados em escolas militares. A GRIN deixou de existir na segunda metade de 1970, devido à falta de recursos, embora muitos de seus membros tenham sido incorporados à Guarda Nacional tradicional.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade da continuidade a suas denúncias, apresentando casos de esbulho, assédio sexual, chacinas e os mais diversas práticas de violência contra indivíduos e comunidades indígenas. Ao tratar sobre saúde, por exemplo, o relatório expõe o caso dos Yanomamis, que foram vítimas do imprudente contato por parte dos brancos.

Um dos exemplos mais bem documentados de omissão de vacinação preventiva ocorre com os Yanomami, entre os quais estava sendo construída a rodovia Perimetral Norte. Em 1975, uma campanha de vacinação de três semanas é reduzida a dois dias e meio. A Divisão de Saúde da Funai é acusada de se negar a vacinar os índios da região de Surucucus. Ao todo, apenas 230 índios da área da Perimetral e da missão Mucajá foram vacinados (Relatório CNV, 2014, p. 212).

Também é possível evidenciar o caso dos indígenas conhecidos como beijo-de-pau, os Tapayuna. Segundo os cálculos da FUNAI, nos anos 1960, sua população continha em média 1220 indivíduos e após um período de 29 anos, essa população foi reduzida a 40 pessoas. A maioria dos casos de morte dessa população se deu por irresponsabilidade do governo e do órgão de proteção indígena da região que “em 1969, permitiu a participação de um jornalista gripado na expedição conduzida pelo sertanista João Américo Peret, não havendo a vacinação prévia necessária para situações de contato” (Relatório CNV, 2014, p. 227).

No contexto do regime ditatorial, os povos indígenas enfrentavam não apenas a invasão de seus territórios, a construção de rodovias, a exploração mineral, massacres e ameaças, mas também a obrigação de se submeterem ao governo vigente no país. De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), aqueles que apoiavam a causa indígena ou demonstravam simpatia por ela eram rotulados como ameaças, subversivos ou comunistas,

tornando-se alvos do governo. Os abusos de poder e o uso da força contra essa população não eram eventos isolados, mas sim reflexos do regime político prevalecente na época.

1.5 A ABERTURA DEMOCRÁTICA E OS POVOS INDÍGENAS: OS GOVERNOS EM TEMPOS DE DEMOCRACIA POLÍTICA

De forma resumida, abordar-se-á nesse trecho as principais medidas promovidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma (2011-2016), afim de compreender a trajetória dos direitos dos povos indígenas no Brasil até o momento em que assume o cargo Jair Messias Bolsonaro.

Segundo Lacerda (2004), o governo de Fernando Henrique Cardoso não foi benéfico aos povos indígenas. Se faz importante contextualizar que as críticas e análises da autora, são do momento que seguem imediatamente o fim do governo, sem conhecimento sobre os acontecimentos futuros. A autora relata que, antes mesmo de assumir a cadeira presidencial, logo após ser eleito, FHC “travou” a discussão acerca do Estatuto dos Povos Indígenas, impedindo seu envio ao Senado, paralisando a tramitação dos projetos relacionados na Câmara desde 1994.

Também segundo a autora, com objetivos de agradar tanto ao setor ruralista quanto aos movimentos indígenas, o governo lança o decreto nº1775/96. Aos indigenistas ele oferece datas previstas para os processos de demarcação, sugerindo que demandas jurídicas não influenciariam no processo, aos ruralistas ele oferece o prazo de 60 dias para questionar as demarcações. Ainda assim, o governo não cumpriu os prazos estabelecidos.

Lacerda (2004) relata que o recurso utilizado para o processo de demarcação na Amazônia Legal adveio de parcerias internacionais, já que o governo não liberou verba para esse fim. Em outras regiões, não contempladas com ajuda internacional, a falta de verba foi problemática.

Por outro lado, nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Mato Grosso do Sul, onde é mais acirrada a disputa pela posse da terra, seja com o latifúndio, seja com o campesinato, a falta de recursos foi crônica, fomentando o acirramento dos conflitos, com um elevado índice de casos de violências contra as comunidades indígenas e suas lideranças. O pior é que, diante desse quadro, alguns setores passaram a considerar a idéia da compra ou da desapropriação de terras, sobretudo por governos estaduais, como forma “alternativa” de solução do problema das terras indígenas, o que viola tanto os direitos originários dos índios às terras que tradicionalmente ocupam, quanto a competência constitucionalmente atribuída à União Federal para a sua demarcação (Lacerda, 2004)

No Plano Nacional de Direitos Humanos- PNDH, foram estabelecidos 18 pontos relacionados à pauta, mas apenas um deles foi implementado: A aprovação pelo Senado da Convenção 169 da OIT, graças à pressão dos movimentos indígenas e seus colaboradores.

De qualquer maneira, segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o governo de 1995-2002 de FHC demarcou 145 terras indígenas. Número significativo em comparação aos governos que o seguiram.

Já Luis Inácio Lula da Silva (Lula), logo em sua campanha presidencial, já lançou o documento chamado “Compromisso com os Povos Indígenas”⁶, que reconhecia e trazia à luz os problemas enfrentados pelos povos indígenas e se comprometia com a luta pela solução desses.

Apesar disso, o governo logo demonstrou não estar tão preocupado com os direitos indígenas ao promulgar a lei 1610/96, que permitia a exploração de madeira e extração de minérios em terras indígenas, inclusive as já homologadas.

Ainda sobre o período de governo Lula, diversas medidas foram registradas, como é o exemplo do caso da terra indígena Baú, que foi reduzida em 17,2% de sua área total, ou o caso dos povos Guarani-Kaiowá, que foram nefastamente expulsos de suas terras.

Além de serem vistos como ameaça à soberania nacional, os indígenas foram citados pelo presidente Lula durante seu discurso na inauguração da primeira usina de biodiesel associado ao álcool no Brasil, em plena Amazônia, como um dos entraves para o desenvolvimento do país, ao lado dos quilombolas, ambientalistas e do Ministério Público. A partir disso, percebe-se uma constante nos governos brasileiros: a busca por um desenvolvimento ilusório a custo de vidas dos povos da floresta e da irresponsável exploração do meio ambiente. Como parte do capitalismo periférico e em virtude de suas riquezas naturais, está destinado aos países latino-americanos a exportação de matérias-primas para atender as necessidades e desejos dos países centrais. Para isso, o Brasil permanece atacando os direitos dos povos da floresta e a legislação ambiental vigente (Reis, 2021, p.09)

Segundo o CIMI, o primeiro governo Lula demarcou 79 terras indígenas. No governo de Dilma Rousseff (2011-2016) a questão indígena foi abordada desde o plano presidencial, considerando os tópicos da saúde, alimentação, moradia, dentre outros. Ainda assim, em seu primeiro ano de governo só foram registradas 3 homologações.

Nesse período, com o aumento da força da bancada ruralista no Congresso, as ofensivas contra os povos indígenas tomam grandes proporções.

⁶ Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/08-compromissocomospovosindigenas.pdf>

Esse cenário impactou fortemente na elaboração de vários projetos de lei que atacaram diretamente os direitos conquistados pelos povos originários, como nos casos das PEC 237/13, PEC 038/99, PL1610/96 e PLP 227/12. Em março, é aprovada a admissibilidade da PEC 215/00, que propunha transferir a aprovação das demarcações das terras indígenas para o Congresso, e os povos originários voltam às ruas para apontar a inconstitucionalidade da decisão, que deixaria seus direitos nas mãos de latifundiários e grandes proprietários (Reis, 2021, p.10)

A inércia da presidenta dentre as ofensivas não foi bem vista pelos movimentos indígenas, que em 2013 ocuparam a Câmara dos Deputados contra a PEC 215.

O CIMI registra em seu governo 21 homologações de terras indígenas.

Percebe-se que, durante todos os governos aqui tratados, a questão indígena nunca recebeu destaque positivo ou atenção especial, sempre sendo marginalizada ou subjugada como menos importante.

Com o governo de Bolsonaro, o cenário se intensifica como nunca. Para além do avanço do ruralismo como força política e econômica. Jair Messias quebra o padrão de morosidade apresentado nos governos anteriores e começa a praticar uma verdadeira ofensiva direta aos povos originários, como será tratado no próximo tópico.

1.6 O GOVERNO BOLSONARO E OS POVOS INDÍGENAS.

Como se nota, a violência contra os povos indígenas se perpetua desde o momento da chegada dos europeus ao território que hoje conhecemos como Brasil. Ao longo da história, com o colonialismo e sua herança que se mantém viva e se reconfigura a cada dia no processo de expansão e reconstrução capitalista, os povos e comunidades indígenas seguem sendo alvo das mais diversas formas de violência. Através de uma análise acerca das condições atuais a que estão inseridos os povos indígenas no Brasil, é possível observar os avanços e entraves que atingem esses grupos. Para isso, a autora desse estudo recapitulará os quatro anos do Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e as ações em relação aos povos e comunidades indígenas no Brasil. Esse tópico tem como base de dados principal os relatórios anuais de Violência contra povos Indígenas desenvolvidos pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Nos últimos anos, com o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), que desde sua campanha eleitoral afirma “Não demarcarei um centímetro quadrado a mais de terra indígena. Ponto final”⁷, o

⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/expresso/nao-demarcarei-um-centimetro-quadrado-mais-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-23300890>. Acesso em: 04/09/2023

número de ofensiva contra os povos originários aumentou consideravelmente.

Logo no ano de 2019, Bolsonaro já teve ações contrárias aos direitos dos povos.

Se em anos anteriores denunciávamos as violências numa perspectiva de que houvesse ações e empenho para combatê-las, hoje somos obrigados a reconhecer que o maior agressor dos povos indígenas e da natureza é o governo Bolsonaro, que não se envergonha de ser tratado como genocida pelas redes sociais, que não se envergonha de ser considerado fascista e não demonstra remorso pelos crimes que são praticados. Aliás, os incentiva sem pudor ou receio de que possa vir a ser responsabilizado criminalmente por essas práticas (CIMI, 2020).

Em relação à demarcação de terras, sua promessa foi cumprida, não apenas na etapa de homologação, que depende diretamente da assinatura presidencial, mas também em outras etapas que a antecedem, através de pressões e articulações contra o ministério Público e a FUNAI. Em 1º de janeiro de 2019 foi adotada a medida provisória nº 870, que transfere ao Ministério da Agricultura a tarefa de identificar, delimitar e demarcar terras indígenas. (Senado notícias, 2019). O ministério foi comandado pela Deputada Federal Tereza Cristina, conhecida nos bastidores como “musa do veneno”, por seus posicionamentos favoráveis ao ruralismo⁸. A ação, acaba esvaziando e enfraquecendo a ação da FUNAI, órgão que até então era responsável por essas ações.

Também, segundo o CIMI, “O governo tem aplicado o Parecer 001/2017/AGU, obrigando órgãos e autoridades da administração pública federal, direta e indiretamente, a considerarem a tese do “marco temporal nos processos de demarcação de terras indígenas.”, além disso, “O engessamento político e financeiro da Funai contribuiu para o enfraquecimento da proteção dos indígenas isolados e a retirada das bases etnoambientais nas terras indígenas do Vale do Javari e Yanomami, o que facilitou o retorno de pescadores, madeireiros e garimpeiros aos territórios”(Oliveira e Buzzato, 2020)

Portanto, a política do governo Bolsonaro traz um elemento novo que, além de ser excludente, passou a ser culposa, contra os indígenas, associando-os a seres animalizados e deslegitimando suas demandas, numa política hostil à sobrevivência dos povos indígenas no Brasil (Oliveira e Buzzato, 2020).

⁸ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/09/musa-do-veneno-saiba-quem-e-a-ministra-da-agricultura-de-bolsonaro/> Acesso em: 04/09/2023

Além disso, foram estabelecidos limites assistenciais que delimitam que somente aqueles que não estivessem buscando por demarcação seriam assistidos. “O governo acabou por transformar o órgão indigenista oficial em uma espécie de agência reguladora de negócios dentro de terras indígenas demarcadas, firmando acordos com latifundiários”. (Rangel e Liebgott, p.14, 2023) Fica evidente, desde seus primeiros movimentos, a intensão do presidente eleito do período de desconsiderar e exterminar os direitos indígenas, retirando-os de seus territórios para dar espaço aos grandes latifúndios. No primeiro semestre de 2020, 27 processos de regularização de terras indígenas foram devolvidos à FUNAI pelo Ministério da Justiça, devido a tese do Marco Temporal. Essa ação foi barrada pelo MTF, que orientou à FUNAI, que desconsiderasse qualquer decisão pautada na tese até que ela seja oficialmente examinada pela suprema corte. Ainda em 2019, a FUNAI, maior órgão representativo dos povos originários, foi sendo aos poucos desmantelada, tanto pelos cortes orçamentários quanto pelas ações que limitavam ou impossibilitavam suas ações, além da troca de funcionários e lideranças por representantes dos interesses do agronegócio, o que resultou na total paralisação dos processos de demarcação e suspensão de processos que já estavam concluídos (CIMI, 2020,p.52).

Segundo os relatórios de violência contra povos indígenas, construído pelo CIMI, foram registrados, em 2019, 35 casos de conflitos relativos às questões territoriais, três vezes a mais que no ano anterior (CIMI,2020, p.72). Já em 2020, esse número subiu para 96 casos, mostrando um crescimento absurdo, reflexo das políticas aplicadas e incentivadas no governo de Bolsonaro (CIMI, 2021,p.86). Em 2021, os conflitos relacionados à terra voltam a crescer, sendo registrados 118 casos, causados, em sua grande maioria, por invasões aos territórios feitas por garimpeiros, caçadores, pescadores e madeireiros (CIMI, 2022,p.72). No último ano de governo, a tendência se mantém e o número de casos volta a crescer em comparação ao ano anterior, sendo registrados no ano de 2022, 158 casos de conflitos por questões territoriais (CIMI,2023,p.71). O grande crescimento observado ano a ano, reflete bem as ações do governo da época, que sempre incentivou a violência e a hostilidade aos povos indígenas, descaracterizando-os como sujeitos de direitos e visando sempre o lucro e o crescimento dos setores ruralistas do agronegócio que enxergam os povos originários como um entrave ao crescimento e expansão econômica. Para ilustrar essa questão, relativo aos casos de Invasão possessória, exploração ilegal de recursos naturais e danos diretos ao patrimônio, é possível observar: No ano de 2019 o CIMI registrou “256 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, em pelo menos 151 terras indígenas” (CIMI, p.77, 2020), sendo o estado do Amazonas o maior afetado.

Cabe destacar que, no segundo semestre de 2019, através de convocações pelo WhatsApp, houve a realização do “Dia do Fogo”, em que houve o criminoso incentivo para que, ao mesmo tempo, em centenas de lugares diferentes da Amazônia, centenas de pessoas, contratadas por fazendeiros e madeireiros, ateassem fogo na floresta. Dezenas de milhares de hectares de matas, terras, fauna e flora foram devastados, consumidos pelo fogo provocado criminosamente (CIMI, 2020, p.78).

Em 2020, mesmo com a emergência sanitária causada pela pandemia de Covid-19, as invasões ilegais continuam acontecendo. Neste período, o presidente em exercício, adotou a IN (instrução normativa) 09/2020, permitindo a certificação de propriedades privadas por cima de terras indígenas ainda não homologadas. Foram registrados 263 casos de invasões possessórias, invasões ilegais e danos ao patrimônio público, número maior em relação ao ano anterior, afetando ao menos 145 povos e 201 terras indígenas (CIMI, 2021, p.102). Os registros contam com casos de caça e pesca ilegais, invasões e ameaças vindas de garimpeiros, posseiros, grupos religiosos, narcotraficantes, dentre outros.

Em 2021, como esperado, os casos de Invasões possessórias, explorações ilegais e danos ao patrimônio voltam a crescer, tendo sido registrados 305 casos, que afetaram pelo menos 226 terras em todo o país (CIMI, 2022, p.93). Ainda sob os efeitos da pandemia, as invasões tomam um novo grau de violência “As invasões possessórias de terras indígenas assumiram, no ano de 2021, contornos dramáticos pela intensidade, continuidade, quantidade e pela imposição da força e da violência contra as comunidades indígenas dentro de seus territórios.” (CIMI, 2022, p.93). Podemos citar como exemplo o caso do povo Jaminawa, da terra indígena “Cabeceira do Rio Acre”, no Acre-AC.

No entorno do território, localizado em Assis Brasil (AC), fazendeiros fazem plano de manejo florestal para a retirada de madeira – que, no entanto, avança desrespeitando os limites e adentrando no território indígena. Lideranças denunciam que a diminuição da caça e da pesca é visível e se soma à invasão de pescadores e caçadores ilegais, que vêm colocando em ameaça a segurança alimentar das famílias indígenas (CIMI, 2022, p.97).

Ou mesmo o caso do povo Guajajara, da terra indígenas Araribóia, no Maranhão-MA.

Em outubro de 2021, um vídeo divulgado nas redes sociais mostra caçadores invadindo a TI Arariboia e exibindo uma enorme onça preta abatida. Além disso, os caçadores fizeram uma ameaça aos Guardiões da Floresta: se não quiser morrer, não se arrisque na minha frente não, se fiz isso com um bicho desse aqui, imagine com um guardião”. O “guardião” ao qual o caçador se refere em sua fala são os indígenas do povo Guajajara que criaram o grupo de proteção e vigilância da terra indígena, os Guardiões da Floresta, e que monitoram as áreas de conservação etnoambiental tentando conter e combater, com muita dedicação, mas pouco ou nenhum apoio financeiro, o desmatamento, o fogo e os invasores. Alguns dias depois, os dois caçadores foram presos pela polícia no município de Arame. Há mais de uma década, os povos indígenas que vivem na região denunciam a invasão e depredação de seus territórios. O desmatamento, os incêndios, a presença de caçadores e coletores ilegais,

assim como o avanço de atividades ilegais de agronegócio nessas TIs, têm culminado num cenário de colapso ambiental, de conflitos e morte (CIMI, 2022, p.109).

No ano de 2022, último ano do Governo Bolsonaro, as estimativas seguem as tendências dos últimos anos e registram um aumento no número de casos de invasões e explorações, tendo sido identificados pelo CIMI (2023) 309 casos, que afetaram 218 terras indígenas em 25 estados do Brasil.

O ano de 2022 foi marcado, neste sentido, pela continuidade e pelo aprofundamento de invasões que já haviam se estabelecido nos anos anteriores, apesar das operações de fiscalização e monitoramento que foram realizadas ao longo do ano – na maioria dos casos, por determinação judicial e de maneira pontual (CIMI, 2023, p.98)

Esses casos refletem as características do governo Bolsonaro, que favoreceu a flexibilização das regulamentações ambientais e um enfraquecimento dos órgãos de fiscalização, o que resultou em um aumento das atividades de desmatamento, mineração e agropecuária em territórios indígenas. Além dos casos apresentados, também é possível observar como as comunidades indígenas foram prejudicadas pela omissão estatal durante esse período.

A desassistência geral se refere a diversas formas de negação de Assistência e proteção por parte do Estado aos povos em suas comunidades e dentro de suas terras. No ano de 2019, foram registrados 65 desses casos. Dentre eles, estão os povos do Acre-AC, que, por falta de assistência e políticas públicas dentro de suas terras, acabam tendo que tentar a vida nas cidades. A situação se agrava com a extinção dos postos de atendimento da Funai e, diante desse cenário, muitos, inclusive os mais jovens, acabam se associando a práticas interligadas a criminalidade e prostituição como única maneira de conseguir algum tipo de renda. Toda essa dinâmica acaba favorecendo o consumo desenfreado de álcool, assunto que será abordado durante o capítulo 3 deste estudo. Também pode-se citar o caso do Amazonas-AM, em que grupos religiosos adentram as terras indígenas para pregar o cristianismo, prática proibida pela FUNAI. Através de pretextos de que estariam realizando estudos, os religiosos adentram aos territórios e inserem suas crenças de forma incisiva. Há casos em que os pajés são substituídos por pastores e também casos de crianças são levadas para as cidades e lá sofrem um processo de assimilação, onde são inseridas forçadamente a culturas, roupas e vivências diferentes das suas (CIMI, 2020, p.152).

O CIMI registrou no ano de 2020, 51 casos de desassistência do poder público.

A gravidade da omissão do Estado nos casos apresentados é assustadora, revelando um descaso intenso e brutal, poucas vezes vivenciado pelas populações indígenas. A deliberada omissão e negligência do poder público ocasionaram o retorno à situação de miserabilidade de milhares de indígenas – como também de uma imensa parcela da população brasileira não indígena (CIMI, 2021, p. 181).

O desmonte das políticas públicas afetou diretamente os povos, direcionando-os para situações de miserabilidade. A própria FUNAI, órgão que deveria exercer sua função de proteger os povos e visibilizar o acesso a seus direitos, foi corrompida e favoreceu, durante o período, os interesses do agronegócio. Um dos exemplos dessa omissão estatal foi a negativa da PL 1142/20, que garantiria o abastecimento de água às terras e reservas indígenas que sofrem com a falta de água potável (CIMI, 2021, p.182) .

O presidente não apenas vetou acesso a água potável, mas também medidas como a distribuição de cestas básicas, de materiais de higiene, limpeza e de desinfecção para as aldeias, a oferta emergencial de leitos hospitalares e de terapia intensiva e a compra de ventiladores e máquinas de oxigenação sanguínea para as comunidades indígenas (CIMI, 2022. p.182)

Em 2021 foram registrados 31 casos, muitos deles ligados a falta de alimentos e a fome (CIMI, 203,2022), como o exemplo do povo Xavante, da terra indígena São Marcos, no Mato Grosso:

O povo Xavante, especialmente da aldeia Paranoá, em Barra do Garças, desde muito tempo sofre com a falta de alimentos. A situação se agravou com a pandemia da Covid-19 e muitos indígenas estão passando fome. A situação é preocupante, principalmente quando envolve crianças e anciãos, como a liderança Heroína Rewanhiré, de 93 anos. Arriscando-se a ser contaminada, ela sai da aldeia até a cidade de Barra do Garças em busca de doações. De acordo com Ana Paula Xavante, que é jornalista e uma das coordenadoras do SOS Xavante, a demanda do povo por alimento é uma necessidade real. Com dificuldades para produção na própria terra, sem incentivo nem política pública que garanta a segurança alimentar, os indígenas tornaram-se dependentes de doações de cestas básicas que, mesmo quando chegam, não são suficientes para todas as aldeias. Por vezes, a fome é tanta que o alimento não dura sequer uma semana. A localização da aldeia Paranoá é um dos fatores que complicam a situação; a aldeia é uma das 58 da TI São Marcos, mas fica isolada das demais, não chegando nem sinal de internet, nem para o caso de precisarem se comunicar em emergências. Poucos indígenas têm alguma renda como aposentadoria ou auxílio do governo. Com a pandemia, o que já era difícil ficou ainda pior. Com a situação de extrema gravidade, os Xavante passaram a pedir socorro (CIMI, 2022, p. 205).

Já em 2022, o número de casos de desassistência sobe para 72 e, assim como nos anos anteriores, seguem tendo como tema central a fome, causada muitas vezes pelo encerramento da transferência de cestas básicas, situação que se intensifica nos territórios não demarcados. (CIMI, 2023, p.207). Em relação à educação, o que existiu foi uma ação assimilacionista, que visa integrar os indígenas aos planos educacionais já existentes, reprimindo suas manifestações culturais e ignorando suas maneiras próprias de fazer educação.

as afirmações do presidente e de seus ministros de que os povos indígenas devem ser integrados ao mercado, devem assumir formas de viver e pensar da sociedade majoritária para se tornarem, no dizer do presidente da República, “humanos como nós”, desrespeitam premissas constitucionais previstas nos artigos 231, 232, 210 e na Convenção 169 da OIT. Assim, a perspectiva assimilacionista é reavivada, nos moldes do regime ditatorial e a oferta de educação escolar visa, portanto, romper com as perspectivas de consolidação de uma política pautada na diferença, a partir de um amplo conjunto de leis que consolidam a educação escolar indígena específica, diferenciada, plurilíngue, organizada de modo a respeitar as pedagogias e os processos de aprendizagem de cada povo (Rangel e Liebgott, 2023, p.15).

Foram registrados 66 casos de desassistência na área da educação no ano de 2019 (CIMI, p.163, 2020), 23 casos no ano de 2020 (CIMI, p.191, 2021), 28 casos em 2021 (CIMI, p. 212, 2022) e 39 casos no ano de 2022 (CIMI, p.222, 2023). Em todos os anos, a maioria dos casos se refere a desassistência à formação de magistério para a formação de professores indígenas, a falta de escolas dentro dos territórios, o que obriga as crianças e jovens a estudarem nas cidades e as péssimas condições de estrutura das escolas já existentes. Os fatores colaboram com o abandono escolar e o déficit educacional entre os povos e comunidades.

Na área da saúde, assim como nas outras áreas de proteção social, foi possível notar o plano de afastar os indígenas dos espaços participativos.

Em seguida, colocou em suspeita toda a administração dos recursos da saúde e paralisou a assistência por mais de quatro meses. Neste período, interrompeu a realização da VI Conferência Nacional de Saúde Indígena, iniciada - com suas etapas locais, distritais - no ano de 2018 e prevista para ocorrer em maio de 2019. Com isso, o governo inviabilizou a continuidade da discussão e aprovação da nova Política Nacional de Saúde Indígena. No final de 2019, foram anunciadas medidas de suspensão dos convênios das organizações prestadoras de serviço em saúde, sendo apontada como alternativa de continuidade a criação de uma Agência Nacional de Saúde que teria, entre suas atribuições, promover a privatização de todas as ações e serviços. (Rangel e Liebgott, 2023, p.16)

Durante o ano de 2019, foram registrados 85 casos relacionados a desassistência na área da saúde. O CIMI (p. 172, 2020) destaca que esses dados são parciais, já que essas informações estariam sob encargo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (Dsei). Ainda assim, é possível observar e analisar os

ataques e omissões por parte do governo nesse âmbito. Dentre os ocorridos, é possível destacar a questão da contaminação dos rios, que recebem águas advindas de esgoto e resulta na contaminação das comunidades, além da contaminação resultante das práticas de garimpo ilegal. Outro caso é o de unidades de saúde que tiveram que devolver os indígenas a suas aldeias, mesmo em situações graves de enfermidade, por já não terem mais recursos para abrigá-los nas instalações médicas. Também se destaca a falta de profissionais, instrumentos, transporte, medicações e insumos, além de problemas nos espaços físicos utilizados para os atendimentos (CIMI, 2020,p.172).

Em 2020, segundo registros apontados pelo CIMI, ocorreram 82 casos que afetaram 66 povos e 38 terras indígenas. Esses casos se referem, em um panorama geral, aos efeitos da pandemia de coronavírus que se instaurou em nível mundial e a falta de assistência do governo federal para lidar com suas consequências. Essa situação, somada as questões que já atingiam aos povos antes da propagação do vírus causaram um cenário de completo abandono aos povos e comunidades.

Além de não adotar ações mínimas, como a instalação de barreiras sanitárias adequadas, para evitar a chegada do vírus nas comunidades indígenas, o governo federal também excluiu do grupo prioritário do plano nacional de imunização pelo menos metade da população indígena do país. Utilizando os conceitos de “aldeados” e “não aldeados”, amplamente questionados por organizações indígenas e indigenistas, o plano de vacinação nacional adotado pelo Ministério da Saúde incluiu na prioridade para a imunização apenas a população indígena que vive em terras indígenas reconhecidas pelo poder público, excluindo, portanto, indígenas que vivem nas grandes cidades, ou comunidades que ainda lutam pelo reconhecimento de seu território tradicional. O mesmo critério, de cunho integracionista e excludente, foi aplicado na contagem de casos e óbitos, excluindo grande parte da população indígena das estatísticas oficiais em relação à pandemia. As organizações indígenas e diversos grupos de apoio e solidariedade aos povos indígenas se organizaram para monitorar de forma independente a situação (CIMI, 2021, p.197).

Diante do cenário, algumas comunidades organizaram, por conta própria, barreiras sanitárias, que visavam barrar a entrada de indivíduos não pertencentes às comunidades e consequentemente barrar a entrada do vírus.

Em 2021, o número de casos subiu para 107, sendo a maioria relacionada com a disseminação do vírus da Covid-19, mas não sendo esse o único motivo. Durante o período, a assistência à saúde, já precária, foi ainda mais sucateada devido a falta de recursos e atenção por parte do governo federal, no nome de Jair Bolsonaro. Com a verba insuficiente e a falta de funcionários, insumos, materiais e estrutura, as questões anteriores de saúde foram abandonadas

a fim de dar conta das contaminações relacionadas à pandemia. Assim, os casos de malária, causados pelas invasões de madeireiros, caçadores, grileiros, etc., voltam a crescer. “Além da malária, um inaceitável número de crianças de 0 a 5 anos de idade morreu por causas evitáveis, como a diarreia e a desnutrição.” (CIMI, 2022,p.2018). O CIMI, citando a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) , afirma que a taxa de mortalidade em decorrência da COVID-19 entre os anos de 2020 e 2021 foi 29% dentre os indígenas. No último ano de governo, 2022, foram registrados 87 casos de desassistência na área da saúde. Com a situação da Pandemia relativamente controlada, não graças às ações de Jair Messias Bolsonaro, os casos voltam a abranger, em sua maioria, as questões já anteriormente tratadas no ano de 2019, como a contaminação das águas, a falta de acesso à água potável e a dificuldade dos indígenas aldeados de acessar saúde básica e de qualidade (CIMI, 2023,p.231). Essa constatação demonstra a total omissão, inatividade e falta de interesse do governo para resolver essas questões, já que elas perduram há anos sem alterações.

Todos os fatores elencados neste tópico confirmam a ineficiência e o desinteresse do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) em relação à garantia de direitos dos Povos Indígenas. Na realidade, para além da omissão, o governo atuou contra os povos, estabelecendo ações, ideias e posicionamentos que tinham como interesse prejudicar as comunidades afim de favorecer e fortalecer o capital estrangeiro, o agronegócio e as iniciativas privadas, que se beneficiam da diminuição dos povos indígenas e da não-demarcação de terras.

Existem diversos interesses econômicos malquistando os direitos socioambientais no Brasil, o que, conseqüentemente, afeta os direitos indígenas. O posicionamento econômico baseado no setor primário, que coloca o Brasil como exportador de commodities na cenário mundial não é exclusivo do governo Bolsonaro, mas é possível perceber o incentivo a esse sistema, favorecendo o acúmulo de capital na hierarquia internacional através de uma nova orientação econômica e política para as nações de economia emergente e, como consequência, submete o Brasil aos interesses de suas classes dominantes que, por sua vez, respondem às exigências do capital internacional.

Nesse sentido, com o apoio da extrema direita internacional, a finança neoliberal e agentes econômicos destruidores do meio ambiente, associados de forma simbiótica por clivagens internas/externas, estão infringindo os direitos constitucionais do meio ambiente e dos povos indígenas, principalmente os da região amazônica, bem como as florestas (loci e habitats naturais desses povos e outras comunidades) em favorecimento e promoção do agronegócio e da mineração, numa escala destrutiva e de acomodação acumulativa do capital em expansão (Risso e Carvalho, 2022, p.175)

Diante o período de governo de Jair Bolsonaro, indígenas de todo o Brasil se organizaram como oposição, defendendo suas pautas e lutando contra as medidas que os prejudicavam, como exemplo se observa o caso dos advogados indígenas que protocolaram uma denúncia contra o governando junto ao Tribunal Penal Internacional de Haia, por Genocídio dos povos indígenas. Se faz interessante destacar que, antes mesmo de ocupar a posição de presidente do Brasil, o citado representante já apresentava ameaça a população indígena, assim, no ano de 1998, os indígenas do Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Capoib, oficializaram um pedido de cassação do mandato de Deputado Federal de Bolsonaro, que haveria afirmado no período “pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou seus índios”⁹. Na época, Bolsonaro era autor de um Decreto Legislativo que previa a anulação da demarcação da terra indígena Yanomami.

O processo eleitoral de 2022, que representou o fim do governo de Jair Messias, elegeu a maior bancada indígena da história brasileira (APIB, 2021). A esperança dos movimentos sociais indígenas e dos blocos progressistas da sociedade é de que esse fator representa o aumento da representação e da garantia dos direitos indígenas nos próximos anos, assim como uma maior capacidade de construir, aplicar e gerenciar políticas e ações favoráveis à defesa dos povos originários, à demarcação de terras e a proteção ambiental. Ainda assim, é inegável encarar que a oposição será ferrenha, já que, mesmo que o antigo representante estatal não tenha sido reeleito, seus representantes e aliados se encontram em peso nas diversas instâncias da política nacional.

A chamada “bancada do cocar” representa a esperança de uma resistência eficaz, com possibilidade de união com outras bancadas temáticas de visão progressista. Essa esperança é fundamentada na possibilidade de que esses representantes possam fortalecer a voz das comunidades indígenas no cenário político, trazendo à tona suas preocupações, necessidades e direitos de maneira mais eficaz.

A análise do governo Bolsonaro permite observar como se encontram, atualmente, a dinâmica dos direitos e vivências indígenas no Brasil. Sob o avanço do agronegócio e do conservadorismo, os povos originários, mais do que nunca estão sob ameaça por serem interpretados como entraves ao avanço comercial, sob o plano de fundo de um capitalismo cada vez mais predatório. Diante desse cenário, é inegável a ação do Serviço Social junto a essa

⁹ Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/11/os-indigenas-tinham-razao-quando-pediam-cassacao-de-bolsonaro-em-1998/>. Acesso em 05/09/2023.

categoria. Nos próximos capítulos serão analisadas as potencialidades e os obstáculos existentes entre essa relação.

1.7 A RESISTÊNCIA INDÍGENA¹⁰

Nos anos de 1970, como devolutiva à crescente crise social e econômica intensificada pela ditadura cívico-militar no poder, ocorre o fortalecimento do movimento indígena, que se manifesta contra o etnocídio perpetrado durante esse período em nome do chamado "progresso socioeconômico".

O movimento indígena brasileiro, por conseguinte, marca a entrada dos povos indígenas, de seus/suas intelectuais e de suas lideranças na esfera público-política e como sujeitos público-políticos, que dinamizam sua voz e que tornam pungente sua ação frente às instituições, buscando tornar-se interlocutores privilegiados da questão indígena, Sempre que ela se torna ponto e problema fundamental para a constituição e para a evolução da sociedade brasileira (Danner; Dorrico; Danner, 2018, p. 267).

Diante desse contexto de crescente genocídio e ameaças, o enfrentamento político se torna primordial como forma de proteger de suas culturas, ritos e cosmovisões. As ações ditatoriais nesse período já não mais são aceitas pelo grande público, que passa a depositar na questão indígena um holofote nunca antes direcionado.

Esse movimento fez com que a temática ganhasse certo espaço na mídia e a cada denúncia ou exposição da violência sofrida pelos povos indígenas, mais pessoas se tornavam cientes e simpatizavam com a causa, o que fez com que o tema se tornasse pauta de apoio popular, pressionando o governo militar. É também em meio a esse processo que o movimento passa a ter acesso às referências internacionais de resistência e, com isso, se aproximam de temáticas como identidade e território (Barbosa; Fagundes, 2018, p. 11).

Essa dinâmica, de enfrentamento e tomada de protagonismo, requer além de uma postura de militância, também romper com um padrão de tutela, reconhecendo-se como sujeito consciente de seus direitos.

O protagonismo revelado durante esse processo, era até então impossibilitado pela base dinâmica de crescimento econômico e social que se apoderava do etnocídio como

¹⁰ Este item se utiliza das reflexões da autora sob a temática publicadas no periódico “Serviço Social em Revista”, volume 25, número 2, sob a orientação do professor Dr. José Fernando Siqueira da Silva.

impulsionador. Dessa maneira movimento indígena aparece não tenho alternativa a não ser protagonismo de seus representantes e de suas lutas¹¹.

com objetivo de lutar contra o as ações de etnocídio desempenhadas e normalizadas na época, movimento se estabelece, porém também se coloca como oposição à política paternalista, que colocava o indígena em uma situação de subordinação e incapacidade. A prática ativista então, apresentou-se como oposição a essa lógica paternalista.

[...] o falar diretamente e o agir politicamente sem mediações institucionalistas, cientificistas e tecnicistas seriam o caminho e o instrumento para o enfrentamento dessa tutela tecnocrática de tais instituições em relação aos povos indígenas. Nesse sentido, o movimento indígena brasileiro (assim como, depois, a literatura indígena na esteira dele) institui uma voz-práxis direta, política e politizante, carnal e vinculada dos indígenas por si mesmos e desde si mesmos, em que a tutela tecnocrática seria substituída pelo ativismo, pela militância e pelo engajamento público-políticos do sujeito indígena (Danner; Dorrico; Danner, 2018, p. 269).

Essa articulação começou a exercer influência sobre diversos setores e organizações dentro do país, bem como despertou o interesse público em relação às demandas da população indígena. Um exemplo desse engajamento foi a colaboração com grupos missionários, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), criado em 1972, que, apesar de, na época, ter seus próprios objetivos organizacionais, trabalhava em prol dos direitos dos indígenas. Além disso, várias comissões pró-indígenas foram criadas. Ainda assim, mesmo aqueles grupos que apoiavam e se uniam à causa indígena, como antropólogos, advogados, jornalistas, religiosos e artistas (Ramos, 1995), constante mente se utilizavam de uma concepção distorcida e estereotipada dos povos originários.

[...] na versão pós-moderna dos "amigos dos índios" também não falta uma boa dose de romantismo, quando se demanda dos índios, se não um exotismo redentor, no mínimo uma inquebrantável integridade de princípios: morrer, se preciso for, mas defendendo suas terras, resistindo ao assédio dos poderosos, repelindo a corrupção, denunciando os descabros. Quanto mais estoico e resistente a tentações for o índio, mais merecedor ele será da solidariedade dos brancos. Cooptação, assim como poder, não é programa de índio (Ramos, 1995, p. 06).

Dessa maneira, os indígenas precisaram criar alternativas para sua movimentação, já que necessitavam acordar as visões e o imaginário estabelecidos pelos setores apoiadores de sua luta, com suas verdadeiras demandas e reivindicações.

¹¹ A reconstrução histórico-crítica das formas de resistência indígena no Continente Americano é uma tarefa acadêmico-política.

Eu acho que teve uma descoberta do Brasil pelos brancos em 1500 e, depois, uma descoberta do Brasil pelos índios nas décadas de 1970 e 1980. A que está valendo é a última. Os índios descobriram que, apesar de eles serem simbolicamente os donos do Brasil, eles não têm nenhum lugar para viver nesse país. Terão de fazer esse lugar existir dia a dia. Não é uma conquista pronta e feita. Vão ter que fazer isso dia a dia, e fazer isso expressando sua visão do mundo, sua potência como seres humanos, sua vontade de ser e de viver (Krenak, 2015, p. 248).

O relatório da CNV coloca em evidencia diversos acontecimentos que se desenvolveram com o objetivo de prejudicar o movimento indígena, tal qual a proibição aos indígenas de fazerem parte de assembleias e a punição daqueles que já haviam participado em outros momentos, assim como a perseguição e a morte de líderes indígenas, como o caso do líder Kaingang Ângelo Kretã (Relatório CNV, 2014). Esses fatos somados, evidenciam a necessidade de que se estendam às investigações sobre as atrocidades praticadas durante o período, além de punir os envolvidos.

Dessa forma, torna-se evidente que os longos anos de regime ditatorial no Brasil deixaram um rastro de violência e sofrimento em diversos segmentos da população brasileira. Os povos indígenas não escaparam desse cenário. Foram deslocados de suas terras para "liberar" espaço para a expansão do agronegócio, enfrentaram a devastação de suas populações devido a doenças, foram detidos em prisões e até mesmo cooptados como soldados, instruídos a empregar técnicas de tortura contra seus próprios grupos étnicos. Os indígenas, ao longo da história, foram confrontados e considerados obstáculos ao crescimento econômico nacional. Nesse contexto, a resistência emergiu como uma força política determinada a fazer frente a essa situação.

Uma visão romantizada e estereotipada acerca dos povos indígenas ainda pode ser encontrada, mesmo entre os setores progressistas e apoiadores das lutas dos povos originários, como evidencia Ramos (1995).

Princípios virtuosos, pureza ideológica, disposição de morrer heroicamente e outras proezas morais não são mais do que fantasias de branco. Mas não parece ocorrer a muitos militantes indigenistas que, ao exigir-las dos índios, eles estão, de fato, criando o modelo perfeito daquele que não sucumbe a pressões. O contraste entre o índio-mártir e o índio-vendido é, no fundo, o reflexo do contraste entre o branco-honrado e o branco-corrupto (Ramos, 1995, p. 06).

Desde o período colonial, criaram-se ideais sobre a imagem dos indígenas no Brasil, em alguns momentos representados de maneira negativa, como ameaça, e em outros romantizados e vistos como “heróis nacionais”. Com o fim do período ditatorial e o fortalecimento da organização política indígena, nasce uma visão do indígena como revolucionário, como

opositor aos padrões estabelecidos pela sociedade, imagem que foi utilizada também, como parte de sua estratégia, pelos próprios indígenas e seus coletivos, como forma de resistência.

Essa perspectiva, propagada até os dias de hoje, confere aos indígenas um local preestabelecido, seja como “guardião da natureza”, ou até mesmo como combatente, como excêntrico ou como alternativa ao capitalismo.

[...] a construção de um imaginário concreto ao redor do índio, levou-o a viver sempre nos limites de uma humanidade questionada. Como já comentado, esta situação é comum a toda alteridade vista desde o etnocentrismo, no caso dos povos indígenas, sua inclusão nas fronteiras periféricas de um etnocentrismo com tendência à imperialidade, como a sociedade colonial/nacional brasileira levou-lhes a viver uma situação de conflito inter-étnico perpétuo e assolador (Trindad, 2018, p.12)

Todas essas imposições relegam os povos indígenas a um modelo pré-determinado de existência e perpetuação, sem permitir que exerçam influência ou perturbem a ordem estabelecida pela sociedade dominante. Essa ordem está fundamentada na reprodução do sistema capitalista, que se desenvolve a partir das condições específicas da América Latina e de sua vasta diversidade.

O Serviço Social, como uma profissão comprometida com as necessidades e lutas dos grupos marginalizados e com uma defesa inabalável dos direitos humanos, deve ter como prioridade a análise da questão indígena como um componente integral da questão social. Esta última é entendida aqui como uma expressão direta da lei geral da acumulação capitalista (Marx 2013). Isso requer uma pesquisa meticulosa e a contextualização do tema dentro de processos históricos complexos, levando em consideração a história da América Latina e os impactos atuais da influência do capitalismo nessa parte do continente americano. Sem essa perspectiva, propostas e iniciativas de resistência perdem sua eficácia e sua relevância histórica.

O compromisso do Serviço Social enquanto categoria com a luta em questão, deve ocorrer respeitando o protagonismo dos indivíduos e dos povos indígenas e suas demandas, como luta anticolonial e anticapitalista progressista.

CAPÍTULO 2 – O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO INDÍGENA

2.1. DOCUMENTOS E TEXTOS PUBLICADOS PELO CONJUNTO CFESS/CRESS, ABEPSS E ENESSO

Com o objetivo de compreender como a categoria profissional das (os) assistentes sociais tem se manifestado em suas mídias sobre a questão indígena, serão sumariadas as produções dos órgãos representativos da profissão (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO)¹². Para isso, foi realizada uma busca dos termos “indígena(s)” e “povos originários” nos sites oficiais dessas instituições a fim de encontrar publicações, manifestos, eventos e matérias acerca da temática.

Os resultados encontrados estão dispostos neste capítulo conforme a linha de tempo em que foram publicados, exceto no caso dos CRESS, em que estão separados por estados. Se faz importante salientar que os mecanismos de busca podem ser falhos e algum material pode não ter retornado resultado nas buscas. De qualquer maneira, a consulta foi feita e verificada e os resultados foram analisados de acordo com seu conteúdo e relevância com a temática.

Se faz importante salientar, nesse momento, que o objetivo neste capítulo, não é o de analisar ou discutir o conteúdo dos referidos documentos, seus tópicos, suas potencialidades e limitações, da mesma maneira que não existe a intenção de discutir ou justificar porque as publicações são mais ou menos presentes em diferentes regiões e locais, mas sim, tão somente levantar a quantidade de publicações relacionadas à questão indígena na área do Serviço Social e discutir o que esses números podem significar para a categoria. A proposta é mapear a produção recente do tema na área de Serviço Social.

No site do CFESS é possível encontrar alguns materiais sobre o tema. O primeiro deles foi publicado em 19 de abril de 2012 (dia nacional dos povos originários), na categoria de manifestos denominada “CFESS Manifesta”, com o título de “Questão indígena e Serviço Social”. Esse texto, formulado pela gestão “Tempos de luta e resistência” (2011-2014), trata dos motivos que demandam a relação entre classe e questão indígena afirmando o compromisso com duas prerrogativas:

¹² Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Intensificação da discussão, no Conjunto CFESS-CRESS, sobre a questão indígena no Brasil, a população quilombola e comunidades tradicionais, o aparato legal (legislação) que as regem, o estudo sobre o acesso desses segmentos às políticas públicas, apoiando a luta pela demarcação das terras (CFESS, 2012)

Articulação e apoio às lutas dos movimentos sociais pelo direito à terra, pela moradia digna, pelos direitos dos povos originários, quilombolas, população em situação de rua e catadores/as de materiais recicláveis (CFESS, 2012).

No ano seguinte, 2013, na mesma data, 14 de abril, dia nacional dos Povos Indígenas no Brasil, o CFESS lança mais um CFESS Manifesta sobre a temática indígena, esse com o título “Éramos livres e Felizes”. Esse manifesto aborda a catequização e o trabalho forçado a que foram submetidos os indígenas durante o período Colonial e também comenta outras violações sofridas ao longo da história, como o período da ditadura cívico-militar. Por fim, o documento reintegra seu compromisso com a luta indígena e as prerrogativas do documento anterior.

Nesse mesmo ano, o Conselho Federal de Serviço Social fez parte da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI), que aconteceu em Brasília, no mês de dezembro e, como resultado, publica o terceiro CFESS Manifesta com temática Indígena, denominado “Por uma Saúde que respeite a Cultura Indígena”. No documento, é relatada a trajetória da saúde indígena no Brasil bem como discutidas as especificidades e individualidades no fazer da saúde indígena.

Destaque-se que os povos indígenas concebem a saúde em sua relação com a terra, em completa sintonia e equilíbrio com a natureza, fruto de um processo de construção coletiva. Isso implica compreender a saúde indígena nos marcos do respeito à sua cidadania plena, com a garantia da territorialidade, em vista da sua autonomia na relação com os recursos naturais, assegurando-lhes o respeito à cultura e ao processo de organização, que remontam às suas práticas tradicionais na produção da saúde (CFESS, 2013)

Em 2014, já na gestão “Tecendo na Luta a manhã desejada”, o órgão, membro da Frente Nacional contra a privatização, lança uma nota chamada “Por uma Saúde Pública que respeite a cultura e especificidade indígena e contra a privatização da Saúde Indígena” com posicionamento político contrário a criação do chamado Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI).

a criação do INSI aprofunda o processo de privatização em curso na Saúde Pública brasileira, incrementa a terceirização e precarização da Saúde Indígena, na medida em que institui entidade de caráter privado, no formato de Serviço Social Autônomo

(SSA), abrindo mão da gestão pública da política de atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil (CFESS, 2014).

Em 2015, o Relatório Final do 44º Encontro Nacional CFESS/CRESS traz algumas menções à questão indígena. Dentre as deliberações do Eixo Temático da Seguridade Social, encontra-se “Contribuir para a efetiva implementação, no âmbito da educação [...] da lei 11.645/09, Resolução 01/2004 CNE e Parecer n 03 10/03/2004, que torna obrigatório o ensino da cultura indígena”. Também é possível encontrar no documento uma moção de repúdio ao massacre contra os povos indígenas que se manifesta pela:

Realização, por parte do Estado brasileiro, de uma investigação rápida, independente e exaustiva, para apurar os fatos e levar à justiça os/as responsáveis pela morte do líder indígena Simião Vilhalva, além de outras lideranças indígenas, em decorrência de sua luta pelo acesso e o direito à terra; Garantia do respeito e proteção dos direitos humanos dos povos indígenas, incluindo seu direito às terras; Não aprovação da PEC 215, por se tratar de uma afronta ao direito dos povos indígenas de acesso à terra; Garantia, por parte do Ministério da Justiça, do envio e permanência de força de segurança no local dos ataques paramilitares, para que cesse a atuação das milícias rurais, que atentam contra a vida dos povos indígenas naquela região, à revelia do Estado democrático e de direito.(CFESS, 2015)

Em julho de 2016 foi realizado pelo CFESS, em colaboração com o CRESS-PA, o “Seminário Nacional de Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais”. O evento contou com lideranças indígenas que palestraram acerca das populações indígenas em situação fronteiriça.

Já no ano de 2017, a ABEPSS divulgou entre suas notícias, um original chamado “Chega de arrancar os povos originários e comunidades tradicionais de seus territórios! - Nossa entidade se mantém firme no compromisso com uma formação profissional que desvele os fundamentos da questão social brasileira na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e comunidades camponesas e populações tradicionais”, que manifestava sua posição contrária às medidas sociojurídicas que resultavam na espoliação dos povos indígenas e contra o marco temporal.

“Assistentes sociais afirmam: viva a Amazônia, pela Reforma Agrária, pela demarcação das terras dos povos originários!”, é o título da matéria postada em setembro de 2019 no site oficial do CFESS. Ela se refere ao 48º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado em Belém-PA. O evento, entre seus assuntos, discorreu sobre as problemáticas da região Amazônica e contou com a fala de indígenas retratando a importância do trabalho do Serviço Social junto às comunidades.

Em 7 de agosto de 2020 (Dia Internacional dos Povos Indígenas), o CFESS publicou em seu site oficial uma matéria com o título “Questão indígena também é assunto para assistente social” na qual trata sobre a atuação profissional nas aldeias e a Pandemia do Covid-19. O escrito apresenta também uma entrevista com Tatiane Martins, indígena Kaiowá, assistente social que atuava, no momento da publicação, no CRAS Indígena da aldeia Bororó, em Dourados-MS.

No território em que habito, sentimos falta, por exemplo, do transporte público, da energia elétrica. Acredito que o fortalecimento da política de assistência social passa pela análise e atenção às especificidades dos povos indígenas, que também são usuários dos serviços sociais (CFESS, 2020)

No dia 18 de agosto do mesmo ano, a ABEPSS fez em seu canal do Youtube, uma live com a temática “A questão ambiental e indígena em tempos de pandemia”, que contou com a presença de Eronilde Fermin Omagua - Cacique Geral do povo Omagua-kambebe do Alto Rio Solimões; Gilberto de Souza Marques - Economista, professor da UFPA e Maria das Graças e Silva - Assistente Social, professora da UFPE.

Em fevereiro de 2021, foi lançada a seguinte matéria: “Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, 7 de fevereiro- Uma das mais afetadas pela pandemia, população é também usuária do Serviço Social”, que ressalta o compromisso da categoria com a proteção dos povos e comunidades indígenas e discorre acerca da primeira indígena vacinada para o Covid-19. O texto ressalta:

É competência da/o assistente social a orientação de indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais, no sentido de identificar recursos e de fazer uso deles no atendimento e na defesa dos direitos da população indígena, atuando para que o acesso à informação e aos direitos seja garantido (CFESS, 2021)

Em abril do mesmo ano, o Conselho divulgou a campanha de comemoração ao dia da/o assistente social (15 de maio) que, nessa ocasião, teria com tema a discussão da causa indígena, com o slogan “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente”. O objetivo da campanha era discutir e dar visibilidade ao trabalho pela vida e resistência dos povos originários e comunidades tradicionais. O artigo também busca dar visibilidade às (aos) assistentes sociais indígenas, às questões relacionadas a pandemia e à discussão acerca dos territórios.

Por isso, o mote do 15 de maio, “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente”, vem reafirmar o Projeto ético-político profissional na defesa dos povos originários e tradicionais, reforçando a inserção da categoria na luta e resistência junto às comunidades indígenas, quilombolas, ciganas e muitos outros, que estão não só campo, mas também nas cidades (CFESS, 2021)

Dessa forma, cumprindo com a agenda de comemorações do Dia do Assistente social, o conjunto CFESS/CRESS, no dia 15 de maio deste mesmo ano, apresenta um evento unificado, promovido de forma virtual, com a temática “Trabalho pela vida e resistência dos povos originários e comunidades tradicionais!”. Dando sequência às atividades, nos dias 20 e 21, aconteceu uma live unificada da região Nordeste com o tema “Resistência e luta em defesa do direito à vida no campo e na cidade – pelos povos originários e comunidades tradicionais”.

Ainda em 2021, no mês de setembro, o CFESS fez uma publicação em defesa dos direitos dos povos indígenas no Brasil e contra a tese do Marco Temporal, que teria previsão de julgamento no STF durante o período da matéria e também divulgou a Marcha das mulheres indígenas, que ocorreu naquele ano.

Já a ABEPSS, nesse mesmo ano, publicou uma matéria no dia 17 de Abril, intitulada “O Serviço Social, a questão agrária e ambiental, e as lutas camponesas e dos povos indígenas: “Abril Vermelho e Indígena” fortalece luta camponesa e dos povos originários no Brasil e promove reflexão sobre a necessidade destes temas na formação de assistentes sociais”. No escrito, o órgão discorre sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás, onde 21 camponeses do movimento sem terra foram brutalmente assassinados pela Polícia Militar, relacionando o fato com a luta dos Movimentos Indígenas, que também em abril, realizam anualmente o Acampamento Terra Livre. O texto aborda também a relação entre o estudo das lutas camponesas e indígenas com a formação em Serviço Social.

É preciso compreender, de partida, que a formação sócio-histórica brasileira evidencia os determinantes agrários e também ambientais como fontes de acumulação primitiva e de poder das frações da classe burguesa no Brasil. Isso ocorre desde a exploração agrário-exportadora do escravismo colonial, passando pela industrialização tardia, pela “revolução verde” do setor agroindustrial e a produção de commodities e outras formas de participação direta e indireta no mercado financeiro. Tudo isso inserido em um contexto neoliberal e de sociabilidade capitalista dependente e periférica (ABEPSS, 2021).

A questão social é considerada matéria profissional do trabalho das/os assistentes sociais. A partir da formação sócio-histórica brasileira, ela deve ser compreendida enquanto conjunto das manifestações de desigualdades sociais, expropriação, exploração, violências, mas também de enfrentamentos, lutas e resistência da classe trabalhadora na sociedade brasileira que, com suas expressões, marcam o campo, as

florestas e a cidade. Assim, tem se convencionado chamar de questão agrária e questão ambiental as singularidades que conformam a questão social no campo, florestas e matas, com destaque para a questão fundiária como determinante essencial. Isso permite indicar que a questão social é categoria teórico-analítica mais ampla (ABEPSS, 2021)

Mais tarde, no dia 19 de abril, a ABEPPS, faz uma matéria comemorativa ao dia Nacional da luta Indígena e reafirma as pautas de luta. O artigo, denominado “Povos indígenas ressignificam o mês de abril e promovem ações de resistência”, envolvem as ações que incluem o enfrentamento à pandemia nas comunidades indígenas e integram o “Abril Vermelho e Indígena” que faz o enfrentamento ao agravamento da questão agrária e ambiental, reunindo movimentos sociais do campo e das florestas.”

Em 2022, nos dias 14 e 15 de julho, o CFESS realizou o primeiro “Seminário Latino-americano e caribenho de Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos”. O evento foi de extrema importância, por ser pioneiro na discussão da Questão indígena no âmbito da categoria profissional. Sobre ele, abordar-se-á futuramente, ao discorrer-se sobre a Associação Nacional de Serviço Social e Povos Indígenas.

No dia 07 de fevereiro de 2023, o CFESS divulga a matéria “No Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, assistentes sociais reafirmam defesa de direitos dos povos originários- País registra crise humanitária sem precedentes em terra indígena Yanomami, na região norte” em seu site. O texto faz referência a situação de genocídio vivenciada pelo povo Yanomami (AM-RR).

No mesmo dia, o ENESSO publica uma nota: “O Movimento Estudantil de Serviço Social na defesa dos povos originários!”

Entender as opressões sofridas pelo sistema capitalista é reconhecer que os povos originários são historicamente explorados, marginalizados e violados pelas políticas de governo, pelo Estado e pela burguesia. Reconhecer essa história, enquanto estudantes de Serviço Social, e enquanto profissionais Assistentes Sociais, é entender que há a urgência de reconhecer e apreender acerca das demandas individuais desses povos que sofrem cotidianamente com a barbárie capitalista e as diversas expressões da Questão Social, entender que nosso trabalho também atingirá esses povos, e que é imprescindível a luta em todos os dias, para que sejam respeitados e terem seus direitos garantidos (ENESSO, 2023).

Em relação aos CRESS, cada região conta com seu próprio endereço online. Dessa forma, a busca pelas expressões foi feita em cada página da web separadamente. Assim como

no caso do CFESS, ENESSO e ABEPSS, foram pesquisados os termos “indígena, indígenas e Povos Originários”. Os resultados foram selecionados conforme seu conteúdo, excluindo os materiais que apenas apresentavam os termos de forma isolada, sem aprofundamento acerca da temática, sendo considerados apenas as páginas que realmente abordavam a questão indígena, de forma mais exclusiva ou aprofundada. Também foram excluídas matérias replicadas dos sites do CFESS, ENESSO ou ABEPSS, por já terem sido apresentadas anteriormente neste estudo. Destaca-se que os resultados apresentados são os provenientes das pesquisas feitas nos dispositivos de busca dos endereços, o que pode, por algum motivo, não apresentar todos os produtos. O resultado dos artigos, matérias e documentos que foram encontrados está listado a seguir:

- Acre (AC) - Nessa regional foram encontrados dois materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “Moção de Repúdio ao descaso do Governo Federal com a preservação da Amazônia e com a População Indígena” (2020) e “NOTA DOS CRESS DO NORTE EM DEFESA DA AMAZÔNIA” (2019).
- Alagoas (AL) - Nesta regional foram encontrados dois materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “Resistência e luta em defesa do direito à vida dos povos originários e comunidades tradicionais marca o primeiro dia da I Live Unificada dos CRESS do NE” (2021) e “A atuação profissional e a resistência nos territórios: confira a agenda do mês da/o Assistente Social organizada pelo CRESS Alagoas” (2021).
- Amapá (AP) - Não foram encontrados documentos, notícias ou materiais que respondessem aos termos de busca ou os resultados não apresentavam conteúdo significativo acerca da temática indígena.
- Amazonas (AM) - Não foram encontrados documentos, notícias ou materiais que respondessem aos termos de busca ou os resultados não apresentavam conteúdo significativo acerca da temática indígena.

- Bahia (BA) - Nesta regional foi encontrado um material que responde aos critérios estabelecidos, sendo ele denominado “07 de fevereiro: Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas” (2023) e “19 de abril, dia dos Povos Indígenas” (2021).
- Ceará (CE) - Nesta regional foi encontrado um material que responde aos critérios estabelecidos, sendo ele denominado “Resistência e luta em defesa do direito à vida dos povos originários e comunidades tradicionais” marca o primeiro dia da I Live Unificada dos CRESS do NE.” (2021).
- Distrito Federal (DF) - Nesta regional foi encontrado um material que responde aos critérios estabelecidos, sendo ele denominado “Dia de Luta e Resistência dos Povos Indígenas” (2022).
- Espírito Santo (ES) - Nesta regional foram encontrados oito materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “Assistentes sociais afirmam: viva a Amazônia, pela Reforma Agrária, pela demarcação das terras dos povos originários! (2019); Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas. Lutemos!” (2020); “09 de agosto: Dia Internacional dos Povos Indígenas (2020); 07 de fevereiro: Dia Nacional da Luta dos Povos Indígenas” (2021); “CRESS-ES Entrevista Luzia França Teixeira sobre atendimento da população Tupinikim e Guarani em Aracruz (ES)” (2021); “Dia Mundial do Meio Ambiente: Assistentes Sociais na luta e na defesa dos direitos de povos originários e comunidades tradicionais” (2021); “A luta é pela terra!” (2021); e “Dia de Luta dos Povos Indígenas: pela vida, contra invasão de terras, pela demarcação” (2022).
- Goiás (GO) - Nesta regional foram encontrados sete materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “Maio da/o Assistente Social em Goiás destaca trabalho profissional, vida e resistência dos povos originários e tradicionais” (2021); “Live dia 12 de maio debate “Trabalho pela vida e resistência dos povos

originários e comunidades tradicionais” (2021); “Povos originários na universidade e formação crítica em Serviço Social são tema de live dia 27 de agosto” (2021); “Projeto de extensão Trabalho pela vida e resistência de povos originários e povos tradicionais realiza 3º Encontro” (2021); “Contra mineração em TIs, indígenas realizam manifestação em Brasília nesta segunda, 19, Dia do Índio” (2021); “Permanência de indígenas e comunidades tradicionais na educação superior é tema de live de encerramento de projeto de extensão da UFG” (2022); e “Live sobre acesso, permanência e êxito de indígenas e comunidades tradicionais na educação superior é nesta quarta, 6/4” (2022).

- Maranhão (MA) - Nessa regional foram encontrados cinco materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados: “Dia dos Povos Indígenas - 19 de Abril” (2023); “Dia da Luta Indígena- 19 de Abril” (2022); “Abril indígena: Luta e Resistência” (2021); “Dia de Luta e Resistência Indígena- 19 de Abril” (2021); e “Assistentes Sociais em Apoio aos acampados em greve de fome no INCRA (2015)”.
- Mato Grosso (MT) - Nessa regional foi encontrado um material que responde aos critérios estabelecidos, sendo ele denominado “CRESS/MT debateu Direitos Humanos e o Combate ao Racismo em Seminário Estadual” (2019).
- Mato Grosso do Sul (MS): Nesta regional foi encontrado um material que responde aos critérios estabelecidos, sendo ele denominado “Dia dos Povos Indígenas: data marca a diversidade das etnias” (2023).
- Minas Gerais (MG): Nesta regional foram encontrados dez materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “Incêndio criminoso na Aldeia Xakriabá, no norte de Minas, compromete parte da memória dessa população” (2021); “Mostra de curtas traz realidade da cultura indígena brasileira a BH” (2014); “Mostra em BH exibe filmes produzidos por indígenas brasileiros e peruanos” (2013); “Participe da 5º edição do Abril indígena” (2013); “Seminário Direito dos Povos Indígenas na

Atualidade” (2013); “Conhecimento de intelectuais Indígenas é tema de palestra em BH” (2012); “Decisão judicial ameaça vida de comunidade indígena” (2012); “Sind-UTE promove evento sobre culturas indígenas e africanas” (2012). “Seminário na UFMG abordará ética em Pesquisa sobre indígenas” (2012) e “Debate público marca abertura do abril indígena 2012” (2012).

- Pará (PA) - Não foram encontrados documentos, notícias ou materiais que respondessem aos termos de busca ou os resultados não apresentavam conteúdo significativo acerca da temática indígena.

- Paraíba (PB) - Não foram encontrados documentos, notícias ou materiais que respondessem aos termos de busca ou os resultados não apresentavam conteúdo significativo acerca da temática indígena.

- Paraná (PR) - Nessa regional foram encontrados treze materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “Assistente Social, Gilza Kaingang, comenta Dia Internacional de Luta dos Povos Indígenas” (2022); “Assistentes Sociais debatem direitos e leis trabalhistas indígenas” (2022); “Curso de Extensão Questão Indígena e Serviço Social inicia com debate sobre diversidade e interculturalidade dos povos indígenas” (2022); “No dia da Luta dos Povos Indígenas, a luta pelo direito à vida e à saúde são as prioridades” (2021); “Nota de repúdio: CRESS-PR é contra o fechamento da CAPAI, em Curitiba” (2021); “Dia do e da Assistente Social: representantes indígenas, quilombolas e de comunidades de terreiros contam sobre seus desafios e dificuldades no 1º dia de evento” (2021); “Dia da (do) Assistente Social: Segundo dia do evento reafirmou o compromisso de Assistentes Sociais com povos originários e comunidades tradicionais” (2021); “Dia 19 de abril é Dia de Resistência e Luta dos Povos Indígenas no Brasil” (2020); “Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas: saiba origem e importância da data” (2020); “Assistentes Sociais pelos Direitos e Diversidade dos Povos Indígenas” (2019); “Assistentes sociais realizam ato em apoio a indígenas que ocupam a SESAI e pedem contribuições” (2016); “Desafios

do Trabalho Social com população Indígena” (2013) e “Inscrições – trabalho Desafios del trabajo social en contextos de diversidad intercultural indígena del Brasil” (2013).

- Pernambuco (PE) - Nessa regional foram encontrados quatro materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “A luta dos povos indígenas em 2021 e o papel do Serviço Social” (2021); “O Dia 09 de agosto e a Peleja dos Povos Indígenas do Planeta” (2019); “Envelhecimento e população indígena em debate no CRESS-PE” (2018) e “CRESS participa de Assembleia Indígena do Povo Xukuru” (2018).
- Piauí (PI) - Não foram encontrados documentos, notícias ou materiais que respondessem aos termos de busca ou os resultados não apresentavam conteúdo significativo acerca da temática indígena.
- Rio de Janeiro (RJ) - Nessa regional foram encontrados onze materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “Dia Nacional da Luta dos Povos indígenas – 7 de fevereiro” (2019); “Dia Internacional dos Povos Indígenas (2018); Assistentes Sociais contra o Fascismo, todas as nossas cores resistem” (2018); “I Semana de Estudos Africanos e Indígenas do Campus Rio de Janeiro” (2017); “A Questão Indígena em quatro minutos” (2016); “Indígenas Inspiradoras: Conheça a história de cinco mulheres” (2016); “Homenagem às realizadoras indígenas no Dia Internacional da mulher” (2016); “Direito Indígena é ameaçado nos três poderes, alerta magistrada” (2015); “A história continua a traficar sangue indígena” (2015); “Seminário de cultura Afro e Indígena nas escolas” (2015) e “Inscrição de posterres para Seminário sobre história Afro-brasileira e indígena” (2015).
- Rio grande do Norte (RN) - Nessa regional foram encontrados seis materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “19 de abril: dia de luta pela demarcação das terras indígenas” (2021); “CRESS Entrevista Dayane Souza sobre Serviço Social e a Questão Indígena” (2021); “CRESS Entrevista Eliz Pankararu sobre

A questão indígena” (2019); “Seminário vai debater Povos e Comunidades Tradicionais do RN” (2019); “Assistentes sociais afirmam: viva a Amazônia, pela Reforma Agrária, pela demarcação das terras dos povos originários!” (2019) e “Nota de apoio do Cress/RN aos povos indígenas do RN e contra o Decreto 9.010/2017” (2017);

- Rio Grande do Sul (RS) - Nessa regional foram encontrados dois materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “Nota De Apoio À Ocupação Das/Os Estudantes Indígenas Da Ufrgs Em Defesa Da Casa De Estudante Indígena” (2022); “Situação Indígena No Brasil (2013); Manifesto Sobre O Dia Da Luta Indígena” (2012).
- Rondônia (RO) - Nesta regional foi encontrado um material que responde aos critérios estabelecidos, sendo ele denominado “I Seminário Sobre Fluxo Migratório E De Fronteira, Questão Indígena E Serviço Social” (2015).
- Roraima (RR) - Nesta regional foi encontrado um material que responde aos critérios estabelecidos, sendo ele denominado “Evento "Serviço Social em defesa da infância, adolescência e juventude: abordagem no terceiro setor” (2021);
- Santa Catarina (SC) - Nesta regional foram encontrados quatro materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “15 de maio– Dia da/o Assistente Social". Mensagem da Gestão “Coragem e Democracia: A Certeza na Frente, a História na Mão” (2021); “Diversidade Étnico Cultural para o SUAS: Reflexões sobre o Trabalho Social com Famílias Indígenas no Alto Vale do Itajaí” (2021); “Homologação Urgente. Terra Indígena Morro dos Cavalos” (2014) e “Evento on-line NUCRESS Grande Florianópolis – A Face Indígena da Questão Social – Povos Originários em Tempos de Barbárie” (2022).

- São Paulo (SP) - Nesta regional foram encontrados seis materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “Assistentes sociais fortalecem movimento indígena” (2021); “Povos originários e comunidades tradicionais no centro das atenções de assistentes sociais” (2021); “CRESS-SP entrevista a técnica em enfermagem e assistente social Vanuza Kaimbe” (2021); “CRESS/SP divulga carta de apoio ao Movimento Indígena” (2017); “Nota em solidariedade aos povos indígenas do Pico do Jaraguá” (2020); e “CRESS/SP lança nota sobre Dia da Consciência Indígena” (2019);
- Sergipe (SE) - Nesta regional foram encontrados cinco materiais que respondem aos critérios estabelecidos, sendo eles denominados “19 de abril – Dia dos Povos Indígenas” (2023); “CRESS-SE entrevista assistente social indígena no Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas” (2022); “19 de abril – DIA NACIONAL DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS” (2022); “9 de agosto – Dia Internacional dos Povos Indígenas” (2022); e “9 de agosto – Dia Internacional dos Povos Indígenas” (2021).
- Tocantins (TO) - Nessa regional foi encontrado um material que responde aos critérios estabelecidos, sendo ele denominado “Amazônia Fica! Amazônia Resiste!” (2019).

Analisando as publicações, é possível afirmar que a temática Indígena vem sendo abordada com maior frequência a partir dos últimos 3 anos. Esse fator pode ser relacionado a diversos motivos e fatores, dentre os quais é possível destacar os desafios contemporâneos. Como foi abordado no capítulo 1 desse estudo, os quatro anos de governo Bolsonaro não apenas excluiu os povos indígenas do campo dos direitos como também implementou e/ou incentivou medidas destrutivas e violentas contra essa população. Essas ações executadas pelo governo federal resultaram em diversos casos extremos em que populações indígenas foram ameaçadas, violentadas e mortas, tanto por omissão de cuidado de Estado, quanto por ações violentas, cometidas por grupos incentivados pela política de Bolsonaro. Diante dessa situação, diversos casos ganham a mídia e o conhecimento popular, como as grandes queimadas criminosas que afetaram a fauna, a flora e os povos tradicionais, as consequências do abandono praticado no auge da pandemia de Covid-19 e o caso dos indígenas Yanomamis, submetidos a condições de

subnutrição severa. Essa expansão de divulgações sobre problemáticas indígenas, aumenta a demanda pela busca sobre o assunto e, conseqüentemente, pode influenciar a criação de mais conteúdo sobre a temática, inclusive dentro da categoria.

Como resultado, os movimentos e organizações indígenas, ou que se dediquem à temática, ganham maior visibilidade e mais aliados, alcançando maiores horizontes com seus conteúdos, suas ações e suas lutas, principalmente no contexto atual com ao aumento do alcance das mídias sociais e a nova forma de produzir, consumir e propagar informações. Além disso, também se percebe o aumento de indígenas em espaços representativos, ocupando a mídia, as universidades e os espaço de luta como protagonistas, ato que também podem influenciar o número de publicações compartilhadas pela categoria, favorecendo um maior reconhecimento cultural e histórico dessa categoria.

Em relação às publicações atribuídas aos CRESS de cada estado do Brasil, se faz interessante observar que os estados com maiores números de publicações acerca da temática: Paraná (10), Rio de Janeiro (11) e Minas Gerais (13) não correspondem aos estados com maior número de populações indígenas, de acordo com o Censo de 2022 (Amazonas, Bahia e Mato Grosso). Qual seria então o motivo para que se destaquem em relação ao número de relatos acerca do tema? Por que esses estados, em específico, oferecem mais conteúdo sobre a questão indígena? Sem uma maneira certa e absoluta de obter essa resposta com certeza, é possível supor algumas possibilidades. (IBGE, 2023). É possível que dentro dos espaços representativos dos estados citados existam indivíduos atraídos pela temática, por identificação pessoal, solidariedade ou outros motivos. O fato também pode se relacionar com o processo formativo vinculado às maiores universidades que oferecem o curso de Serviço Social em cada estado, incentivando ou não a abordagem ao assunto. Para além das especulações, se faz interessantes observar que a Universidade Estadual de Londrina (UEL), localizada no Paraná -o estado com maior número de publicações em seu CRESS acerca da temática indígena- é quem sedia o Congresso Internacional de Políticas Sociais e Serviço Social, futuramente analisado neste escrito por contar com a presença de um eixo temático específico sobre a questão indígena.

Em relação ao estado do Paraná, se faz importante destacar que ele se destaca como pioneira na implementação de uma política estadual de incentivo e acesso de indígenas às universidades. A lei estadual nº 13.134 estabelece que cada universidade estatal deverá reservar ao menos três vagas que serão reservadas especificamente a comunidade indígena do estado, em 2006, o número de vagas aumentou para seis (Luciano; Amaral, 2021).

Mesmo sem poder afirmar com convicção os motivos que explicam esses Estados serem os maiores divulgadores da temática indígena através de seus CRESS, é notável observar que os conteúdos abordados nos referidos espaços abordam temáticas como: as mulheres indígenas, as lutas jurídicas dessa população, a questão étnica, o processo histórico, a formação profissional, entre outros.

Por outro lado, dentre as publicações encontradas nos espaços digitais de outras regiões, as abordagens são feitas, em sua maioria, em datas ou eventos específicos, como o abril indígena ou o dia internacional dos povos indígenas (9 de agosto). Esse fenômeno pode ser percebido em todos os órgãos representativos da categoria, sendo inclusive, percebido pelos profissionais indígenas da área, como afirmam em seus depoimentos, que poderão ser consultados mais a frente. De forma geral, a maioria das publicações apresentam formato genérico, afirmando a importância de reconhecer e proteger as populações originárias como categoria profissional, sem se debruçar em ações concretas ou que ultrapassem o texto online.

Ainda assim, pode-se observar um avanço no trato da temática nos últimos tempos, já que esta vem sendo mais explorada. Esse avanço, que pode se relacionar com os fatores citados anteriormente, apesar de sua relevância e significância, pode e deve ser mais estimulado, de forma a avançar no debate da questão indígena, abordando outros fatores além da reafirmação de sua importância.

A perspectiva no atual cenário, apesar da ainda forte influência do bolsonarismo e conservadorismo fortemente estabelecido na política e sociedade brasileira, somada ao crescimento e fortalecimento da classe do agronegócio como potência política e econômica, é de maiores chances e oportunidades para que se aumente o debate na profissão. Com o avanço dos movimentos sociais indígenas, as novas representações indígenas na política, o fortalecimento da Associação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas e o aumento do número de indígenas ocupando o cenário de formação e os ambientes representativos da categoria, cria-se uma base sólida para que a discussão da temática aumente e avance, conscientizando cada vez mais os profissionais da categoria e capacitando-os para atuar junto e a favor dessa população.

2.2 SUMARIANDO A PRODUÇÃO DE PESQUISADORAS (ES), PROFISSIONAIS E ESTUDANTES SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL

O Congresso Brasileiro de Assistente Sociais (CBAS), que teve sua primeira edição em 1947, se constitui como um importante espaço de construção e movimentação política e profissional da categoria. Realizado nos dias atuais pelos órgãos representativos ABEPSS, CFESS e ENESSO, o espaço se caracteriza como o maior evento do Serviço Social Brasileiro. Durante suas dezessete edições já realizadas, o evento sediou e possibilitou o debate de diversas temáticas.

A partir de sua 15ª edição, o evento passou a disponibilizar seus Anais de forma online. Antes disso, esses materiais eram disponibilizados apenas por meio de CDs, que eram distribuídos aos participantes que tivessem realizado apresentação de seus escritos. Esse fato acaba por dificultar o acesso aos Anais das edições mais antigas, assim, analisaremos nessa ocasião as três últimas edições do Congresso, das quais os Anais estão disponíveis de forma online para livre acesso.

O 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que aconteceu no ano de 2016, em Olinda- PE, teve como tema “80 Anos do Serviço Social no Brasil, a certeza na frente, a história na mão”. Nesta edição do evento, foram registradas, de acordo com os critérios de busca preestabelecidos pela pesquisa, nove trabalhos que contemplem a temática indígena. São eles:

- A Participação das Populações Indígenas no Controle Social do Subsistema de Saúde Indígena: um desafio emergente”, escrito pelas autoras Raimunda Nonata Carlos Ferreira e Loiva Mara De Oliveira Machado;
- “Conflitos territoriais no Oeste Paraense: um estudo sobre a Terra Indígena Maró” das autoras Ana Caroline Dos Santos Ferreira e Nádia Socorro Fialho Nascimento;

- “Grupo de acolhimento aos estudantes indígenas- o GAIn: relato de uma experiência no Curso de Serviço Social da UFRGS” de Angélica Domingos, Natália Doria Da Costa, Rosa Maria Castilhos Fernandes e Silvana Moreira Claudino;
- História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: experiência de um seminário construído pelo CRESS/RJ” de Carlos Felipe Nunes Moreira, Jéssica Oliveira Monteiro, Priscila Furtado Da Silva e Silvia Dabdab Calache Distler;
- “Narrativas de práticas do Serviço Social com comunidades tradicionais indígenas do sul do Brasil” de Regiana Almeida;
- “Princípios e caminhos para atenção integral e proteção plural aos direitos das crianças dos povos indígenas” de Estela Márcia Rondina Scandola, Lizandra Schuaiga Espricido, Maristela Farias Frihling e Rosany Dias Ferraz Dacome;
- “Questão indígena e agronegócio: reflexões para o serviço social” de Elizângela Cardoso De Araújo Silva e Ilena Felipe Barros;
- “Trabalho Social com Famílias Indígenas: relato de experiência sobre as práxis sociais desenvolvidas no CRAS Indígena Pitaguary, localizado em Maracanaú-CE”, de Frederico Jorge Ferreira da Costa, Maria Lucielma Barbosa Vieira e Valdênia Lourenço de Sousa;
- “Violência doméstica contra a mulher indígena: uma expressão da questão social”

Já na 16ª edição do Congresso, que aconteceu no ano de 2019 em Brasília- DF, com o tema “40 anos da “Virada” do Serviço Social”, foram encontrados oito trabalhos com a temática indígena. São eles:

- “A construção dos direitos indígenas: Uma breve análise no contexto urbano do Distrito Federal” de Priscila Bezerra de Moraes;
- “Povos indígenas e comunidades quilombolas: reflexões iniciais sobre a operacionalização da política de assistência social no município de Barreirinha (AM)”, de Patrício Azevedo Ribeiro, Doriane Oliveira de Souza e Maria Antônia Cardoso Nascimento;
- “Povo Pankararu: indígenas sertanejos, a produção familiar e as feiras no Nordeste”, de Elizângela Cardoso de Araújo Silva;
- “O trabalho de assistentes sociais nas equipes pedagógicas no CEFET-RJ” de Nieves Bizarelo Martinez;
- “O trabalho do Serviço Social junto às questões étnico-raciais na assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina, uma sistematização a partir da experiência de estágio supervisionado”, de Beatriz Silveira e Mariana Pfeifer;
- “A questão indígena nos cenários urbanos: fronteiras, territorialidades e resistências em tempos de retrocesso de direitos”, de Lúcia Sampaio Oliveira;
- “Serviço social e questão indígena/ambiental: reflexões (im)pertinentes” de Nádia Socorro Fialho Nascimento, Maria Elvira Rocha de Sá, Maria Geice de Lima Cordeiro, Thaís Sousa Silva, Railana Galvão do Rosário, Juliane Paiva de Assunção, Amanda Elaine de Castro Marques, Marcelle da Silva Moura, Ana Caroline dos Santos Ferreira e Moisés Ferreira da Costa;

- “A aldeia sakrêpra funil: as manifestações da questão social entre o visível e o invisível” de Maria Helena Cariaga e Rosemary Negreiros Araújo.

Já a última edição do evento, a 17^a, que aconteceu em 2022, ocorreu de forma online, por conta dos desdobramentos da Pandemia do Covid 19. Interessa destacar que, em pesquisa feita com 1236 participantes do Congresso, 09 se declararam indígenas. Nessa edição, que teve como tema central “Crise do capital e a exploração do trabalho em momento pandêmico, repercussões no Brasil e na América Latina”, foram encontrados 06 trabalhos que se relacionam com a temática indígena, de acordo com os critérios de busca estabelecidos por esse estudo. Os artigos são:

- “Ultraneoliberalismo e Questão Indígena: Reflexões sobre as expropriações contemporâneas no governo Jair Bolsonaro” de Nicoli Viegas Coelho Da Silva, Maria Keile Pinheiro, Assíria Marielle Da Silva Dantas;
- “Populações indígenas e o acesso à proteção social básica” de Gabriela Bianchini;
- “Política social na violência sexual contra a mulher indígena da etnia Sateré Mawé no baixo Amazonas” de Caroline Matos De Alfaia, Daiana Feitosa Picanço, Juciana Coelho Gomes, Gabrielle Dos Santos Tavares e Gisele Teixeira Brandão;
- “A violência contra a mulher indígena Kaingang no Rio Grande do Sul: reflexões emergentes sobre significados, enfrentamentos e resistências”, de Eduarda Rosa Da Silva, Simone Laranjeira, Viviane Belini Lopes e Solange Dos Santos Silva;
- “Violência contra as mulheres indígenas: uma análise inicial” de Graciane Pereira Santos, Thylara Do Amaral Campos e Tassya De Nazaré De Oliveira Cantanhede;

- “O processo histórico de construção da política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas” de Raimunda Nonata Carlos Ferreira e Dulce Serra Simões.

Já o ENPESS, Encontro Nacional em Pesquisadores de Serviço Social, realizado pela ABEPSS, pode ser considerado o principal encontro acadêmico científico da categoria, já tendo sediado 17 edições. Assim como o CBAS, os anais do evento eram entregues através de CDs para os participantes, só sendo disponibilizados online a partir da penúltima edição (até o momento da finalização deste trabalho). Assim, serão avaliados nesta pesquisa os anais dos dois últimos encontros, realizados em 2018 e 2022.

Em 2018, o XVI ENPESS teve como temática: “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social” e foi sediado em Vitória, no Espírito Santo. Nesta edição, foram encontrados dois trabalhos que se enquadram nos critérios de busca estabelecidos por esta pesquisadora. São eles:

- “A face indígena da questão social em tempos de barbárie do capital: Indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro - Moradia, lutas sociais, trabalho e direitos sociais”, de William Berger;
- “Violência, discriminação, racismo e conflitos envolvendo os povos indígenas do Baixo Tapajós”, de Solange Maria Gayoso da Costa.

Na sua última edição, em 2022, sediada no Rio de Janeiro- RJ, o evento teve como tema: “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”. Nela, foi sediada uma mesa temática com o seguinte objeto: “Serviço Social e questão indígena no Brasil em tempos de pandemia”, com a seguinte descrição:

Os textos apresentados orientam-se por temáticas como: as condições de vida dos povos indígenas em contexto de pandemia; defesa dos territórios; violação de direitos e empobrecimento; lutas e resistências dos movimentos indígenas, as demandas específicas para as políticas de saúde, previdência e assistência social. Contam com autoria de pesquisadores indígenas e não indígenas sintonizados pela experiência da Articulação Brasileira Povos Indígenas e Serviço Social (ENPESS, 2022).

Na referida mesa temática, foram apresentados três trabalhos, sendo eles:

- “Território e Saúde Indígena: Violações e resistência no cenário da Pandemia do Covid-19” de Rosa Maria Castilhos Fernandes, Angelica Domingos e Mariana Maciel;
- “Assistência Social e Povos Indígenas em Contexto de avanço do Capital: Notas reflexivas para o Serviço Social” de Elizângela Cardoso de Araújo Silva, Wagner Roberto do Amaral e Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira;
- “Povos Originários e a Previdência Social em Gabriel da Cachoeira-AM” de Cynthia Franceska Cardoso.

Além da mesa temática, foram encontrados cinco trabalhos dentre as apresentações orais:

- “A resistência indígena em território catarinense no contexto da pandemia do covid-19” de Gabrielly Cabral Monsani e Maria Teresa dos Santos;
- “Auditorias em Saúde Indígena, realizadas em três distritos sanitários especiais indígenas, no período de 2008 a 2018” de Raimunda Nonata Carlos Ferreira e Tânia Regina Krüger;
- “Forjando o direito a cidade: Experiência de negras/os e indígenas em Belém e Manaus” de Maria Antônia Cardoso Nascimento, Adriana Azevedo e Sandra Helena Cruz;

- “Negligência, sociojurídico e institucionalização: A ótica brasileira e a racialização dos corpos negros e indígenas” de Juliana Oliveira Marzola dos Santos e Pedro Egidio Nakasone;
- “Nunca imaginei ter uma representatividade na minha profissão – provocações para avançar na discussão da questão indígena e descolonizar o Serviço Social”, de Bianca Juliana Piazzetta Veiga e Verônica Aline Matos Santos.

Tendo em conta sua importância, a autora deste trabalho optou por analisar também os anais do Congresso Internacional de Políticas Sociais e Serviço Social, considerando que em suas duas últimas edições, o evento contou com um eixo temático específico para tratar da questão étnico racial e da questão indígena. O Congresso, realizado pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina- UEL, teve sua primeira edição em 2015 e vem sendo sediado a cada três anos. Para sua análise, serão consultados os dados já levantados por Amaral e Bilar (2020). Sobre a primeira edição do evento, os autores escrevem:

A primeira edição do Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social ocorreu em junho de 2015, na qual foram apresentados três trabalhos que abordam a temática indígena. O primeiro se refere ao artigo intitulado Eu, Luciane, da etnia Kaingang: o testemunho de uma assistente social indígena e seu duplo pertencimento, que investiga a experiência profissional de uma assistente social indígena. Ela, Luciane Aparecida de Paula, é assistente social pertencente ao povo Kaingang – uma das autoras do texto apresentado no evento, juntamente com outros dois pesquisadores, Amaral, Cassandre e Paula. O segundo artigo é de autoria de Jenifer Araujo Barroso Bilar, intitulado A política de assistência social e povos indígenas: uma reflexão necessária. Por fim, o terceiro artigo é de autoria de Cleverson Gonçalves, Mateus Galvão Cavatorta e Nilson Cesar Fraga, intitulado Massacre dos Kaingang em Pitangueiras-PR, um conflito atrelado a ideologia do branqueamento e a expansão do capital sobre os territórios indígenas. (Amaral; Bilar, 2022. p. 190)

A segunda edição do evento, que ocorreu em 2017, contou com três trabalhos publicados com a temática indígena, segundo os autores, são eles:

O primeiro, de autoria de Wagner Roberto do Amaral, Jenifer Araújo Barroso Bilar e Rosa Domingos, intitulado Educação superior indígena: reflexões sobre percursos dos acadêmicos indígenas na Universidade Estadual de Londrina; o segundo artigo é de autoria de Cleverson Gonçalves, Mateus Galvão Cavatorta e Nilson Cesar Fraga, intitulado Território, poder e conflito: da chacina Kaingang de Pitanga-PR aos espaços

de exclusão contemporâneos; por fim, foi publicado o artigo de Natália Raquel Niedermayer, Marli Renate von Borstel Roesler e Inês Terezinha Pastório, intitulado O povo Guarani e o discurso da mídia em Guaíra-PR: a forma em que a mídia retrata os conflitos de terras entre indígenas e agricultores, o trabalho. (Amaral; Bilar, 2022. p. 90)

A partir de sua terceira edição, o Congresso passou a ter um eixo temático específico sobre a temática, denominado “Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e políticas sociais”. Segundo Amaral e Bilar (2020), nesse eixo foram apresentados 31 trabalhos, com 10 deles abordando especificamente a questão indígena.

Trata-se dos seguintes artigos: Não se pode deixar de ser Guarani! As casas de reza como comunidades de práticas em meio as lutas das populações Avá-Guarani do oeste do Paraná, de autoria de Luís Fernando Moreira da Silva e Marcio Pascoal Cassandre; A temática indígena no Serviço Social: caminhos a trilhar na afirmação do compromisso ético-político da profissão, de autoria de Jenifer Araújo Barroso Bilar e Wagner Roberto do Amaral; Nhandereko Eg Kanhro: a escola indígena como espaço de fronteira, de Alexandro da Silva (estudante pertencente à etnia Guarani no curso de ciências sociais), Eliane Cordeiro (estudante pertencente à etnia Kaingang no curso de letras), Eduardo Martins Werb e Gabrielle Iank; Testemunhando uma experiência empírica de pesquisa pelas lentes de uma estudante de pós-graduação indígena, de autoria de Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira, pesquisadora e assistente social indígena pertencente à etnia Kaingang. (Amaral; Bilar, 2022. p. 191)

E complementam:

Tivemos ainda, na mesma edição do evento, a publicação dos artigos Jovens Avá Guarani: estratégias de resistência no Oeste do Paraná, de autoria de Cynthia Franceska Cardoso; Um relato acerca do PROLIND no Campus da UFMS em Aquidauana – Território Etnoeducacional dos Povos do Pantanal, de autoria de Júlia Thais de Assis Moraes; A escola indígena por trás das câmeras, de autoria de Mônica Kaseker, Yago Queiroz (estudante pertencente às etnias Kaingang/Fulni-ô no curso de jornalismo) e Lucas Ribeiro; Lei 11.645/2008 no ensino fundamental: reflexos dos conflitos entre os Guarani e fazendeiros nas escolas do Oeste do Paraná, Brasil, de autoria de Eloá Soares Dutra Kastelic; e, por fim, dois artigos foram publicados, em autoria conjunta, por Elizângela Cardoso de Araújo Silva, pesquisadora e assistente social indígena pertencente à etnia Pankararu, e Codjo Olivier Sossa. Os títulos desses trabalhos são Indígenas Pankararu: os desafios da vida e trabalho fora da aldeia e Indígenas no espaço urbano: análise estatística das condições sociais da vida de indígenas no Nordeste. (Amaral; Bilar, 2022. p. 191)

A quarta edição do Congresso, realizada em 2022, continuou trazendo o eixo temático “Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas Sociais”. Dessa vez, foram publicados nesse eixo vinte e seis trabalhos e, dentre eles, onze tratam da questão indígena. Os nomes dos trabalhos são:

- “Política de Assistência Social para/com os povos indígenas” Elizângela Cardoso, de Araújo Silva, Codjo Olivier Sossa e Wagner Roberto do Amaral;
- “O Papel do Serviço Social na consolidação da política de Assistência Social a Povos Indígenas”, de Sandy Cerise Nascimento de Oliveira;
- “O direito as terras originárias face a República Federativa do Brasil, na perspectiva da agenda 2030 da ONU: direitos fundamentais e direitos humanos”, de Julia Thais de Assis Moraes;
- “PROLIND face a licenciatura intercultura indígena na UFMS de Aquidauana”, de Julia Thais de Assis Moraes;
- “O cinema na abordagem educativa da questão agrária e racial: reflexões à luz da animação Pocahontas”, de Ariel Pereira da Silva Oliveira e Ideni Terezinha Antonello;
- “Saúde Indígena em tempos de pandemia: o registro do descaso e da resistência para sobreviver”, de Ana Gabriela Brock, Angelica Domingos, Mariana Martins Maciel Moara, Lais Palmeira Johann, Rosa Maria Castilhos Fernandes;
- “Análise do desenvolvimento histórico da legislação indígena no Brasil: uma aproximação”, de Antônio Manoel Conceição e Claudia Neves da Silva;
- “Profissionais indígenas formados pelas universidades estaduais do norte do Paraná: caracterização e trajetórias”, de Isabela de Barros Vilas Boas;

- “As trajetórias dos egressos indígenas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR: da graduação ao exercício profissional”, de Daniele Aparecida Marcondes Krueger e Luiza Bittencourt Krainsk;
- “A universidade enquanto espaço de resistência: percursos de mulheres Avá-Guarani no oeste do Paraná na educação superior”, de Gilza F. Souza F. Pereira/Gilza Kaingang e Wagner Roberto do Amaral;
- “Acumulação originária e expropriação de terras: Reflexões acerca da história e resistência indígena brasileira durante o processo de colonização”, de Julia de Souza Corne e José Fernando Siqueira da Silva.

Através da análise desses dados, podemos ter uma visão mais ampliada acerca da produção acadêmica de trabalhos sobre a Questão indígena no Serviço Social. É possível perceber que, mesmo presente em todos os eventos e edições analisadas, a temática indígena ainda é pouco tratada, em comparação com outros temas e assuntos discutidos pela categoria, até mesmo dentro dos espaços de discussão sobre a questão étnico-racial.

Apesar do aparente avanço acerca da discussão da temática no Serviço Social, isso não necessariamente se apresenta na análise dos trabalhos apresentados e publicados dos grandes congressos da categoria. O CBAS, o maior encontro de assistentes sociais, apresentou uma queda no número de trabalhos sobre a temática apresentados acerca dos anos. Já o ENPESS, manteve o seu número de produções durante as duas edições analisadas, mas se destaca pela pequena quantidade de publicações, apenas três em cada edição.

Evidentemente, o Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social se destaca como o evento que mais recebe trabalhos acerca da temática indígena. O crescimento ocorre a partir da terceira edição, momento em que foi acrescentado um eixo temático propício e inteiramente dedicado para a discussão do tópico. Em sua primeira e segunda edição, o evento recebeu 3 trabalhos sobre o assunto, respectivamente. Em 2019, o número cresce para dez e em 2022 aumenta para doze trabalhos apresentados e publicados em anais. Esse inequívoco aumento de publicações evidencia a importância do estímulo que a criação do eixo temático “Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas

Sociais” proporcionou à produção de conteúdo acerca da Questão Indígena no Serviço Social. Indica, ainda, a relevância da criação de espaços específicos para a discussão, estudo e compartilhamento de informações sobre a matéria.

2.3 A ARTICULAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

A articulação do Serviço Social com os povos indígenas no Brasil intensificou-se a partir da integração de um grupo de participantes do I Simpósio de Serviço Social e étnico-raciais, mais especificamente no grupo de trabalho “Serviço Social, Políticas Sociais e Povos Indígenas no Brasil”, organizado pela UNIFESP- SP no ano de 2020. A partir desse momento, foi articulada uma rede que reunia assistentes sociais, estudantes, trabalhadores e apoiadores que objetivavam avançar na discussão e mobilização acerca da temática indígena no Serviço Social.

A organização e a mobilização com o objetivo de publicizar a discussão sobre a temática, a participação em eventos da categoria, o levantamento e discussão de documentos produzidos e a formulação de materiais acerca da temática, foram algumas das atividades desenvolvidas por esse coletivo que tem buscado contribuir com a maior visibilidade da questão indígena entre os profissionais do Serviço Social.

O grupo entende que o Serviço Social, como profissão organicamente comprometida com a defesa das classes historicamente subalternizadas, deve se debruçar sobre a discussão da temática indígena, ainda tão pouco abordada pela categoria. Isso significa promover, estimular e apoiar a produção do conhecimento para subsidiar a atuação profissional, enquanto processo de educação permanente, fortalecendo a intervenção nos diversos espaços sócio-ocupacionais, de forma a ouvir, conhecer e respeitar as particularidades da pluralidade étnica e socioambiental de cada povo ou sujeito indígena, independentemente de estarem em territórios demarcados ou em contexto urbano. (Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, 2022, p.02)

Em julho de 2022, o coletivo lança seu manifesto, intitulado “Serviço Social e Povos Indígenas: Aproximações e desafios do tempo presente” (anexo), onde versa sobre a concepção e apresentação desta articulação, aborda um panorama geral da questão indígena no Brasil e discorre sobre a importância da aproximação do Serviço Social com o conteúdo.

Com vistas a contribuir com essa discussão alicerçada nos fundamentos do Serviço Social, situamos a questão indígena como dimensão central da constituição do Brasil, a ser considerada no projeto de formação e no exercício profissional dos(as) assistentes sociais, bem como, nas lutas e resistências anticapitalistas, propomos este Manifesto. Muito mais que um alerta, este manifesto é um repúdio da Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas ao projeto anti-indígena em curso no Brasil, ao ataque violento aos direitos indígenas, às violências as quais estes povos são historicamente e cotidianamente submetidos e um chamado para o Serviço Social brasileiro apreender o Brasil indígena, o Brasil que a “história não conta”. (Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, 2022, p.01)

O manifesto aborda primeiramente a caracterização dos Povos Indígenas no Brasil, evidenciando que, à época da invasão européia, já se encontravam no território que hoje conhecemos como Brasil mais de cinco milhões de indígenas. Segundo o censo de 2010 do IBGE, existem hoje em dia cerca de 890 mil indivíduos que se intitulam indígenas, pertencentes a 375 etnias distintas e falantes de mais de 274 línguas, organizados de acordo com sua cultura, ritos e cosmovisão. Assim, é impossível descrever o “indígena brasileiro”, já que cada povo representa sua própria maneira de ser indígena (Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, 2022).

Contudo, existe um tópico que unifica o termo “indígena”: o seu histórico de opressão e luta contra a expansão capitalista, colonial e racista que avança sobre os povos. Todos os povos já sofreram e seguem sofrendo em tempos atuais com a violência do sistema colonial, que se faz vivo e se impõe de formas ainda extremamente prejudiciais na atualidade.

A luta dos povos indígenas pelos seus territórios encontra diversas dificuldades, dentre elas a pressão de setores políticos, econômicos e empresariais que se beneficiam da exploração das terras. O Estado, que deveria garantir esse acesso, sempre se mostrou moroso em relação ao assunto, “Do contrário, todas as terras indígenas já estariam demarcadas, conforme estabeleceu a Constituição Federal de 1988, que determinou o período de 5 anos para tal, isto é, até o ano de 1993.” (Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, 2022,p.03)

Tratando da Constituição Federal, a questão indígena passa a ser mais visada e discutida no período de sua formulação e promulgação, sendo enxergada pela sociedade civil e pelos próprios indígenas que adensaram sua organização e cresceram enquanto movimento social. O texto constitucional dedica um capítulo inteiro à discussão da temática indígena, onde trata sobre o reconhecimento originário sobre suas terras, o respeito a suas culturas e formas de se reproduzir, assim como o fim da tutela antes aplicada a essa população (Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, 2022).

Assim, a questão indígena e o reconhecimento dos direitos desses povos passam a fazer parte das pautas das políticas sociais relacionadas com a área de Serviço Social. Nesse sentido, o Manifesto publicado pela Articulação Brasileira de Serviço Social e Povos Indígenas ressalta que o Serviço Social, nos últimos 40 anos, vem traçando um projeto ético-político profissional comprometido com a defesa das classes historicamente subalternizadas. Deve, nisso, evidenciar a questão indígena como pauta importante a ser discutida no interior da categoria. “Mais do que um tema a ser inserido na formação e nas orientações do exercício profissional das(os) assistentes sociais, a questão indígena passa a ser assumida como uma das bandeiras de luta do conjunto da categoria profissional, principalmente no âmbito das nossas entidades representativas.” (Articulação Brasileira Serviço Social E Povos Indígenas, 2022, p.05). São diversas as demandas que relacionam o trabalho profissional com a dimensão indígenas, seja no contexto urbano ou rural.

Uma dimensão importante nesse processo de visibilidade da questão indígena no âmbito da nossa categoria profissional se revela pela inédita presença e atuação de assistentes sociais indígenas que se apresenta como resultado, em especial, das políticas afirmativas de ingresso e permanência na educação superior pública brasileira, na graduação e na pós-graduação. Os percursos destas(es) profissionais pode revelar dimensões ético-políticas, teórico- metodológicas e técnico-operativas que se apresentam balizadas no pertencimento e compromisso com as lutas de seus povos e comunidades. (Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, 2022, p.06)

Por fim, o Manifesto reafirma a importância do protagonismo indígena dentro da categoria, não como forma de isentar outras parcelas, mas como forma de representatividade e visibilidade e salienta a relevância de aliados que assumem essa luta, que se constrói a cada dia.

Em outro momento, a Articulação participa como colaboradora do “I Seminário Latino-americano e Caribenho sobre Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos” promovido pela ABEPSS. O evento teve suma importância no avanço da discussão da temática indígena na categoria, por ser um espaço de ampla divulgação destinado a discutir a atual situação dos povos indígenas na América Latina, a atuação do Serviço Social nesse contexto, a ampliação da formação profissional sobre a pauta e as possibilidades de atuação da categoria.

Ocorrido entre os dias 14 e 15 de julho de 2022, o evento se deu de maneira on-line, gratuitamente, para todos os interessados, sendo transmitido em português e espanhol. A programação aborda temáticas como a luta pela terra, a atuação do serviço social e o movimento indígena e contou com expositores e aliados de toda a América Latina, além da presença de

representantes das comissões Indígena e de Direitos Humanos da Federação Internacional de Serviço Social (na sigla em espanhol FITS), da Associação Latino-americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (na sigla em espanhol Alaeits). Todo o material proveniente do evento foi sistematizado, organizado e publicado em uma brochura pelo CFESS e será utilizado como base para as análises subsequentes.

A primeira mesa, denominada “As expropriações e luta pela terra dos povos originários na América Latina, Caribe e Brasil: desafios em tempos de neoconservadorismo” contou com a presença dos expositores Tsitsina Xavante (Líder indígena brasileira e consultora independente sobre direitos humanos com ênfase em questões indígenas), Kênia Emérita Batista Arauz e Leticia Aparicio Soriano (Liderança do Povo Nahua da região do Vale de Tahuacán, México. Membro da Rede Interdisciplinar de Pesquisadores dos Povos Indígenas do México).

Tsitsina faz uma retomada histórica sobre a trajetória dos povos indígenas no Brasil, enfatizando o fato de que a cronologia da história indígena não se inicia com a chegada dos europeus ao território e defendendo que a compreensão desse processo é de extrema importância na formação de assistentes sociais e que deve ser apresentada de forma a rebater a tradição colonial. A expositora passa por diversos eventos importantes da cronologia indígena no país, incluindo a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, o período militar, até chegar na Pandemia do Covid-19. Durante sua fala, ela evidencia diversos casos de violência, assassinatos e opressões sofridas pelos povos indígenas ao longo da história.

Em sequência, Leticia inicia sua fala abordando a dificuldade de abordar a questão indígena em termos acadêmicos. Ela expõe como a atividade investigatória acadêmica pode, por muitas vezes, ser incômoda aos povos, isso porque ela é constituída através do roubo e da apropriação de informações, já que na academia são obtidos graus e diplomas, enquanto a realidade indígena continua sendo de desigualdade. A fala vai de encontro com as teses defendidas pela socióloga maori Linda Smith, que afirma: “a pesquisa indígena é uma atividade humilde e humilhante” (p.16, 2018).

A palestrante reflete sobre como o fazer científico tradicional por muitas vezes se apodera da temática indígena como objeto de estudo ao mesmo tempo em que exclui indivíduos indígenas dos espaços formativos e de compartilhamento e construção de saber.

Como eu faço então, como fazemos, como atuamos os acadêmicos? Que neste sentido, e eu falo de um posicionamento situado, que não é fácil para mim estar dentro e fora,

e estar com pé no povo e com um pé na academia. Então, para mim foi um desafio imenso. Me emociona muito, me coloca muito nervosa. Para mim foram barreiras, foram obstáculos estas questões, que têm a ver com a ética, mas que também têm a ver com as lições dos povos, como fazemos também, outra reflexão. (CFESS, 2023, p.129)

Ela observa que o posicionamento geralmente adotado pelos acadêmicos, de se colocar como detentor de saber e como superior é hegemônico, discriminatório e racista (CFESS,2023). Explica que é muito difícil quebrar esse padrão, mas propõe, como uma alternativa de enfrentamento, o trabalho horizontal que realmente se construa em coletividade com os participantes, que respeite e considere seus saberes e que se imponha a romper com as bases coloniais da academia. A exposição é de extrema importância e vai de acordo com algumas das falas cedidas pelos entrevistados nesse estudo, que estarão disponíveis no capítulo 3 desta dissertação.

E bom, sobre o trabalho social, os povos indígenas precisarão ou não dos nossos serviços enquanto sejamos coerentes, respeitosos e façamos um trabalho politicamente comprometido com os povos. Mas isso não é alcançado em um semestre. Não conseguimos em uma pesquisa, que tem um calendário de um ano, dois anos. Isso conseguimos ao longo dos anos, pelo compromisso com o povo e que você vá, digamos, na luta e não somente como acompanhante, mas também sendo aprendiz dos mesmos povos. (CFESS, 2023, p. 133)

A exposição é de extrema importância e vai de acordo com algumas das falas cedidas pelos entrevistados nesse estudo, que estarão disponíveis no capítulo 3 dessa dissertação

A segunda mesa, denominada “Movimentos indígenas e a luta por direitos, (des)proteção social e retrocessos de direitos”, contou com a presença de Joziléia Daniza Jagso (indígena mulher do Povo Kaingang). É graduada em Geografia, especialista em Educação de Jovens e Adultos profissionalizantes, Mestre e Doutoranda em Antropologia Social, Coordenadora pedagógica da licenciatura intercultural indígena. É, também, antropóloga, vice-presidente do Instituto Kaingang (INKA), membra cofundadora da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e da Articulação Brasileira de Indígenas Antropologues (ABIA). A mesa também foi composta por Norma Angélica Gómez Ríos (Comisionada de Derechos Humanos de FITS para la Región de América Latina y el Caribe), integrante do “Grupo de Teoría Social, Estudios Descoloniales y Pensamiento Crítico”.

É licenciada em Trabajo Social, mestra em Sexualidad y Equidad de Género por la Universidad de Posgrados, maestranda em Sociología por la Universidad Nacional Autónoma de México, bem como doutoranda em Trabajo Social por la Universidad de Mar del Plata.

Joziléia discorre sobre como a população indígena vem aumentando nos últimos tempos, assim como as violências sofridas por esses grupos, por consequência do aumento da exploração pecuária, do fortalecimento do garimpo ilegal e da extração de madeira. Esse processo estimula e oferece condições para que existam conflitos contra os povos originários, conflitos que se tornam cada vez mais violentos. Tais conflitos, assim como a violência que os acompanha, não são originais dos tempos atuais. Muito pelo contrário, desde os princípios do período colonial a violência tem sido utilizada como forma de conquista e dominação, sendo os indígenas os primeiros povos escravizados no Brasil (CFESS, p. 144, 2023).

Ao decorrer de sua exposição, a palestrante comenta momentos importantes na história indígena brasileira, passando por legislações, acontecimentos e períodos relevantes, oferecendo um olhar crítico e reafirmando a importância da luta e da mobilização indígena para a conquista e reafirmação dos direitos da categoria.

Então, vários chamados para que, não só nós, povos indígenas, sejamos respeitados, mas a vida no planeta com a biodiversidade preservada e sempre lembrando que o futuro do nosso planeta depende sim desses 80% de biodiversidade, que são protegidas por menos de 5% da população mundial, que são os povos indígenas. O futuro é indígena! (CFESS, 2023, p. 153).

Em seguida, a expositora Norma trata sobre a pandemia do COVID-19, afirmando que durante esse período, os povos tiveram que fortalecer a aumentar sua relação de cuidado interna, já que as políticas de saúde foram negadas ou demoraram a chegar para a população indígena em toda a América Latina. Também foi abordada a função do assistente social como profissional da área da saúde, o que nem sempre é reconhecido. “Los salarios no aumentaron, se excluyó a la mayoría del personal de TS, de los beneficios como los bonos y se evitó contratar a más personal para atender las demandas de atención que aumentaban cada día” (CFESS, 2023, p.156).

A pandemia e seus impactos acabam por gerar consequências que ultrapassam o âmbito da saúde e atingem também os níveis sociais, afetando em maior escala populações mais expostas e com pouco acesso a medidas básicas de informação, higiene e cuidados básicos. Além disso, percebe-se o aumento das situações de pobreza, vulnerabilidade e violência, como

é o caso da violência contra as mulheres, que cresceu consideravelmente durante o período de isolamento social, impactando diretamente na ação do Serviço Social.

Según datos de la ONU más de 750.000 personas murieron durante el año en Latinoamérica y el Caribe a causa de la COVID19. En junio el 40% de la población en Argentina vivía en la pobreza. En Julio, el 96% de los hogares venezolanos estaba en situación de pobreza y el 79% está en situación de pobreza extrema por sus ingresos y no podían adquirir alimentos básicos. El acceso a la atención médica era limitado y desigual. Más de 750,000 personas murieron durante el año en Latinoamérica y el Caribe a causa de la COVID-19. (CFESS, 2023, p.157)

A fala é finalizada reafirmando a dificuldade encontrada pelas (os) profissionais de Serviço Social para conquistarem respeito, aprovação e reconhecimento em seus ambientes de trabalho, principalmente quando se trata da área da saúde e que, diante disso, não se pode esquecer que a movimentação e reivindicação de direitos deve se manter sempre viva, através do voto, das mobilizações e das exigências coletivas.

A terceira e última mesa do evento, denominada como “A formação e a Intervenção profissional e os povos Indígenas: desafios para o fortalecimento do projeto ético político”, contou com a presença de Elizângela Cardoso de Araújo Silva (assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, coordenadora de pesquisa da FACEPE, PE e Coletivo Aroeira).

Elizangela aborda o significado histórico, político e econômico das aldeias indígenas e as particularidades de vivência no estado de Pernambuco. Evidencia que abordar a temática indígena é abordar, também, todo o processo histórico de expropriação e exploração a que foram submetidos. Esse processo tem como uma de suas muitas consequências, a presença de indígenas no espaço urbano

[...] no contexto quando houve o esmagamento radical de vidas, fisicamente, culturalmente, etnicamente, e com espraiamento, urbanização e avanço das fronteiras de produção agrícola, na história de diversos países e territórios, embora a recriação e fortalecimento de elementos de unidade étnica, há uma larga presença indígena em contexto urbano (CFESS, 2023, p.170).

Se faz importante compreender as condições das famílias indígenas nas periferias urbanas, muitas vezes incluídas nas estatísticas de vulnerabilidade e invisíveis ao estado e a sociedade.

Você não me conhece, não consegue me olhar e quando olha não consegue me ver” é uma denúncia do que acontece. Eu indígena, eu indígena profissional de Serviço Social e nós, profissionais de Serviço Social, indígenas ou não indígenas, como profissionais temos compromissos éticos que já foram muito bem colocados aqui, que temos que “ver”, entender e nos posicionar, não só olhar e deixar passar, deixar a “boiada passar”, como estamos não só deixando, mas criando condições estratégicas de passar e continuar esmagando (CFESS, 2023, p.172).

Abordar a questão indígena também diz respeito a abordar o acesso à terra, a sua expropriação, aos grupos de trabalhadores explorados, ao pauperismo e, assim, é inegável a necessidade da discussão da temática pela categoria (CFESS, 2023, p.173). De maneira geral, as falas e as mesas colaboram com a discussão da temática indígena no Serviço Social, tratando de assunto de extrema importância, como a história brasileira, a luta pelos territórios, as diversas áreas da proteção social, o impacto da pandemia e a formação profissional da (o) assistente social.

Após abordar as falas, o documento do evento apresenta alguns trabalhos, materiais e escritos que retratam a temática e colaboram com a discussão. Por fim, o documento apresenta uma Carta-Compromisso (anexa), formulada pelas entidades e componentes do evento. A carta descreve os objetivos do seminário, ressalta a ampliação dos diálogos acerca da luta dos povos indígenas e a criação de uma agenda de compromissos para a categoria profissional, que engloba alguns pontos:

1. Propor a criação de espaços de debates sobre Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos na América Latina e Caribe em conjunto as organizações internacionais, nacionais e regionais;
2. Constituição de uma rede latino-americana e caribenha de Serviço Social e Povos Indígenas, articulando esforços de organizações de assistentes sociais indígenas e não indígenas;
3. Elaboração de documentos orientadores para atuação profissional junto aos povos indígenas, considerando a diversidade étnica, linguística e territorial nos distintos países da América Latina e Caribe;
4. Fomentar a produção e disseminação acadêmica acerca do Serviço Social e Povos Indígenas nos periódicos da nossa área de conhecimento;
5. Visibilizar a questão indígena por meio de estratégias de comunicação, dando a conhecer as realidades e as lutas dos povos indígenas na América Latina e Caribe;
6. Desenvolvimento de uma agenda de ações voltadas à educação permanente junto às organizações profissionais acerca da questão indígena;
7. Fomentar e fortalecer a participação de assistentes sociais indígenas nos espaços de representação da categoria profissional (CFESS, 2023, p.251).

A agenda coletiva busca afirmar um compromisso coletivo entre profissionais, entidades e sociedade em busca da garantia dos direitos internacionais dos povos indígenas.

Recentemente, em 5 de julho de 2023, a Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas construiu junto ao CFESS, uma nota/manifesto contra a ameaça da tese do marco temporal. A nota, publicada e divulgada nos canais da categoria, se reproduz em sua totalidade abaixo:

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em conjunto com a Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, vem manifestar seu total apoio aos povos originários e repudiar o Projeto de Lei (PL) 490/07, agora PL 2903, conhecido como “Marco Temporal”.

Sob o argumento do aperfeiçoamento da legislação, este PL transfere para o Congresso Nacional a competência de demarcação das terras indígenas que, por sua vez, fica condicionada à ocupação do local até a data da promulgação da Constituição de 1988 ou à comprovação de que a população foi removida da área à força, sob persistente resistência.

Em nome da política de defesa do desenvolvimento econômico e soberania nacional, a exploração hídrica e energética, a mineração e o garimpo, além da instalação de equipamentos de comunicação, da construção de estradas e da atuação das forças armadas e da Polícia Federal passam a ser permitidos, sem consulta aos povos indígenas. Trata-se, portanto, de mais um capítulo da luta pelo direito à terra, em contraponto à busca incessante de garantia dos interesses privados.

Se aprovado, mais uma vez na história, populações indígenas que ainda não têm suas terras demarcadas legalmente, poderão ser expulsas dos seus territórios, bem como as terras já demarcadas não poderão ser ampliadas. Não custa lembrar, que as populações indígenas já habitavam nosso país antes mesmo do Estado brasileiro existir. A história dos povos originários é marcada pela imposição de deslocamentos compulsórios vividos em situações de avanço do capital no campo, a expansão de fronteiras agrícolas, a ampliação do latifúndio, a grilagem de terras, evidenciado em diversas expressões de violências contra os povos indígenas, morte e destruição física e da cultura de múltiplos grupos e etnias. Garantir os territórios indígenas é o mínimo que o Estado deve assegurar diante de tantos massacres, expropriações e genocídios que as populações originárias sofreram ao longo da história, desde a colonização.

O “Marco Temporal” é uma afronta à democracia e aos povos originários, pois legitima o histórico genocídio e o etnocídio, apagamento dos direitos indígenas, violentando a saúde dos ecossistemas, o direito à terra, organização social, costumes, tradições e crenças, impulsionando processos violentos de empobrecimentos dos povos. Em particular, as mulheres indígenas, que sofrem violência sexual desde a colonização, seriam as mais atingidas, pois estão mais expostas à violação dos seus corpos pelas empresas e forças econômicas que expropriam os territórios indígenas.

Além de significar uma violência e um retrocesso da cultura, dos valores e dos direitos indígenas, ignorando todas as injustiças e massacres sofridos, coloca em xeque a proteção desses espaços, ignorando a importância histórica dos povos originários para a preservação do solo, das florestas, das águas e da biodiversidade.

Em síntese, reiterando o posicionamento do movimento indígena no Brasil, representado pela Articulação dos Povos indígenas do Brasil (Apib) e demais organizações indígenas regionais, o referido PL fere a Constituição Federal, a qual assegura o direito originário das populações indígenas às terras tradicionalmente ocupadas. Nesse sentido, considerando a destruição física e cultural realizada pela histórica política anti-indígena integracionista e assimilacionista, reiteramos o entendimento do Ministério Público Federal e da Associação Juízas e Juizes para a Democracia, que consideram o PL 490 ilegal.

O Conjunto CFESS-CRESS reafirma o compromisso do Serviço Social brasileiro na construção de estratégias de resistência junto aos povos originários, respeitando sua diversidade, na perspectiva de garantia e ampliação de direitos, conforme destacamos em 2021 nas comemorações do Dia da/o Assistente Social, com o mote “Há mais de

500 anos, sempre na linha de frente”, reforçando a inserção da categoria na luta e resistência junto às comunidades tradicionais e aos povos originários, e no Seminário Latino-Americano sobre Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos em 2022, que ampliou o diálogo sobre a formação em Serviço Social para esta pauta, e sobre as possibilidades de intervenção profissional.

Convidamos toda a categoria profissional, historicamente comprometida com os direitos humanos, a se manifestar contra o marco temporal, apoiando todas as ações e lutas dos povos indígenas, guardiões das florestas, das sementes, dos saberes, das águas, da biodiversidade, de resistências em defesa da vida. Pressione agora os/as senadores/as a votarem contra o marco temporal!

Marco Temporal não! (CFESS, 2023 II)

O documento demonstra extrema importância já que, além de apresentar, divulgar a estimular o debate da questão indígena para a categoria, através da problemática do Marco Temporal, que vem ameaçando os povos nos últimos anos, também reconhece a importância da Articulação como entidade convidada a construir conjuntamente como Conselho Federal o documento.

Ao explorar todos os materiais apresentados neste capítulo, uma análise geral sobre a produção do Serviço Social acerca da temática indígena pode ser construída. Observa-se que, seja entre as publicações nas mídias digitais dos órgãos representativos da categoria, seja nos eventos científicos e acadêmicos, a temática indígena se faz presente, porém, essa presença é escassa considerando a importância da discussão.

Diante de todo o histórico de violência e com o avanço da ofensiva contra os povos indígenas nos últimos anos, era de se esperar que a categoria do Serviço Social se debruçasse de forma mais significativa no estudo deste tópico, afim de compreendê-lo e articular estratégias para somar às lutas pela garantia de direitos dessa categoria. Contudo, o que se encontra dentre os registros são poucas manifestações, concentradas na grande maioria em datas comemorativas, como forma de apoio e apenas isso.

Dentre os pesquisadores e estudantes, percebe-se que alguns nomes se repetem em diversos espaços, caracterizando um grupo pequeno, mas forte e constante de profissionais dedicados a estudar o assunto. O desafio que se apresenta para a categoria diante desse cenário é o de repensar sua abordagem acerca da temática da questão indígena dentro da categoria profissional do Serviço Social, afim de construir uma base melhor fundamentada para a formação e a capacitação de profissionais preparados para responder à questão indígena e suas manifestações, seja no campo teórico ou no prático.

A inclusão e intensificação do assunto na formação profissional, o reconhecimento dos estudos acerca da temática e, principalmente, o incentivo e a valorização de profissionais indígenas dentro de espaços representativos, se faz primordial.

CAPÍTULO 3 - DIÁLOGO COM PROFISSIONAIS INDÍGENAS SOBRE OS AVANÇOS E BARREIRAS NA ARTICULAÇÃO DA PROFISSÃO COM A QUESTÃO INDÍGENA

“Se escutarem com atenção, talvez os brancos parem de achar que somos estúpidos. Talvez compreendam que é o seu próprio pensamento que é confuso e obscuro, pois na cidade ouvem apenas os ruídos de seus aviões, carros, rádios, televisores e máquinas. Por isso suas ideias costumam ser obstruídas e esfumaçadas.” (Davi Kopenawa)

3.1. RETOMANDO ELEMENTOS DA PESQUISA REALIZADA

Como ressaltado na introdução desta dissertação, a pesquisa que orientou esse estudo tem como objetivo mapear, contatar e entrevistar assistentes sociais indígenas atuantes e\ou estudantes na área do Serviço Social, a fim de dialogar sobre a aproximação, ou não, do Serviço Social com a questão indígena.

O Serviço Social, que tem em seus princípios éticos a defesa da liberdade, da justiça social e a articulação com as lutas emancipatórias, deve ter subsídios para debater e atuar com a questão indígena. Dessa forma, a pesquisa propõe o diálogo com assistentes sociais pertencentes a esta tradição, com a intencionalidade de detectar e aprofundar suas perspectivas acerca do nível atual de debate entre a categoria profissional e o tema.

A escolha de profissionais indígenas se deu pela possibilidade de somar ao trabalho a visão de indivíduos que tenham vivência nos dois âmbitos centralmente abordados pelo estudo: o Serviço Social e a questão indígena.

Cabe destacar, uma vez mais, que as entrevistas com esses indivíduos foram possibilitadas por conta da existência de um coletivo que reúne assistentes sociais indígenas que trabalham ou estudam o tema. O grupo, denominado “Articulação Brasileira de Serviço Social e Povos Indígenas”, que se encontram periodicamente para discutir questões relacionadas ao assunto, reúne uma rede de profissionais de diversas partes do Brasil e que compõem o perfil destacado pela pesquisa.

A participação no estudo foi feita por meio de entrevista, que aconteceu de forma online, por meio da plataforma digital Google Meet, agendada com antecedência em data e horário acordado com o participante, de forma a não prejudicar sua rotina, com exceção de uma

participação, que se deu de forma escrita, por escolha do entrevistado, que se sentiu melhor e mais confortável em participar dessa maneira.

O conteúdo da entrevista foi gravado e, posteriormente, transcrito, devolvido ao participante para possíveis correções e só então utilizado como dado no estudo.

Nesse estudo, assim como planejado, foram entrevistados cinco Assistentes Sociais Indígenas. Esses indivíduos se encontram espalhados por três regiões do Brasil: Nordeste, Sul e Centro-Oeste, mais especificamente sendo um do Estado do Rio Grande do Norte, um de Pernambuco, um de Santa Catarina e dois do Mato Grosso do Sul. As entrevistas tiveram como orientador, o roteiro (anexo) anteriormente desenvolvido pela pesquisadora, mas os participantes tiveram liberdade para complementar as informações com os assuntos que julgassem importantes, independentemente das perguntas lançadas.

Com o objetivo de analisar os resultados obtidos com as respostas dos participantes, seguiremos as temáticas das perguntas feitas de acordo com o roteiro, de forma a observar e comparar as respostas, que em grande parte das vezes, dialogam entre si, mesmo sem haver tido nenhum tipo de contato entre os participantes.

Em um primeiro momento, os participantes foram convidados a complementar informações básicas, de acordo com o cabeçalho abaixo:

Nome:	
Etnia:	
Reside em Terra Indígena? () Não () Sim Nome:	
Município:	Estado:
Idade:	Gênero:
Instituição de ensino onde se formou:	
Ano em que se formou:	
Atua como Assistente Social: () Sim () Não Onde?:	

Essas informações permitiram traçar um perfil das (os) entrevistadas (os) e consequentemente, dos Assistentes Sociais indígenas no Brasil.

De acordo com os registros, dentre as (os) entrevistadas (os), podemos encontrar indígenas das etnias Guarani, Kaiowá, Pankararú, Laklãnõ Xokleng e em processo de retomada.

O processo de retomada da identidade indígena cresce e se multiplica com o fortalecimento do movimento indígena e com a propagação de informações acerca das culturas originárias. Diversos grupos e indivíduos traçam o caminho da retomada, a fim de compreender

quem são, quais suas histórias e suas origens, processo este que foi diretamente afetado pela herança colonial.

Como delineado, o instrumento colonial da mestiçagem foi uma estratégia eficaz para o esquecimento das memórias das nossas origens não brancas. Apagadas também da historiografia brasileira, foram arremessadas para o campo das memórias proibidas, pois assim se poderia construir uma nação branqueada não só fisicamente, mas subjetivamente. Esse legado subjetivo promoveu, sem tardar, abandonos de histórias de vida que interferiram diretamente na compreensão sobre quem se é. A questão da identidade foi reduzida a um desígnio nacional que bloqueou tanto o resgate quanto a construção de novas identidades, inclusive as não disponibilizadas socialmente (Araujo, 2015).

A visão eurocêntrica carregada pelo processo colonial suprimiu o fazer indígena, marginalizando as práticas ancestrais e as culturas originárias, o que resultou na perda da identidade de muitos indivíduos e grupos. Entretanto, mesmo diante de um cenário desafiador e de poucas perspectivas, muitos traçam a jornada em busca de recuperar suas origens, jornada essa que perpassa pela educação e conhecimento acerca dos povos originários, o fortalecimento do movimento indígena como força social e política, a reivindicação de direitos sobre a terra e a negativa da narrativa colonial que ainda se faz presente nos tempos atuais.

Em toda a América Latina houve uma intercepção, por meio do contínuo processo da mestiçagem, do nosso sangue não branco. Histórias de vida que, devido ao signo da raça, foram interrompidas. O silêncio do Estado sobre esta violência naturalizou no inconsciente coletivo filiações falsificadas. Os brasileiros, ao se afirmarem brancos, estão também atestando que suas linhagens são brancas, o que de fato é uma falsa certificação. Essa apropriação estatal efetuada por meio de atos de silenciamento e de omissão deixou marcas de interdição em nossas maneiras de amar, de nos relacionar e de pensar. Nossos corpos descansam sobre o anonimato, enquanto nossa equivocada identidade branqueada nos acorrenta na ignorância “de ser quem não se é” (Araújo, 2015).

Assim, ter uma participante em processo de retomada respondendo a pesquisa, é um fator muito interessante para esse estudo.

Durante o processo de resposta do cabeçalho inicial, algumas/alguns das (os) entrevistadas (os) também se sentiram à vontade e utilizaram o espaço para contar um pouco de suas vivências pessoais, sua história e de seu povo, suas lutas e sua trajetória, levantando alguns fatores de interesse para compreender a questão indígena atual e a sua relação com a ação do Serviço Social.

Sou também mulher indígena filha da mistura do povo negro com povo indígena, que hoje é o que é: a maior parte dos Pankararu é resultado dessa mistura. E etnicamente

a gente tem vivências de múltiplas tradições que caracterizam a identidade dessa junção do povo negro e indígena, que se torna e é reconhecido como Pankararu. A terra é demarcada e homologada desde 1987 já, primeiro trecho de terra. Depois de 50 anos de luta, desde a década de 1930 acontece a demarcação e a homologação da terra indígena Pankararu e depois a região entre Serras, também Pankararu, então hoje são duas terras indígenas demarcadas, mas elas são coladas, embora a borda foi demarcada 10 anos depois da primeira da parte interna da Serra.

Pankararu hoje no Brasil são mais 10 mil, acho que no último censo a gente vai ter esse resultado melhor, mas o último censo era 8.000 e alguma coisa e 6000 seria nesse município a gente vive aqui, que na verdade são três municípios, já que a terra ela pega uma divisória de Fronteira entre três municípios. Então ela pega uma parte Tacaratu, uma parte Petrolândia e uma parte Jatobá. E são mais de 2000 indígenas do Real Parque São Paulo, da etnia Pankararu (Participante 1).

Sou residente da Terra indígena Jaguapiré, que são duas aldeias dentro de um mesmo território e caracteriza assim por ser por ter tido a primeira implantação de um CRASS indígena em 2007. Então é bem bacana, é dentro de um de um contexto que a nossa profissão atua, lutando pelos direitos daqueles que mais precisam. A Política de Assistência Social visa dar uma cobertura aqueles que historicamente foram excluídos [...] e hoje como assistente social eu vejo o Serviço Social, a política social, o que é conhecer o outro na totalidade, conhecer pessoas diferentes da sua cultura e estamos ainda assim, dentro do que eu vejo, têm muitos espaços ainda que a gente precisa avançar para romper com várias questões, para garantir uma equidade de fato em política social (Participante 4).

Mas seis anos depois eu fui para o Serviço Social. Eu vi lá Serviço Social, achei interessante pensei “Acho que é por aqui”, movimentos sociais e tal, acho que é isso aqui que eu gosto. Aí fiz a inscrição e entrei na UNP: Universidade Potiguar, universidade privada, vinculada a uma rede internacional. E nessa vaga do Prouni, mas era uma universidade bem pequenininha, eu fazia parte da segunda turma de Serviço Social, a biblioteca era bem... era um nada. Aí eu vivia na UFRN atrás da biblioteca que eu achava muito bonita, uma biblioteca grande, tinha muito livro, então fui me achegando por lá. [...] [na graduação] tinha uma disciplina sobre Movimentos Sociais que a gente fez um trabalho sobre povos indígenas e quando eu me apresentei na sala “eu sou indígena”, todo mundo olhou para mim “Nossa, existe indígena?” e eu “é, eu sou indígena”.

Desde a universidade da Bahia, embora a Bahia na época que eu entrei, em 1999, não tinha indígena na minha turma, não tinha indígena próximo, só tinham quatro cursos na universidade, né? E no Rio Grande do Norte, onde eu fui fazer Serviço Social, era um deserto assim, era eu e eu mesma, então não tinha partilha, era algo muito extraordinário quando eu falava que era indígena. É só uma disciplina de movimentos sociais que mandou a gente escolher um tema e aí tinham vários temas sobre movimentos, aí eu escolhi movimento indígena para fazer uma apresentação, um trabalho, unicamente, né? O debate da questão agrária não tinha nada que nem chegava essa palavra, “indígena”, no meio do caminho (Participante 1).

Podemos notar que logo no primeiro contato, no início das entrevistas, os participantes já elencaram temas e tópicos de extrema importância para a análise da discussão da questão indígena e o Serviço Social, citando inclusive algumas temáticas que seriam abordadas nas questões, posteriormente.

A seguir, serão tratados os tópicos que foram abordados com as (os) participantes da entrevista, na ordem em que foram apresentados (alguns deles reorganizados conforme o tema abordado), a fim de fazer um comparativo entre trechos das respostas dos participantes.

3.2. SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL CONHECER E ESTUDAR A QUESTÃO INDÍGENA

A primeira pergunta proposta pelo roteiro de pesquisas, busca conhecer a opinião dos participantes acerca do estudo da temática indígena no Serviço Social, de uma maneira geral. Acerca do questionamento, os entrevistados afirmam:

O Serviço Social deve sim conhecer e estudar a temática da questão indígena! Mesmo que aqui no RN os indígenas não estejam na universidade, não façam parte dos estudos, mas eles estavam aí bem perto [...] então comecei a questionar: Por que eles não estão na universidade? Eles existem, mas parecem invisíveis e quando a gente vai estudar movimentos sociais, questão agrária, não tem como estudar questão agrária sem discutir a desigualdade e a violência e a concentração da terra dos povos indígenas, não tem como! [...] Então a gente precisa compor qualquer discussão de desigualdade social de acesso à terra, da exploração da terra do capitalismo, tem que ter os embates aí e as apropriações dos povos indígenas e o Serviço Social... é isso, não tem como atuar, então é importantíssimo esse estudo e ele é urgente E é obrigatório (Participante 1).

Muito! Eu acho que a questão social, ela, no Brasil, é extremamente atravessada pela história da população indígena e é absurdo o quanto o Serviço Social não fala sobre essa temática. Eu não sei você, mas eu, se falei sobre a causa indígena uma vez durante o meu curso foi muito! Se eu ouvi professores falarem sobre... na verdade o meu TCC foi sobre a questão indígena, mas tirando esse ponto, só se falou em questão indígena quando eu paguei [a disciplina] Questão Agrária e Urbana e foi assim muito por cima, de fazer vergonha mesmo! Eu acho que é extremamente importante (Participante 2).

As falas apresentam a problemática do estudo das questões relacionadas a terra sem a discussão da temática indígena. Segundo o Relatório anual de Violências contra povos indígenas do CIMI (2022), em 2021 houve um grande aumento da violência contra os povos indígenas no país. No terceiro ano do Governo Bolsonaro, continuou em vigor a completa paralisação da demarcação de terras indígenas e a total omissão em relação ao monitoramento e proteção às terras já demarcadas, o que refletiu no aumento, pelo sexto ano consecutivo, dos casos de invasões de madeireiros, grileiros, pescadores. Caçadores, garimpeiros, dentre outros, o que demonstra a importância de discutir a questão indígena ao falar sobre a questão da terra no Brasil.

Elas evidenciam também, a problemática dos indígenas nas Universidades, não apenas como objeto de estudos no Serviço Social e em outras áreas do conhecimento, mas também de forma a ocupar a Universidade, como estudantes, pesquisadores e professores.

É possível observar, nos últimos anos, um grande crescimento da presença indígena nas universidades, como estudantes, pesquisadores e docentes. Segundo o Censo da Educação Superior, desenvolvido pelo INEP, em 2019, 72 mil indígenas se matricularam no Ensino Superior, dado que pode ser justificado na melhoria do sistema de notificação e coleta de dados sobre raça/etnia, o aumento da presença indígena na educação básica e ao aumento de ações afirmativas e de incentivo aos estudos. Contudo, apesar do crescimento significativo, o número de estudantes indígenas continua sendo baixo em comparação com o total geral de estudantes universitários, o equivalente a 0,5% do total de estudantes do Ensino Superior (INEP, 2021).

Entre as falas percebemos também um descontentamento sobre a discussão da temática indígena na formação profissional do Serviço Social, assunto que será especificamente discutido mais adiante.

Os participantes evidenciam também a importância da discussão da temática indígena no Serviço Social com base na atuação profissional.

O Serviço Social tem papel fundamental na contribuição ao acesso do usuário indígena nas Políticas Públicas. (Participante 3)

Super! Super acho importante, porque a gente acredita muito nessa prática da ação transformadora, né? Que você quer a mudança, e ela ocorre de dentro para fora, e tudo o que vem de fora para dentro vai ser imposto. Hoje o Serviço Social atua equilibrando essas relações de desproteção social, [no sentido de] agasalhar aqueles necessitados, mas não na concepção histórica do Serviço Social que nós estudamos, que era lá realizado pelas primeiras damas, que faziam caridade... Hoje, nós temos uma política, então temos que atuar dentro de contextos para fazer com que os direitos cheguem nas populações que mais precisam e a nossa população aqui de Mato Grosso do Sul, a população indígena, vive um contexto que às vezes a gente pensa ser até surreal do ponto de vista dos Direitos Humanos. Então a prática do Serviço Social, ela vai enfrentar todas essas questões. Precisa, precisa combater o neoliberalismo, combater tudo isso (Participante 4).

É extremamente importante para o Serviço Social conhecer sobre as temáticas, até porque a pessoa que vai sair formado dentro do Serviço Social, se ela não sair com vontade de trabalhar com indígenas, com a temática indígena, uma hora ela vai se deparar [com a temática indígena em sua atuação profissional], mas mesmo que em nenhum momento da carreira dela ela se depare é importante ela entender e conhecer as especificidades, conhecer as diferenças de povos indígenas e o quanto são diversos os povos indígenas, seus costumes e isso é muito importante também até para poder ter essa base do Serviço Social mesmo, enquanto respeito à diversidade e com certeza não ter aquele preconceito em relação aos povos indígenas (Participante 5).

É inegável a relação existente entre a área do Serviço Social e o estudo da questão indígena. Primeiramente sob o aspecto de que a violência, os abusos e a escravização cometida contra os povos indígenas desde o período colonial, foram parte do processo de construção da

sociedade do capital, seja através da expropriação de suas terras ou pela apropriação de sua força de trabalho. Considerando que a questão social e suas refrações marcam a atuação profissional dos (as) assistentes sociais, nisto o embate entre o capital e o trabalho e suas inúmeras expressões sociais, é de extrema importância que a (o) assistente social seja capaz de decifrar os processos que fizeram e ainda fazem parte da construção da sociedade nacional.

Outro elemento que evidencia a importância da apropriação da categoria profissional dos (as) assistentes sociais sobre a discussão, é o fato de que os indivíduos indígenas se inserem cada vez mais como usuários e participantes das políticas sociais. Yazbek (2012) apresenta que, de acordo com os dados do Plano Brasil Sem Miséria, dos 817.963 indígenas no país, 326.375 se encontram na extrema pobreza, somando cerca de 40% desse contingente populacional. Grupos e indivíduos indígenas a cada dia se inserem mais nas estatísticas de desemprego, violência, suicídio, dependência de álcool e outras drogas, dentre outras.

Pensando nas legislações e documentos da categoria, O Código de Ética profissional de 1993, que dentre seus princípios fundamentais discorre acerca da dimensão étnica e do respeito à diversidade, reafirma o seu compromisso profissional com a defesa das classes historicamente subalternizadas, bem como o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação. Já na Lei 8662, encontramos os trechos: “V – Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;” e “IX – Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” que se somam a tarefa de evidenciar a ligação e compromisso da categoria com o estudo e aproximação com a temática.

De acordo com Castilho e Maciel, em seu artigo “As Políticas Indigenistas e as Lutas Sociais Indígenas: Manifestações da Questão Social” (2019) durante décadas o acesso às políticas sociais, no que compete a educação, território, saúde, assistência e outros, foram negados aos povos indígenas. Esse fator foi alterado em 1988, com a promulgação da chamada Constituição Cidadã, que reserva um capítulo especialmente para a questão indígena, iniciando um processo que incluiria as Políticas Indigenistas entre as políticas de Proteção Social. Assim, as políticas indigenistas se impõem como uma maneira de garantir os direitos sociais afirmados na Constituição.

Ainda segundo o texto, a aproximação dos trabalhadores das políticas sociais, incluindo as profissionais de Serviço Social, com a questão indígena se torna essencial como uma das maneiras de garantir os direitos humanos, o que se mostra importante para a transformação da sociedade através do trabalho profissional, comprometido eticamente com a defesa dos direitos humanos, dentre eles os direitos indígenas. Além disso, a atuação das (os) profissionais de Serviço Social junto a essa questão se mostra importante na área de produção de conhecimento sobre a temática, que ainda é tão inaugural.

As (os) assistentes sociais necessitam ter uma formação capaz de subsidiar a análise crítica da situação de violência que vivem esses brasileiros nativos. Devem, também, em respeito ao Código de Ética profissional – que defende os princípios da liberdade, da defesa dos direitos humanos, da democracia, da justiça social e da não discriminação –, participarem da luta indigenista em busca da garantia dos direitos indígenas e da demarcação de terras, já que esta questão, ainda que tenha importantes particularidades que a demarcam na sociedade burguesa na América Latina, é fortemente influenciada na sociabilidade atual pelo avanço do capital sobre os territórios, inclusive os territórios indígenas.

Esses questionamentos, assim como a pesquisa e a investigação sobre esse tema, são de suma importância em um momento em que as políticas de seguridade social estão sendo ameaçadas, assim como os direitos dos povos indígenas. Estudar a condição de vida e o acesso às políticas públicas dos indígenas é uma forma de dar visibilidade e força a luta dos povos originários, que carregam com eles grande parte da cultura e diversidade do nosso país, além de possibilitar a busca por melhorias e soluções acerca do atendimento Estatal a essa população.

3.3. AS PRODUÇÕES DE CONTEÚDOS TEÓRICOS NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL: A CATEGORIA PROFISSIONAL TEM SE DEDICADO AO ESTUDO DA TEMÁTICA INDÍGENA?

A segunda questão apresentada aos indivíduos participantes da pesquisa diz respeito ao estudo da questão indígena pela categoria profissional. Como foi possível perceber em capítulos anteriores, durante a análise da produção de conteúdo acadêmico acerca da temática indígena pelos profissionais e estudantes do Serviço Social, é possível afirmar que existe sim uma produção de conteúdo sobre a matéria, mas essa ainda é muito pequena em comparação com outros assuntos e com a dimensão de sua importância. Percebe-se também que, por muitas vezes, o nome dos pesquisadores do conteúdo se repete, fato que demonstra um grupo dedicado,

porém pequeno, de investigadores do tema. Essa escassez também é percebida pelos participantes das entrevistas, como demonstram suas falas:

Jamais! Quando eu fui buscar referência sobre o meu trabalho eu tive dificuldade de achar assistentes sociais que falavam sobre essa questão. Eu achei os trabalhos da Eliz, do Wagner e pouquíssimos outros assistentes sociais que falavam sobre essa questão. E eu acho isso inadmissível. E quando a gente fala sobre as políticas de assistência e de saúde ainda piora, porque quando a gente fala mais dos aspectos jurídico legais, de território a gente ainda tem uma coisinha, mas quando a gente fala da política de saúde e assistência social, faz pena, é assim absurdo (Participante 2).

Ontem ainda eu conversei sobre isso com uma colega. Eu acredito que existem produções na nossa área, feitas por indígenas, a partir de relatos e vivências indígenas, mas ainda é pouco! Eu acho que a gente tem que ocupar mais espaço que nós temos, né? Eu mesmo, eu tenho uma vivência de CRAS indígena e de reservas indígenas e de aldeias e eu sempre quis colocar no papel, porque uma das coisas que eu via dentro do meu trabalho era a questão de documentação, falar sobre documentação para mim sempre foi muito importante porém eu nunca coloquei isso e hoje quando eu busco por temáticas, estudos ou artigos nessa área, é muito difícil encontrar, mais difícil ainda encontrar indígenas escrevendo sobre essas questões, do nosso trabalho dentro do Serviço Social. Então a gente que se empoderar mais, mais ainda sobre essas questões, independentemente de ser indígena ou não, estar fazendo essa parte na questão da educação, dos estudos mesmo (Participante 5).

De maneira geral, a percepção dos participantes é unânime: a quantidade de estudos acerca da temática indígena é baixa, deveriam existir mais! As falas evidenciam as dificuldades em encontrar materiais referentes ao objeto, seja como embasamento para estudos ou para a ação profissional. Levanta-se também a falta de que existam materiais produzidos por profissionais indígenas, contando sobre suas perspectivas e vivências e até mesmo em sua língua original.

Essa escassez se justifica em diversos pontos, como por exemplo o próprio histórico colonial que, ao assimilar as culturas e vivências indígenas, culminou um processo de apagamento e marginalização da própria existência indígena no Brasil, incluindo os âmbitos acadêmicos e teóricos, fazendo com que o estudo da temática fosse, também, marginalizado, inclusive na área do Serviço Social. Outro fator também relevante, é a pouca representação indígena em espaços formativos e representativos da categoria, como será abordado posteriormente neste mesmo estudo.

Poderiam ter mais! Acho que são tímidos os materiais que temos específico de população indígena mesmo e é bastante espaço, né? Eu até conversava com uma professora minha que foi, há uns dias, ela foi a professora de política social brasileira um e dois e no curso de Serviço Social ela foi a única professora que colocou dentro

do programa de estudo a questão social, ONGs, OSCIPs, movimentos sociais, então assim como que a nossa categoria, nossa porção, ainda precisa de materiais que são específicos da nossa área e tenham, tenha a cor, tenham uma língua indígena, tenham figuras pode trabalhar tudo isso. Porque os povos indígenas, a gente pensa, são muitos, são muitos povos distintos, com culturas diferentes e tem que pensar, tem sempre pensar que é possível sempre dar um passo a mais, tipo sempre a utopia, você sempre dá um passo e ela dá um na sua frente, mas é importante para a gente conseguir ter as nossas conquistas de luta e sobretudo, sobre os direitos. Mas podemos sim, eu acho que temos que ser mais ousados nisso como profissionais, até me provoco como indígena escrever, na língua, a pensar um material diferente. A gente precisa sempre nutrir isso dentro da gente (Participante 4).

Então, a categoria profissional ainda não! Porque, o que há é justamente eu, você, né? O grupo que está na Articulação de Serviço Social e Povos indígenas, então existem, mas considerando o número de profissionais que tem no Brasil e a história do Serviço Social até hoje, em todos os oitenta e tantos anos de profissão, nós somos uma gotinha no oceano não é verdade? Nós, indígenas e não indígenas, nós que estamos dedicados ao olhar, estudar, escrever e explicar é uma gotinha na categoria profissional de dedicação que se inicia há dois anos, né? A Joaquina Barata desde, sei lá, anos noventa, fez um estudo que ficou ali, depois ela foi para outros campos (Participante 1).

A participante se refere a Joaquina Barata Teixeira, assistente social e pesquisadora que desde a década de 1980 publica artigos sobre as temáticas indígena, agrária e ambiental. Em 2015, a mestra e professora aposentada da UFPA, participou com uma fala da mesa temática “Povos e resistências culturais: questões para o trabalho de assistentes sociais”, no 5º Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social, organizado pelo CFESS.

A entrevistada também relata as problemáticas encontradas acerca de alguns trabalhos já produzidos:

Até tem uma produção na saúde que eu acho muito extrativista, no sentido de dizer “aqueles indígenas lá eles têm problemas”, descritiva e até dizer assim: é muito difícil estudá-los! Tem até uma apresentação de um livro, não lembro o nome da autora, mas é bem famosa porque é uma das poucas também iniciantes e ela diz: “meu problema foi que eles não falavam português”, então veja, o problema do pesquisador é o problema do indígena, né, da população indígena? Não! O problema é que eu não falo a língua do povo! Então sempre a referência, aquela história da centralidade na gente, na condição de pesquisador e não no povo (Participante 1).

A socióloga indígena maori da Nova Zelândia, Linda Tuhiwai Smith, em seu livro “Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas”, retrata e denuncia as dificuldades e problemas acerca da produção de conhecimento sobre os povos originários e se manifesta de acordo com as questões levantadas pela Participante 1:

No contexto da investigação científica, os termos “pesquisa” e “problema” estão também estritamente ligados. Uma condição que torna complicado para os pesquisadores indígenas discutir “pesquisa”, “problema” e “indígenas” sem que indivíduos ou comunidades “se desvinculem” devido a história de definir os povos

indígenas como... o problema. Para muitas comunidades indígenas, a própria pesquisa quer dizer “probelma”: acredita-se que a palavra significa, literalmente, a contrução contínua dos povos indígenas como problema.(Smith, 2012, p.111)

A participante 1 segue sua fala abordando a temática do indígena dentro da universidade. A final, quando se discute a produção e compartilhamento de conhecimento, até que ponto os indígenas são vistos como referências e autoridades sobre a temática de suas vivências, demandas e dificuldades ou são apenas colocados em um local de objeto de estudos? As universidades, como um todo, carregam em suas estruturas, as condições necessárias para receber os indivíduos ou grupos indígenas como pesquisadores e produtores de conhecimentos? Até onde a lógica e as normas acadêmicas ocidentais são receptivas a novas perspectivas, a novas visões de mundo, a novas formas de registro e a diferentes maneiras de produzir ciência?

Uma coisa que eu quero muito destacar é que: por mais que eu seja chamada, convidada [para fazer falas em eventos acadêmicos] etc etc, de vez em quando eu sinto muito intenso e evidente o quanto eu ainda sou objeto de pesquisa.

Então eu chamei minha orientadora, ela esteve na terra indígena recentemente, aí eu perguntei pela primeira vez se ela conseguiu entender como eu escrevi e ela diz “Realmente, a forma de organização da vida aqui não cabe no padrão científico”, que é muito tudo sistemático, departamentalizado, então eu fico muito preocupada no quanto a universidade teria, eu teria condição de chegar a esse padrão e eu lutei a vida toda, são 13 anos, para me adaptar a universidade, para atender as expectativas dos padrões científicos, profundamente terríveis para todos nós, todas, enquanto o meu cérebro e toda a minha vida foi construída em outra dinâmica, em outro padrão. Inclusive, eu cresci no pé de serra, com uma casa aqui, outra aqui, outra aqui, outra aqui, misturado bicho, gente, planta, tudo junto. Ali a gente não tinha ruas, departamentos, todo mundo dormia junto, então hoje eu consigo entender, como eu vejo, e a sociedade também, e como eu tenho muita dificuldade já que ao mesmo tempo eu serei funcional como objeto de pesquisa e análise para a universidade, mas quando eu estarei na universidade para contribuir com a função de outros padrões de pensamento e conhecimento?

Então assim, eu ando muito deprimida ultimamente, [...] isso me coloca também muito distante de um padrão científico para estar como promotora da mediação de conhecimento. Porque mesmo com esses anos todos na universidade, escrevendo e tudo mais, quando eu visualizaria? Eu visualizei e criei por muitos anos expectativa de ser professora universitária. Então cada vez que eu faço uma prova de concurso efetivo eu vejo o quanto eu to bem longe! Bem longe!! E eu fico me perguntando assim: o quanto nós indígenas estamos para a universidades como mediadores e produtores de conhecimento no padrão de docência ou somos simplesmente como objetos de pesquisa ou atuantes na formação. Então parece que a gente, só de chegar na universidade já é milagroso, extraordinário nesse contexto de desigualdade profunda estrutural, né? [...] o padrão da universidade, estrutural, se vocês também, os não indígenas, caminham em outra linha diferente do padrão ocidental, vão sofrer muito para estar como mediadores de produção de aprendizagens, ou seja, docentes, né? Porque é perigoso abrir possibilidades para caminhos que não sejam sistemáticos, padronizados e ocidentais.

É muito louco isso, eu venho fazendo essas reflexões finalmente porque me frustra muito assim quando eu faço as provas, e vejo que a minha escrita não é o que a universidade quer. É mais uma escrita livre de produção, para o povo olhar e dizer:

“ai que lindo”, “ai que incrível”, “ai que doloroso”, “ai que desorganizado”, mais coisas desse tipo!

Por isso que nesta questão dois eu acredito que há um soprinho nascendo, um foguinho nascendo bem pequeno, uma sementinha plantada nesse campo, da dedicação da temático, do estudo e da visibilidade no campo da produção teórica da questão indígena, das desigualdades que afetam os povos indígenas (Participante 1).

A potente fala da participante, além de fazer coro à opinião já expressa pelos outros entrevistados, de que a produção científica sobre a temática indígena no segmento do Serviço Social é baixa, também denuncia o espaço que é reservado aos indígenas dentro do espaço universitário: o de objeto de estudos, o de presença mística e extraordinária, mas não o de produtor de conhecimento acadêmico e científico, não o de professor doutor regular, não o de pesquisador. As próprias formas e protocolos do fazer científico já apresenta um obstáculo aos indivíduos e grupos indígenas que se arriscam a desbravar o universo acadêmico como parte componente de sua estrutura. As normas acadêmicas, os padrões de escrita, as rotinas e ações sistematizadas muitas vezes negam ou afastam os diversos modos de ser, produzir, ensinar e aprender indígenas.

Frente a essas indagações, torna-se crucial ressaltar dois elementos essenciais. O primeiro deles diz respeito à necessidade de enfatizar que, ao abordar a universidade, este estudo está se referindo à universidade inserida na lógica do capital. Em outras palavras, trata-se de uma instituição acadêmica fundamentada no produtivismo e no academicismo, orientada para promover valores e ideias burguesas. O segundo ponto a ser considerado é a reflexão sobre como incorporar a temática indígena em um ambiente acadêmico, levando em conta esse contexto específico. Sem pretensão de oferecer uma resposta definitiva para a problemática, é possível considerar a inclusão da pauta indígena de forma a considerar as diversas culturas, em uma conversa com o fazer acadêmico, de forma a valorizar as produções e pesquisadores indígenas que aos poucos abrem caminho para que essa temática ocupe mais espaço dentre as discussões de diversas áreas.

É necessário repensar as estruturas universitárias, as disciplinas, a história ensinada e abrir novas áreas de pesquisas evidenciando outras narrativas. Também é necessário repensar

os conteúdos curriculares, as metodologias de estudos e pesquisas e criar novas formas de avaliação. As universidades deveriam se indagar sobre o quanto podem se beneficiar da presença indígena com seus conhecimentos ancestrais e para a construção de um mundo de interculturalidades e riqueza simbólica. Fundamental nessa perspectiva é fomentar e possibilitar a circulação e a validação de outros saberes na universidade pautados em outras bases cosmológicas, ontológicas, filosóficas e epistemológicas, num processo intenso e desafiador em interculturalizar a educação superior (Luciano; Amaral, 2021 *apud* Mato, 2016).

Sobre a relação entre o ser indígena e as expectativas da universidade, a participante já havia tratado no início de sua entrevista, antes mesmo das perguntas, quando discorria sobre sua vida e suas experiências.

E eu publicava muito, eu apresentava trabalhos e o pessoal achava “nossa”. Era como se fosse extraterrestre onde eu estava, para mim era assustador assim, sempre que alguém dizia “Como assim você é indígena, como assim você escreve muito? Como assim você escreveu? você entendeu isso?” Então isso me incomodava muito, mas eu não perdi a oportunidades também, né? Para mim era muito oportuno [ocupar um cargo de professora substituta na academia] pelo que eu lutava, que era ter condições melhores de vida, porque na infância a gente passou tanto perrengue assim, de fome braba e não ter roupa, não ter comida, não ter sabão. Então para mim era o que incomodava, mas era funcional a minha situação. Eu conseguia trabalhar, ganhar dinheiro, comprar comida, comprar roupa para minha filha, então..., mas eu sempre me sentia assim como se fosse uma coisa muito exótica onde eu estava, né? No sentido da expectativa que as pessoas podiam ter! “Como assim uma indígena pode fazer isso? faz isso? Então as pessoas me chamavam muito e isso sempre foi um cansaço pra mim! (Participante 1).

Ao dizer “me chamavam muito” a participante se refere a eventos, palestras, oficinas e formações, onde sempre foi, e segue sendo muito requisitada, recebendo diversos convites. A entrevistada reforça o quão cansativo isso sempre foi para ela, ocupar o papel permanente de “assistente social indígena”, sempre sendo procurada por grupos ou órgãos em eventos e situações específicas, mas nunca efetivamente como parte do corpo docente. A participante divide então que, diante dessa situação, ela passa a fazer, dentro dos limites estabelecidos por sua posição, uma inclusão dos povos indígenas dentro das universidades, mas também uma integração da universidade com os povos indígenas, em seus territórios.

Aí eu comecei a fazer atividade de campo também, visitas e aulas em campo. Levar o povo para o quilombo, levar o povo para as comunidades indígenas, tratar ônibus. E aí os professores diziam assim “meu Deus você não tem juízo, viu? Por que você mal chegou, você é professora substituta, você vai fazer isso mesmo?” Eu disse “eu vou, por que?” E ele disse “É muito perigoso, levar os alunos para as comunidades muito distantes”, porque era muito longe da universidade e para dormir lá. Eu fazia articulação com as lideranças para levar e eles falando assim “Mas meu Deus! A universidade não costuma vir aqui!” e eu disse “A universidade está aqui agora!”. (Participante 1).

Essa fala demonstra o quanto a presença indígena dentro das universidades é importante, não apenas como representatividade e como forma de ocupar um espaço de representação e reivindicação dos direitos e potências indígenas nos espaços educacionais, mas também como

uma maneira de incentivar e trazer mais povos e indivíduos para dentro desse espaço. A presença de indígenas dentro das universidades é um fator de extrema importância para o aumento da produção de materiais e estudos sobre a temática no Serviço Social.

Segundo Amaral e Bilar (2020, p. 13) a temática e a evidência da questão indígena ainda se mostram incipientes nos órgãos de representação dos profissionais da categoria e na produção acadêmica e científica produzida e publicada pela categoria, fator esse que evidencia a necessidade de maior atenção à temática.

3.4. POPULAÇÃO INDÍGENA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA

A terceira pergunta norteadora do roteiro de entrevistas, busca entender, sob a perspectiva dos entrevistados, se os profissionais da categoria do Serviço Social têm os parâmetros teóricos, históricos e práticos para atuar profissionalmente com indivíduos e comunidades indígenas, suas particularidades, suas dificuldades e potenciais, considerando as especificidades de cada grupo nas diferentes áreas da proteção social.

Questionados sobre essa temática, os participantes respondem:

No meu entendimento, não. Quem vem dentro do seu território e pode atuar dentro do seu território de conhecimento, acredito que isso agregue no valor! No valor assim, de você conseguir lidar com as questões ali de uma forma diferenciada, ou não, porque eu também já vi profissionais que estão nos territórios e como elas já tem aquela vivência, é como se fosse, algumas coisas já fossem normalizadas. Então aquela dificuldade de pensar aquela situação uma condição social, né e não é uma coisa que já foi normalizada porque cresceu ali. Mas é superimportante os profissionais, com certeza né, estarem em constante capacitação, mas dentro dos próprios cursos do Serviço Social não tem um trabalho específico assim né para a população de cada território, ou mesmo uma base geral, então acredito que as pinceladas que muitas vezes os cursos dão, ainda são muito genéricos em relação aos povos indígenas e muitas vezes os profissionais que chegam para trabalhar com povos indígenas ainda chegam com uma grande lacuna de como lidar, o que fazer, como fazer né e muitas vezes essa insegurança também te deixa, deixa você explorar pouco do universo diverso e gigante que a gente tem (Participante 5).

Os participantes relatam, de acordo com suas experiências e vivências, que os (os) profissionais de Serviço Social não estão preparadas (os) para atuar com os povos indígenas e suas demandas. Citam que, até mesmo como profissionais com esse duplo pertencimento (assistentes sociais e indígenas), ainda encontram dificuldades na atuação.

Exatamente, não estamos! Porque até eu como profissional de Serviço Social, quando passo a botar o pé de volta na aldeia, botar o pé de volta nos agrupamentos urbanos onde há indígenas vivendo e lutando e sobrecarregados dessas dinâmicas urbanas, do horário de acordar, sair, pegar ônibus, retornar e cumprir com as tarefas de casa, com essa dinâmica bem capitalista e produtivista da vida, do cotidiano. Eu como assistente social, dez anos depois da formação, atuando na cidade, buscando a valorização, a chegada e a inclusão de indígenas no espaço acadêmico que minha visão era essa: e universidade e povos indígenas e depois sair da universidade e botar o pé no campo, como me manter vinculada a universidade no sentido do conhecimento que possa dar base para o que eu penso e faço, mas também como entender as diversas problemáticas que afetam as populações indígenas seja em contextos urbanos ou rurais, que as aldeias são predominantemente rurais, aí, dez anos depois que eu, indígena, saio da universidade e atuo em diversos campos para movimentos sociais, para direitos sociais como um todo, mas quando eu boto o pé de novo junto de novo dos povos, do meu povo, eu sinto muita dificuldade de mostrar pro povo o que é o Serviço Social, o que eu sei, quais são as competências que eu desenvolvi, habilidades. Então, para que o povo indígena conheça o Serviço Social... E outra coisa, o serviço social que esse povo conheceu em outra ocasião, muito breve, foi muito negativo. De pessoas disciplinadoras, que a gente conhece, assistente social da Funai que é extremamente racista, que trata os indígenas como pessoas inferiores, que não tomam banho e nem se limpam de forma adequada porque vivem com o pé no barro, sem calçar sandálias e vivem empoeirados porque dançam Toré o dia todo e ficam “sujos”, sem essa ideia de que a areia é nossa e nós somos areia, barro, tudo uma coisa só. E bota bicho no colo e deixa bicho entrar dentro de casa, galinha, bode... Então a experiência que meu povo tem com assistente social, com Serviço Social é bem negativa, e eu nessa experiência, agora onde estou, é extremamente negativa, aquela visão bem antiquada mesmo, controladora, disciplinadora [...] eu tento lutar para mostrar que o Serviço Social, que eu como assistente social, temos possibilidades e compromisso muito potentes de transformação social e isso é um trabalho imenso porque a visão anterior que se tem é bastante negativa, de um Serviço Social contra os povos indígenas, que entende nada de diversidade, pluralidade, de direito a diferença, de legislação de proteção internacional e nacional, isso é muito perigoso. E aí em considero assim, geralmente, mesmo que seja a pessoa de ideias mais libertadora, mais emancipatória, mais progressista, que mais defende a emancipação, a liberdade e a autonomia, há também uma busca de enquadramento, sabe? De dizer “nossa, esse povo não se organiza, esse povo não tem consciência de classe, esse povo não sabe fazer as coisas” então é sempre aquela ideia de integrar algo com a expectativa do outro e não respeita que historicamente foi de rasgar qualquer autodenominação e autonomia dos povos, então isso é uma luta constante (Participante 1).

Pela minha realidade aqui no Rio Grande do Norte, não. Aqui no Rio Grande do Norte nós temos populações indígenas, mas não temos terra Indígena demarcada. E eu estava trabalhando em uma unidade de saúde como pesquisadora e a minha proposta era justamente falar sobre questões relativas a identidade daquelas pessoas que viviam ali, né? De uma população indígena que tem aqui no Rio Grande do Norte, que é maior, mas os profissionais, eles falavam coisas absurdas de preconceituosas, né? Eles diziam que aquele povo não era índio, que tem um carros melhores do que um deles, que recebiam dinheiro do governo para comprar esses carros, que não existe mais índio no Brasil, que nunca existiu o índio no nordeste, que ninguém ali tem cara de índio e que eles não queriam tomar as vacinas, sendo que não foi destinado vacina para cá, aí depois disseram que eles não queriam tomar, sendo que isso era uma pequena parcela dos idosos que não queria tomar e começaram a tentar justificar o déficit deles com isso e o Rio Grande do Norte não tem DSEI, né? Não sei se você sabe, mas não tem, é simplesmente o único estado do Brasil que não tem um DSEI, aí o pessoal da Paraíba vinha para cá, mas pararam de vir. Então eu não acho que eles estão nada preparados, pela forma que eles falam, me subiu o sangue, sendo bem sincera, eu ficava transformada de tentar dialogar com alguém ali sobre essa questão (Participante 2).

Os relatos de racismo são graves. A participante compartilha que o histórico de contato desse povo com o Serviço Social foi desrespeitoso e antiético, desrespeitando sua cultura, seu modo de viver e sua existência.

Espera-se do profissional de Serviço Social, as bases teóricas e éticas para poder atuar junto às populações indígenas no Brasil. O entendimento do processo formativo da história nacional e como a questão indígena se apresenta como parte da questão social, não apenas em seus reflexos, mas também em seu processo de formação; A compreensão dos diversos modos de ser indígena, para além do senso comum, entendendo os povos indígenas como sujeitos de direitos e protagonistas de sua história; a compreensão dos processos que caracterizam a questão indígena como objeto de estudo e atuação do serviço social e as maneiras de garantir o acesso às políticas de proteção social sem desconsiderar ou ferir os diversos modos de vida e cultura dos povos originários, são alguns pontos importantes para que um profissional possa exercer uma ação em consonância com os direitos dos povos indígenas e em coerência com o projeto ético-político da profissão.

Gersem J. dos S. Luciano, da etnia Baniwa, em conjunto com Wagner R. do Amaral, afirmam em seu artigo “Povos Indígenas e a educação Superior no Brasil e Paraná: Desafios e perspectivas” (2021, p. 14), que a presença de estudantes indígenas em ambientes historicamente restritos a pessoas de elevado poder aquisitivo, brancas e, em grande parte homens, acaba por evidenciar a presença da discriminação étnico-racial, o racismo e o preconceito.

Segundo os autores, essas práticas partem não apenas dos alunos, que se sentem incomodados com a presença indígena, acusando-os de roubarem suas vagas e assumindo que assim também será no mercado de trabalho, mas também partem dos professores, que adotam posição de desprezo e tutela, julgando-os incapazes e inferiores, fazendo com que se sintam subjugados e perseguidos. Esse preconceito também pode se apresentar nas aulas, através dos conteúdos e das metodologias de ensino. “Não se trata apenas de posturas individuais de preconceito e intolerância, mas, de questões estruturais, advindas das marcas e processos coloniais da sociedade brasileira e que estão presentes, interna e cotidianamente, nas universidades” (Luciano, 2021, p. 29).

Fatos como esse, reafirmam a importância de que seja feita uma capacitação profissional que habilite e prepare o profissional da área a atuar com a diversidade, ou seja, de forma a respeitar as diversas maneiras de ser indígena, considerando os costumes e cultura de cada povo e comunidade, conhecendo as vivências e fazeres dos povos que habitam a região

em que se atua e refletindo, em companhia dos indivíduos indígenas, sobre como aplicar as políticas sociais de forma a respeitar estes costumes e práticas daquela população, se comprometendo com a formação continuada acerca do assunto e favorecendo e incentivando a presença de profissionais e pesquisadores indígenas nos espaços de ação, nas universidades e dentro dos órgãos representativos da profissão. O Participante 3, defende que essa preparação deve ser abordada na formação profissional: No meu ponto de vista, não. Por isso é importante destacar que é necessário incluir a temática indígena na grade curricular do Serviço Social (Participante 3).

A inclusão da questão indígena no processo formativo do Serviço Social se mostra, inclusive dentre as falas dos participantes desta pesquisa, um tópico importante a ser abordado pela categoria. Sem dúvidas, a reflexão acerca de como seria esta inserção é extensa e abrange diversos aspectos, que não poderão ser aprofundados neste escrito, mas é possível considerar, de forma geral, alguns pontos que colaborem com essa argumentação.

De fato, a compreensão da questão indígena como faceta da questão social colabora com o entendimento do processo de apropriação do capital no território, fornecendo também subsídios para a compreensão da posição de dependência que o país ocupa na economia mundial e o avanço das potências ruralistas nos últimos tempos, além de oferecer bases para as discussões ambientais.

Para a inserção da discussão da temática no processo formativo do Serviço Social, é preciso compreender que a abordagem deve extrapolar as matérias que tratem do processo de acumulação capitalista ou a formação social e histórica do Brasil, não de forma a apresentá-la separadamente, de forma separatista, o que fragmentaria e especializaria demais a formação de novos profissionais, mas sim de forma a apresentar o assunto de maneira transversal, conversando com diversos aspectos discutidos durante o ensino formativo do Serviço Social.

Para além do momento inicial de formação de assistentes sociais, a discussão sobre a questão indígena também deve se mostrar presente no processo de educação contínua, aos profissionais já formados. Nesse espaço pode ser apresentada de maneira mais específica e centralizada, através de cursos, formações e oficinas.

Não existe, de uma forma geral ou protocolar, uma preparação, formação ou capacitação para preparar os profissionais que irão atuar na área, como afirmam os participantes da entrevista, todo esse processo acaba sendo individual, com alguns profissionais se comprometendo a estudar e compreender a questão enquanto outros não. Essa falta de preparo e formação interfere de forma negativa não apenas a população, mas também aos outros

profissionais, que sofrem com a sobrecarga de trabalho, o que pode interferir em sua saúde mental.

Eu queria falar um pouquinho na minha realidade, quando a gente entrou para trabalhar dentro do CRAS indígena, não era trabalhar com os indígenas, mas o trabalho que nós iríamos executar porque nós somos formados para ser assistentes sociais, mas quando nós assumimos a gente imaginava que nós iríamos passar por treinamento, que alguém ia lá dar uma formação e explicar o que era qualquer função, o que era isso, o que era aquilo e nada disso! Então a gente hoje, depois de tempo da gente sofrendo lá dentro para dar conta de várias coisas, a gente já repensa, a gente sempre fala “olha as próximas pessoas que entrarem para trabalhar né, do concurso, tem que ter o entendimento, uma formação, ela tem que vir para cá sabendo que que ela vai fazer” Porque a gente chegou perdido, muitas vezes fazendo trabalho que não era nosso, então é muito bom a gente saber reconhecer o que realmente é o nosso trabalho e o que não é da nossa competência, porque no final esse trabalhador também que entra perdido, que não tem noção muitas vezes do que que ele vai trabalhar ele acaba acatando tudo e sobrecarrega e aí mais para frente com certeza ele estava essa sobrecarga acaba sendo uma sobrecarga mental, estresse, aí se a equipe não tiver completa ela sobrecarrega mais ainda, porque até então nós também, a gente nunca achou que nossa equipe fosse muito, a gente sempre achou que era pouco, éramos 4 técnicos pra uma população de 18 mil pessoas, quando eu saí do CRAS nós éramos em dois técnicos, a população só aumentou a demanda de serviço aumentou e os técnicos não aumentaram, Então chega uma hora assim que a gente de fato sobrecarrega e a gestão que tá ali também, coordenador, qualquer pessoa que tiver atuando nessa área, se ela não tiver uma percepção, tanto do território, mas também da sua equipe técnica, ela vai acabar perdendo sua equipe, porque as pessoas vão adoecendo mesmo e acaba saindo fora então várias coisas vai acontecendo, é importante ter a noção do serviço, ter a noção do território, dos usuários que nós estamos trabalhando mas mais ainda essa noção do que a equipe realmente tem competência ou não para fazer e até que ponto de fato ela pode, se esse trabalho de fato de fato está tendo um retorno pra esse território, mas também se a equipe tem as condições de trabalho mínimas que sejam, porque muitas vezes são essas condições que acabam adoecendo de fato e nem sempre a gente está apito a ter um bom retorno se a gente não reconhecer que essas coisas também adoecem o trabalhador que está lá, sendo indígena ou não (Participante 5).

Nós temos aqui em Dourados um contexto bastante específico, por conta que aqui o que reina é o agronegócio, né. E temos vários colegas que estão inseridos aí nesse contexto também né, então a gente vê uma postura que é uma postura que ela assim, ela ainda é uma postura que nega o direito do outro, sabe? Mesmo como assistente social, mesmo, então a gente percebe que aquela coisa: o comprometimento, ele é bem individual né, existem profissionais que se desdobram, que buscam materiais, que produzem, que vem para a Aldeia de Barro, sabe? Que encontra uma família que tá totalmente entregue ao vício do álcool, mas encontra um ponto positivo, articula com a Sesai e propõe um tratamento de alguma forma e paralelo a isso incentiva uma Agricultura Familiar naquela família, a produção de alimentos de subsistência (Participante 4).

Ao discorrer acerca da atuação do Serviço Social junto à questão indígena no município de Dourados, no Mato Grosso do Sul, o Participante 4 aborda as facetas da questão social encontradas no dia a dia profissional junto às comunidades indígenas da região, como a fome e o uso abusivo de álcool e outras drogas.

Os técnicos atuantes aqui na área têm uma ação muito relacionado a autonomia da família, né, a produzir o seu próprio alimento, porque tradicionalmente nós éramos

famílias que nos autossustentávamos, nós não precisávamos de uma cesta básica do governo. Hoje, as famílias, é quase um campo de concentração, você imagina, centenas, 600, 700, 800 pessoas paradas assim ao meio-dia no sol, no meio da aldeia, uma carreta e elas saindo com a cesta básica na cabeça, idosas, as crianças, então, uma cena assim que a gente tem de uma referência de um próprio campo concentração mesmo e com todo potencial para produzir, né! Mas que historicamente foram sendo reprimidos, seus modos de produção, populações que foram sendo subalternizadas, foram colocadas aí a margem da sociedade. E tem um condomínio superluxuoso aqui ao lado da aldeia. Super, mega luxuoso e do lado você tem famílias que estão vivendo sem água, sabe? Então é uma diferença absurda que a gente tem, um contraste né, e tem profissionais que a gente vê no embate, lutando contra tudo isso. Então assim, existem profissionais que são ousados, mas também existem profissionais que são cômodos, que decidiram, optaram por terem menos comprometimento que outros, mas acho que poderíamos, de forma geral assim, na questão indígena, saber ouvir, ter uma escuta sensível, saber que as famílias indígenas têm as suas próprias organizações. Eu já encontrei relatórios técnicos que falavam que a família estava fragilizada e precisava urgentemente de intervenção porque a família tinha feito uma fogueira no chão e estava ali se alimentando, só nos utensílios domésticos, compartilhado, sabe? Então essa vivência do não índio é diferente. O indígena tem muito de compartilhar, a gente ainda tem muito isso de solidariedade, né? (Participante 4)

Primo Levi, em seu “É isto um homem?”, livro onde relata sua experiência como prisioneiro nos campos de trabalho e concentração de Auschwitz e Birkenau, diz: “Portanto, acabado o frio, que durante todo o inverno nos parecia o único inimigo, demo-nos conta de ter fome, e, voltando ao mesmo erro, hoje repetimos: - Se não fosse por essa fome..Como poderíamos pensar em não ter fome? O Campo é a fome; nós mesmos somos a fome, uma fome viva. (Levi,1988, p. 74)

As diversas adversidades encontradas e enfrentadas pelos povos indígenas, não se reduzem meramente a uma questão identitária. Elas têm suas raízes vinculadas ao processo capitalista e seus consequentes desdobramentos que impactam essas populações de diversas formas e em diferentes espaços, como sua cultura, seus territórios e sua forma de existir.

Segundo o relatório de Violências Contra os Povos indígenas no Brasil, organizado e desenvolvido pelo CIMI, com os dados do ano de 2021, na seção que trata sobre as violências cometidas por Omissão do Estado, a fome, principalmente a partir de 2017, é um fator que se mostrou crescente em diversas comunidades indígenas, em especial naquelas em luta pela demarcação de suas terras (CIMI, 2022, p.203). No município de Dourados-MS, que também é o ambiente do relato do entrevistado, mais de 2500 famílias viviam em barracas de lona, na ocasião estudada pela equipe (CIMI, 2022).

O cenário é de total abandono, onde famílias inteiras estão expostas a todo tipo de intempérie, de violação de direitos e desalento. A situação agravou-se com o início da

pandemia, que evidenciou a impossibilidade de se garantir os mínimos cuidados sanitários (CIMI, 2022,p.204).

O relatório também aponta a questão do acesso à água potável na região, denunciando casos de crianças internadas com insuficiência renal e comunidades tendo que recorrer à água de brejos ou rios poluídos. Para justificar sua omissão no fornecimento de água para a comunidade, o DSEI Mato Grosso do Sul alega estar impedido de atuar em áreas indígenas não demarcadas”. O MPF destaca, entretanto, que a União é obrigada, por lei, a assegurar e promover o acesso à água para as populações indígenas, inclusive àquelas que habitam terras não demarcadas.

Ainda dentro dessa questão, abordando a atuação das (os) assistentes sociais junto à questão indígena e suas vivências como profissional da área e indígena, o participante aborda o tema do alcoolismo.

As aldeias aqui elas estão à margem da cidade, da segunda maior cidade do estado, que é Dourados, a 5 km da segunda maior cidade do estado. Então assim, dentro da Aldeia, o comércio não tem um controle, apesar de ser proibido, não tem um controle efetivo para fiscalizar isso, então se acaba tendo um consumo muito alto. E a gente percebe o quanto isso é danoso nas famílias, sobretudo assim, não posso falar de todo uma etnia né, mas, os kaiowá estão bem afetados, casos de desestruturar as famílias mesmo e aí é aquela situação né. Aí entra o Conselho Tutelar, né? E aqui em Dourados tem uma casa lar, um abrigo e partindo desse ponto de vista, sempre fica mais fácil né, você pegar uma criança que está no contexto desse e direcionar ela para uma casa lar, né? Mas e aquela coisa de buscar a família extensa? de buscar familiares? de tentar encontrar uma solução que esteja dentro do contexto de vida, evitando toda uma série de questões aí que a gente já viu que as crianças enfrentam? Já peguei grupos em que elas falam que não querem mais viver na Aldeia, que querem ficar lá na cidade, então tudo caracterização da vivência mesmo, aqui.

E o álcool é bem ele é bem presente, bem presente. Casos de adolescentes por exemplo, que justiça determina que eles tem que cumprir com uma liberdade assistida, depois da adolescente ter cometido um delito, ele vai para o UNEI, é internado e aí o juiz determina que ele tem que cumprir uma liberdade assistida, que é assistida pelo serviço do CREAS, por exemplo, que faz parte da assistente social. Nos relatos eles colocam que é quase categórico, assim quando você pergunta, em afirmar que eles estavam sob efeitos do álcool e não lembram o que fizeram. E é muito assim, “não, a gente estava no efeito do álcool e não lembro de algumas coisas, mas tipo agora a gente já fez”. E são adolescentes que não tem outra, não tem uma oportunidade de escolha, e ainda precisamos avançar nisso, oportunizar, precisa capacitar. O assistente social no território indígena, ele tem que se articular em rede! Sesai, lideranças, parteira... O assistente social que não é indígena e está em território indígena precisa observar, ver quem são as lideranças, como elas dialogam, porque tem uma dinâmica própria que precisa ser respeitada. E fora as relações que a gente tem de consulta: livros, sedes formadas, tudo isso a gente precisa considerar quando vai desenvolver um trabalho junto com outros povos. (Participante 4)

Sobre a mesma temática, também expõe a participante 5:

É muito complicado assim essas questões e aí a mesma coisa do território, o pessoal Acho que você vai pegar o indígena que tá a situação de uso abusivo de etílicos e que vai falar que você vai fazer o encaminhamento para ele vai dar e ele vai caminhar 12, 15, 18 quilômetros, a maioria, boa parte assim a pé né, quem tá na sua situação, é um ou outro que tem a família que leva, mas a maioria acaba ficando andando mesmo, porque você vê que também existe esse preconceito contra quem bebe, as pessoas procuram não tá muito perto né, a pessoa se ela não tiver de fato uma ajuda, se você não tivesse sensibilidade, ela não vai sair lá do fundão da Aldeia para tomar um remédio e retornar. Então é começar a perceber que esses programas têm que começar a ir para o território, que é superimportante um CAPS, um Creas e outros programas irem para o território e não esperar que todos saiam do território para procurar, até porque você infelizmente também encontra profissionais que não te recebem bem e isso infelizmente em qualquer lugar pode acontecer, em qualquer situação. (Participante 5)

O CIMI identificou, durante o ano de 2021, diversos casos de disseminação de álcool e outras drogas dentro dos territórios indígenas. No Acre, narcotraficantes abriram caminho por dentro de terras indígenas para entrar no Brasil. No Pará, a população da Terra Indígena Cachoeira Seca relata o aumento do consumo de álcool por influência e incentivo de não indígenas que estão ilegalmente no território, como pescadores. No Mato Grosso do Sul, na Reserva Indígena de Dourados, um em cada 5 indígenas faz uso de bebidas alcoólicas, o que reflete no alto índice dos homicídios na região, 400% maior que em territórios não indígenas no mesmo estado. Em Roraima, indígenas denunciam garimpeiros e invasores pela introdução de álcool nas comunidades. (CIMI, 2022)

Por fim, é possível observar, que de maneira geral, a partir dos relatos e vivências relatadas pelas (os) assistentes sociais que colaboraram com o estudo, a categoria profissional do Serviço Social não está apta para atuar com as demandas indígenas, seja dentro dos territórios indígenas ou em outros ambientes. É necessário que se criem mecanismos de formação e divulgação acerca da realidade indígena no Brasil atual, tanto no âmbito da formação profissional, quanto no processo de educação continuada e nos ambientes de trabalho das (os) profissionais, para que elas (es) se tornem mais preparadas (os) e capacitadas (os) para atuar com a temática. Mas é preciso também estabelecer, como profissional que atua na defesa dos direitos humanos, um compromisso individual dentre os componentes com a temática.

Em entrevista fornecida pela professora Maria das Graças e Silva à ABEPSS (Associação Brasileira de Estudo e Pesquisa em Serviço Social), a docente da Universidade Federal de Pernambuco afirmou:

As competências profissionais representam aproximações importantes com a luta dos povos indígenas. Entre elas estão o potencial da dimensão investigativa de pesquisa acadêmica sobre a relação entre questão ambiental e conflitos agrários que atacam a

existência dos povos indígenas; o apoio e subsídios para a formação política; o fortalecimento dos movimentos, como as assessorias prestadas às organizações da sociedade civil; a formação ética para atuação e oferta de serviços de qualidade aos povos indígenas; as denúncias e as lutas contra as práticas de violência institucional e práticas assimilacionistas, racistas e etnocidas em diversos contextos onde vivem os povos indígenas (rural, urbano, aldeias e assentamentos); e as cotas étnico-raciais. Tudo isso deve formar um conjunto de preocupações a perpassarem a formação profissional, tanto em nível de graduação quanto da pós-graduação em Serviço Social (ABEPSS, 2023)

De acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a formação profissional da (o) assistente social deve favorecer a defesa dos direitos humanos, a justiça social e a cidadania, de maneira a formar profissionais aptos e críticos. O processo formativo deve oferecer aos futuros membros da categoria as bases metodológicas, teóricas e ético-políticas para exercerem em sua ação profissional, uma atuação comprometida com a superação das desigualdades históricas que afetam as comunidades indígenas e com a luta dos povos pelo reconhecimento de seus direitos políticos, culturais, sociais e territoriais. Dessa forma, seria imprescindível que a formação em Serviço Social abordasse as temáticas de demarcação de terras, proteção social, processo de retomada de terras e identidade, o conceito de território e os direitos fundamentais dos povos e indivíduos indígenas, para que os profissionais, ao encontrarem as demandas, sejam capazes de atuar, formular, implementar e fiscalizar políticas sociais referentes aos direitos desses povos.

Tratando das experiências relacionadas à formação profissional e à questão indígena, as (os) participantes entrevistadas (os) compartilharam as experiências vividas em seus processos de formação profissional durante a graduação em Serviço Social.

Foram raras as vezes, de forma geral, durante quatro anos de curso, foi no máximo um semestre. Na aula da professora de política social um e dois. Ela trabalhava com questão social e aí ela trabalhava com segmentos e populações indígenas e quilombolas, comunidades tradicionais e aí eu como indígenas conseguia observar e ouvir timidamente alguma coisa, mas foi bem raro, falta, faltou demais, faltou demais (Participante 4).

Levemente, muito pouco, na disciplina de Questão Agrária e Urbana e no meu trabalho conclusão de curso que é sobre a Política de Assistência Social e Povos Indígenas.

Eu tive uma professora que ela era especialista na política de assistência, mas que ela também tinha muita dificuldade, porque ela não conhecia e não havia nenhum outro professor na universidade que se identificasse com a temática. Inclusive a professora da disciplina de Questão Agrária e Urbana não pode ser orientadora, mas ela participou da minha banca (Participante 2).

As (os) participantes, além de relatarem suas vivências e acerca do contato com o estudo da questão indígena durante o processo de formação, dividem também suas opiniões acerca do

porquê a presença dessa temática ser tão escassa na graduação em Serviço Social e sobre o que poderia ser feito para que ela fosse mais abordada e para que essa questão fosse solucionada.

Quase nada! Como eu disse, foi uma breve pincelada porque quando chega aquela semana de 19 de Abril, eles sempre querem falar alguma coisa, mas a gente também percebe que o conhecimento técnico das próprias universidades, dos professores, é muito pouco e ainda trazem aquele estereótipo do indígena lá de 1500, se não for desse padrão não é indígena, então não tem essas discussões assim, que você pode estar em qualquer canto, que você pode ocupar vários espaços, que você não deixa de ser indígena porque você tem um celular, porque você está andando de carro, porque você hoje tem uma formação, um diploma e eu lembro que uma das discussões, leves, que teve ainda no curso... não foi no curso fazendo uma pós, foi a questão das cotas né, então muitas pessoas falavam “ai por que indígena então, deveria estar mais cheio de médicos, se os indígenas podem entrar na faculdade de medicina...” aí tipo assim, parece que você pode ter uma cota por um curso né, que geralmente é um curso elitizado, aí todo mundo, é como todo mundo tivesse que fazer, fosse obrigada a fazer medicina. “Ah porque que escolheu ser professor, porque escolheu ser assistente social se poderia escolher ser médico?” E nem sempre é assim né, também vai daquilo que você também se identifica enquanto profissional. Eu acho medicina é exemplo bonito, mas é uma coisa que, para mim, nunca passou, tive vontade de fazer outras coisas eu não me via. Quando eu fui fazer Serviço Social e eu sempre falava que eu queria vestir branco, no meu imaginário, que queria usar branco e ajudar todo mundo, mas ajuda na força né. Quando eu fui para o curso era muito diferente aí você vai entender isso também, a questão social né! As relações de trabalho, que na verdade assistente social pode vestir qualquer cor e vai muito além de ajudar, mas também a questão da garantia de direito, mas hoje eu vejo que uma das questões que a gente também tem que garantir direitos é dentro da nossa própria profissão né, e mais ainda enquanto é profissional indígena. Então no nosso curso, os debates que tinham na época eram assim “aí, indígena ganha dinheiro do governo” sempre aquelas perguntas, sempre aquele imaginário e sempre quando se tudo fosse fácil para nós e às vezes as pessoas não param para ver o próprio curso, para repensar assim que tudo foi luta né, que tudo foi conquista e cada conquista dessa com certeza teve sofrimento, até para a gente também conseguir se formar. Mas em relação ao curso, a abordagem foi bem pouco mesmo, quase nada (Participante 5).

A participante sugere que uma das poucas temáticas que levantaram a discussão acerca da temática indígena em seu processo de formação, foi a discussão acerca das cotas. A Política de Cotas a Povos Originários, visa garantir a inclusão de povos indígenas dentro das universidades, considerando o processo histórico de exclusão dessa categoria no ambiente educacional de forma a diminuir a desigualdade e aumentar a diversidade dentro desses espaços.

Regulamentada pela Lei 12.711/2012, a chamada Lei de Cotas estabelece a reserva de vagas universitárias para estudantes indígenas, pretos e pardos, oriundos de escolas públicas (Brasil, 2012). O processo, que difere de acordo com as normas de cada instituição, pode contar com a necessidade de apresentação de documento comprobatório de pertencimento a comunidades indígenas e autodeclaração étnico/racial.

Para Luciano e Amaral (2021), a lei de cotas representa um marco legal de extrema importância para a inclusão de indivíduos de minorias historicamente subalternizadas nos ambientes universitários.

Contudo, o processo de implementação da Política de Cotas, sozinho, não é capaz de fazer uma verdadeira inclusão de indivíduos e grupos indígenas nas universidades. É preciso que ele seja acompanhado de Políticas de Permanência Estudantil e de formação e orientação culturais que capacitem as universidades para receberem alunos com culturas, vivências e históricos diversos, incluindo diferentes maneiras de estudar e construir conhecimento.

Na minha graduação foi isso: Seminário de disciplina Movimentos Sociais e Serviço Social, “o que é o movimento indígena”, ponto. Agora eu como docente, enquanto professora substituta, a gente mobilizou conhecimento no estudo teórico da sistemática, trabalha com documentários e sempre fazendo a abordagem da questão étnico racial como um todo: étnico e racial! Povo negro, povo indígena, povo não negro e indígena, mas grande contingente lavradores que passa a estar nas grandes massas exploradas e o pé no campo, o pé com o povo, o olho no olho com o povo. O que o povo tá sabendo que foi escrito desse povo. É botar o povo na universidade e botar a universidade com o pé no chão da aldeia, da comunidade quilombola, do assentamento rural de reforma agrária. O que foi escrito que eu li que aproxima do que essas pessoas estão expressando a partir da própria voz então essa interação eu acho muito importante. Aí a experiência como professora substituta teve algumas aulas no Campo, na rua, na comunidade quilombola, na aldeia, que eu acredito que tem que existir, a gente não pode ficar insistindo só no ensino, só na pesquisa, tem que ter o pé na extensão senão a vida na carne, como ela se expressa, vai ficar abandonada (Participante 1).

A participante, em sua experiência como docente do curso de Serviço Social, foi capaz de preencher as lacunas que encontrou em seu processo formativo e oferecer aos seus alunos as experiências e conhecimentos que não teve em sua formação.

Esse relato reforça a importância da presença indígena dentro do ambiente universitário, não apenas como estudante, mas também como pesquisador e docente, de forma a promover benefícios não apenas aos discentes em processo de formação, como também para a própria instituição, oferecendo: representatividade e diversidade; reconhecimento dos saberes tradicionais; novas visões e perspectivas teóricas e metodológicas; saberes interculturais; fortalecimento das culturas e comunidades indígenas, dentre outros aspectos.

3.5. OS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DA CATEGORIA (CONJUNTO CFESS/CRESS E ABEPSS/ENESSO) E QUESTÃO INDÍGENA: QUAL A QUALIDADE DO DEBATE EMPREENDIDO?

Esta provocação busca compreender, de acordo com as perspectivas dos sujeitos participantes do estudo, qual seria o papel das categorias representativas do Serviço Social na luta pelos direitos indígenas e qual tem sido o seu desempenho nessa temática durante os anos e atualmente.

Então, a questão de estar empenhado, eu penso que sempre podemos dar um passo a mais, se aproximam do contexto indígena, sempre ter um aprendizado, partindo de um ponto de troca, de não só trazer, mas também levar, de não só levar, mas também trazer. Compreender um pouco essa relação e as instituições como o CFESS e o CRESS, poderiam ser mais ousados, porque os assistentes Sociais lutam pelos direitos das pessoas, pessoas que estão à margem, e historicamente os indígenas estão à margem (Participante 4).

Os participantes relatam perceber sim um empenho para discutir a questão e colocá-la em evidência, mas salientam que é um movimento ainda inicial e ocasional, esporádico e temático.

Então assim, eu não vi nenhuma carta do CFESS e eu não vi nenhuma carta do CRESS quando lideranças indígenas foram atacadas e presas em Rio Brilhante agora. Então, o peso de uma nota de repúdio do Conselho, que luta pelos direitos, é fundamental nesse contexto. [...] o Serviço Social, os conselhos, precisam ter essa clareza que as populações foram ao longo da história sendo empurrados e sendo negados os seus direitos, até o ponto em que os povos foram dizimados. E hoje é negado toda situação de vida, negada toda a cultura, então os conselhos precisam reforçar isso, porque nós temos uma cara diferente e o Serviço Social tem que ter uma cara diferente, não pode ser só a cara do branco europeu, tem que ter uma cara indígena também, tem que ser negro, tem que ser as mulheres, sabe? Então colorir né? colorido!

Eu vi uma agenda, um tempo atrás e era uma agenda bem ousada aqui nessa relação, era uma agenda do CFESS, era bem-posicionada aos povos, mas isso se restringe aos assistentes sociais, né. Precisa abrir as portas, se destacar, o conselho se posicionar realmente contra os ataques, contra as opressões, né. Não é um fato histórico, não é uma coisa que aconteceu e passou e o direito que nós temos não caiu do céu. Alguém sempre esteve lutando por eles, nós tivemos recentemente uma retardação aos sujeitos que atuam na luta, na linha de frente, guerreiros e guerreiras do Serviço Social, e a gente vê num governo que acabou tirando todos os direitos do dia para a noite, então a gente precisa retomar essas lutas coletivas, precisa mostrar mais a cara mesmo, enquanto conselho, enquanto profissão, enquanto representatividade. E mostrar a cara de se posicionar, senão não faz sentido (Participante 4).

Eu acho que eles podem querer se abrir, estarem abertos, mas geralmente você vê só as discussões no mês de abril, quando eu falo semana indígena lá, Sempre tem alguém do CRESS, querendo fazer uma live, querendo buscar alguma coisa, mas passou essa

data esquece, indígena no resto do ano nem entra no calendário nem nada. Ano passado eu achei muito legal porque eu fui convidada pelo CRESS do Mato Grosso do Sul, foi um evento de 32 anos, e eles queriam fazer homenagem para alguns profissionais assistentes sociais, então e aí foi no mês de agosto, que também é mês dos povos indígenas, então eles tiveram essa sensibilidade, mas também entraram assistentes sociais negras, pegaram uma diversidade. Foi uma das únicas poucas discussões fora do abril Indígena. Eu acredito que o CFESS, a ABEPSS e outros, eles precisam ser provocados a pensar e repensar essa temática e principalmente, eu bato muito na questão técnica também né, quando a gente fala das elaborações técnicas das nossas atuações. Eu acho que quando tiver, puder ter essas preocupações, que pensava as atuações dentro dos territórios indígenas, nas atuações com profissionais indígenas, porque ainda tudo que acontece é colocado dentro do mesmo quadradinho como se fosse tudo igual, o que você faz uma cidade você tem que projetar na aldeia e as diferenças são grandes e infelizmente a gente ainda tem muitos gestores que não conseguem compreender essa realidade. Às vezes a gente tem essa dificuldade com os próprios colegas né, com gestores técnicos mais ainda. Então a gente tem que ampliar essas discussões para o conjunto, mas também para secretarias que seja municipais secretarias estaduais né, para repensar essas necessidades para os territórios, os povos dentro dessa temática mesmo (Participante 5).

As percepções levantadas pelos participantes se confirmam pelas análises abordadas anteriormente nesse estudo (onde foram examinados as publicações feitas pelos órgãos representativos em suas redes acerca da temática indígena) que revelam que, assim como levantado nas falas, as manifestações acerca da temática dos povos originários, na grande maioria das vezes se restringe á datas temáticas, como o Dia dos Povos Indígenas no Brasil (19 de abril) ou o Dia Internacional dos Povos Indígenas (9 de agosto). Outro fato citado, que também pode ser confirmado na análise dos documentos publicados pelas entidades representativas, diz respeito às discussões da categoria raça/etnia, que, em um grande número de vezes, acabam excluindo a questão indígena.

No âmbito do Serviço Social brasileiro, o conjunto CFESS/Cress representa uma estrutura central. Exercendo funções de regulação e normatização, essa rede se mostra fundamental para a existência da profissão, visando a garantia dos direitos dos profissionais e o acompanhamento da prática profissional, afim de garantir os preceitos éticos e políticos da categoria.

O conjunto representativo tem em seu caminho diversas barreiras relacionadas à abordagem da questão indígena, que são também reflexos das dificuldades encontradas pela sociedade como um todo quando se trata dessa temática. Como exemplo é possível citar a reduzida sensibilidade cultural, que não possibilita uma compreensão completa acerca das verdadeiras demandas das comunidades indígenas, podendo resultar em abordagens generalizadas ou inadequadas a aquele grupo, sendo os próprios entraves linguísticos e culturais fatores que podem dificultar essa relação. Outro fator seria a limitada (ou ausente) representação

e participação de profissionais indígenas junto às estruturas do conjunto, culminando em decisões que nem sempre atendem da melhor maneira às necessidades desse grupo específico. Assim, como forma de enfrentar essas dificuldades, é necessário que o conjunto aborda uma perspectiva que coloque como prioridade a formação contínua dos profissionais, de forma a valorizar e incentivar verdadeiras parcerias com as comunidades, incluindo representações dentro desses espaços, de forma a garantir uma abordagem crítica e coerente acerca do tema.

Eu acho que dentro do debate étnico-racial o CRESS até se posiciona, nos últimos anos, o CFESS na verdade, ele teve muitas publicações, mas que ainda assim o debate étnico-racial para pessoas indígenas, quando você fala sobre a luta étnico-racial, você vê o plano de fundo desses debates, os folders, é sempre mostrar a população negra e eu acho que isso não é equitativo, não é justo. Aqui no estado, o debate também é muito raso e ainda existem muitos profissionais, assistentes sociais, que tem essa mesma postura que eu citei. Dizem que a população ela não é indígena de verdade, que nunca ouviram falar dessa população do nada surgiu umas pessoas, que tem uma população aqui que surgiu aqui a menos de um ano que é a população de Rio dos Índios, aqui bem perto da minha casa, tipo 20 minutos e quando eu levantei sobre a possibilidade de fazer alguma atividade lá todo mundo disse que não conhecia e ficaram se tratando assim.

Eu acho que os profissionais de Serviço Social, a universidade, ainda tem muito, muito a percorrer e o CRESS também do Rio Grande do Norte ainda tem muita coisa para... mas assim, o CFESS e a ABEPSS também, já avançaram um pouco mais. Eu acho que ainda não é igualitária, acho que nunca vai ser na verdade, mas não é igualitário quando se trata de falar sobre a temática das populações negras, populações que vieram da África, diáspora, mas é isso. Em âmbito mais local ainda falta muito (Participante 2).

As categorias representativas do Serviço Social no Brasil, executam uma função primordial na visibilidade e no enfrentamento das facetas da questão social associadas à questão indígena no Brasil.

Então, eu acho que na última gestão tem um empenho sim, no sentido de no mês de maio dar uma visibilidade, eu acho que é um desafio muito grande e eu me sinto apavorada de estar na linha de frente dessa história, não me sinto pronta, mas é o que temos. Então eu queria muito que vários outros perfis e quadros também possam avançar na preparação próximo a esses espaços porque são terríveis para mim, porque eu fico exausta e me sinto só.

E a formação da nova chapa eu acho que tem uma aproximação nesse campo. Eu não vou conseguir seguir nessa chapa por condições humanas, porque tem um limite meu, mas eu acredito que tem sim pautas em questão e nesse caso, essas, o conjunto, ele tem tarefas primordiais, de dar direção, de dar visibilidade, de mobilizar e de realizar questões que possam inserir compromissos muito sérios para se expandir em todo o país então eu acredito que a Articulação (Articulação Brasileira de Serviço Social e Povos Indígenas) também, num futuro, porque agora estamos bem fragilizados no sentido de, quem dá a direção? Quem tá em condições físicas e humanas de segurar a peteca, era até para a gente tá nesse momento fazendo novas articulações, mas a gente não tá e eu recuei porque eu estou com o corpo dolorido, cabeça dolorida, exausta, mas a gente tem uma sementinha plantada, né? E quem sabe num futuro. Porque a

Articulação deveria, poderia, fazer várias articulações com a categoria, com o conjunto, mas a gente já está tão sobrecarregado, com tantas outras coisas, então eu acredito que não é o momento ainda pela nossa condição real, mas a gente precisa sim e será no futuro, tenho essa fé, um espaço muito importante de articulação, fora os outros espaços, para garantir a continuidade do debate do conhecimento e do amadurecimento para a superação dessas visões extremamente equivocadas e danosas para a prática e pesquisa de serviço social junto a povos indígenas porque existem coisas muito ruins, mas eu considero que a gente tem um sementinha de avanço (Participante 1).

Como instituições que buscam a justiça social e a proteção das classes historicamente subalternizadas, as unidades devem direcionar os profissionais da categoria a uma ação crítica e comprometida com as demandas e lutas indígenas, principalmente por meio de suas diretrizes éticas e políticas, mas também por meio de ações, eventos e posicionamentos e, principalmente, incluindo em seu quadro e em suas ações profissionais indígenas.

É importante mencionar, que assistentes sociais indígenas têm levantado a pauta dentro desses espaços. Acredito que tem grande valia a inclusão do tema nos colegiados de Serviço Social. Isso porque irá superar muita informação vinculada ainda sobre os povos indígenas. Penso que através deste colegiado, iremos contribuir inclusive nas formações dos futuros Assistentes Sociais (Participante 3).

É preciso também, priorizar o diálogo e o contato com indivíduos, grupos e comunidades indígenas, de forma a focar em demandas realmente relevantes a essa categoria, favorecendo a participação popular e sendo capazes de formular ações e alternativas realmente eficazes nessa perspectiva.

Dessa forma, é primordial que os órgãos representativos da categoria sejam compromissados, coerentes e interessados em discutir a questão indígena e seus desdobramentos em diversas áreas da proteção social.

3.6. A ARTICULAÇÃO BRASILEIRA SERVIÇO SOCIAL E POVOS INDÍGENAS E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Como já abordado anteriormente, a Articulação Brasileira de Serviço Social de Povos Indígenas é um coletivo que reúne assistentes sociais, pesquisadoras (es) em Serviço Social e apoiadores que debatam e atuam com a questão indígena, a fim de formar uma rede possibilitadora de ações e debates sobre a temática, de forma a favorecer, possibilitar,

evidenciar e estimular a discussão dentro da categoria. Todos os participantes desse estudo fazem parte da composição da Articulação, de forma mais ou menos constante.

Ao serem questionadas (os) sobre o papel desempenhado pelo coletivo, as (os) entrevistadas (os) responderam:

A Articulação Brasileira de Serviço Social e Povos Indígenas está contribuindo muito no avanço do debate da pauta indígena em diversas áreas do Serviço Social, nesse sentido irá contribuir a médio e longo prazo com a causa indígena. (Participante 3)

Eu acho superimportante, né! A Articulação, acredito que ela está crescendo, em um contexto em que tá todo mundo tentando se encontrar, pensar numa melhor forma e isso, também é um crescimento para nós enquanto profissionais indígenas né, estaremos ali pensando, trocando ideias, trocando realidades e isso vem a colaborar muito também nessa questão de CFESS e outras coisas e eu acredito que quanto mais a gente amadurecer e saber realmente. Com a Articulação, é muito mais fácil a gente também provocar Estados, municípios, para mostrar que os técnicos, que os profissionais indígenas estão ali, que existem diversidades e diferenças e que Associação. A articulação, ela também tá ali para somar e quando fala somar é buscar esses órgãos pra começar a chamar a articulação também, para trabalhar as temáticas para trabalhar as questões sociais, para trabalhar as formas de atuação que a gente deve ter, porque eu acho que só indígenas, principalmente indígenas que trabalham com indígenas que vão entender, de fato, a melhor forma de atuação no território, tanto para os usuários quanto para o próprio profissional. Então ela tem um papel muito importante e eu acho que ela tá se encontrando ainda, mas a gente tem que buscar dentro dessa articulação retomar todos esses espaços aí de fato para gente conseguir avançar em várias coisas, várias frentes (Participante 5).

O entrevistado discorre sobre a importância de um coletivo que reúna assistentes sociais indígenas. Salienta, também, que o grupo precisa ainda passar por um processo de amadurecimento e concretização interno, que permita o desenvolvimento de suas potencialidades, a fim de poder, então, desenvolver atividades formativas e conscientizadoras sobre a questão em diversos espaços compostos pela categoria profissional. Também foram registrados depoimentos que analisavam possibilidades e sugestões de encaminhamentos e perspectivas importantes para o grupo no futuro:

Eu acho que é superimportante, sabe? A gente precisa assim, quando a gente fala da questão indígena, considerar que são várias etnias. E aí às vezes uma etnia participa dos encontros, dos fóruns, e isso ainda acaba sendo entendido como uma coisa para os povos indígenas, mas precisa ter pelo menos um representante de cada povo, fazendo encontros e fóruns em regiões diferentes e fazer dentro dos territórios indígenas né, fazer aqueles encontros que antes existiam, juntos das famílias, eu acho que isso ajuda pra gente errar menos, né? Porque, na frente de uma gestão, você tem que ter responsabilidade com aqueles que esperam seu posicionamento, seu direcionamento e os povos indígenas são, em quantidade, eles estão crescendo, então ouvir suas lideranças, mulheres, agentes de saúde, professores e hoje já temos muitos profissionais indígenas né, então pensar um *Aty Guasu* dos assistentes sociais indígenas com os não indígenas, fazer uma interação, fazer uma reza, onde eles possam se fortalecer, se pintar, sabe? Então tudo isso a gente pode fazer, sabe? A

gente precisa só se articular e ser ousado um pouco, mas é possível cara, a gente errar menos em relação a isso se fortalecer sempre, a nossa categoria, porque problemas são reais, eles são cotidianos assim na vida das pessoas e sempre a gente vai encontrar uma família que precisa de orientação, de um encaminhamento, precisa aquela mãe que tá em conflito com aquele adolescente, que está naquela idade que é difícil né? você precisa, às vezes você precisa só de uma palavra, você consegue alinhar, fazer pensar diferente e sempre deixar isso na escolha da família, escolha da pessoa, sem impor e vai deixar como uma possibilidade, acho que ele precisa ter possibilidade e eu acho que o papel desempenhado assim tem que tem que partir muito nesse ponto de empoderar essa Articulação dos povos indígenas e considerar essas participações, que são importantes (Participante 4).

Os movimentos sociais de uma forma geral, eles são o rosto de toda de toda a causa, de toda a questão, seja étnico-racial, seja sexual, seja de gênero... Então a Articulação, ela traz esse assunto tão pouco falado e traz a tona, traz para uma discussão nacional para o próprio Serviço Social e para as populações que não são, pessoas que não são indígenas, e para assistentes sociais que não têm contato, que nunca estudaram, que não entendem bem e é extremamente importante. E acho que na Articulação, o que o pessoal faz também é muito respeitoso, adequado eu diria. Porque quando a gente fala sobre as políticas a gente tem que manter o respeito em relação também aos costumes. O assistente social não pode se colocar como impositor. Eu vejo que a Articulação ela faz o oposto, ela se posiciona em igualdade e isso falta demais e muitas outras organizações e muitos outros movimentos sociais (Participante 2).

Percebe-se que para os entrevistados, a Articulação representa uma potência em desenvolvimento, um coletivo que tem muito a oferecer em relação ao avanço da discussão acerca da questão indígena na categoria, mas que ainda precisa ser fortalecer e fundamentar internamente. São levantados pontos importantes como a importância da representatividade dos diversos povos e etnias indígenas, o respeito às especificidades e diferenças entre as políticas sociais executadas nas cidades e nos territórios indígenas e a importância do protagonismo indígena na composição desse espaço.

Sob a ótica da autora desse estudo, a Articulação brasileira Serviço Social e povos indígenas representa uma possibilidade de avanço, crescimento e amadurecimento da discussão acerca da temática indígena no serviço social. Além de ser um espaço propício para o encontro, integração e a articulação entre profissionais indígenas, ou entre esses e aliados não indígenas que estudem ou trabalhem diretamente com a temática, o grupo também tem potencial para ser um espaço de estudo e discussões, podendo ocupar, em um futuro próximo, a lacuna tão observadas dentre os relatos acerca da formação continuada, sendo proporcionador de cursos, oficinas e matérias acerca do tópico, colaborando assim com a formação e capacitação de profissionais acerca da temática, focando em uma ação profissional conivente e interessada na garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

3.7. AVANÇOS E DESAFIOS/LIMITES SOBRE O DEBATE DA QUESTÃO INDÍGENA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Os participantes também foram ouvidos acerca dos possíveis avanços encontrados na categoria nos últimos tempos quando se trata da questão indígena. De acordo com os dados referentes ao levantamento de materiais sobre a temática indígenas produzidos tanto pelos órgãos representativos quanto pelos profissionais e estudantes do Serviço Social, feito por esse estudo, é possível afirmar que existe sim um movimento da categoria no sentido de observar com mais atenção o assunto dos povos indígenas. Ainda assim, esse movimento se mostra muito pequeno em comparação com a dimensão das demandas sociais e políticas sofridas por esses grupos.

Eu acho que há avanços em reconhecer o indígena como sujeito de direitos. Em 2016 foi elaborada uma cartilha, um manual, para trabalhar com famílias indígenas, ele direcionava a Política Social brasileira e como se posicionaria quanto os povos indígenas e passando por tudo isso que a gente falou, reconhecendo os direitos, tratando das famílias, as várias configurações das famílias, então eu acho que teve avanços, mas a gente precisa sempre dar um passinho a mais né, não podemos nunca perder de vista isso, mas acho que no geral nós avançamos muito enquanto categoria, enquanto seguimento a gente tem desempenhado um papel fundamental nesse momento com a população, mas na questão indígena precisamos avançar mais, sermos um pouco mais ousados em relação a isso (Participante 4).

O participante se refere à Cartilha “Trabalho Social com famílias indígenas na Proteção Social básica” desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário/Secretaria Nacional de Assistência Social/Departamento de Proteção Social Básica e publicado em março de 2017. O documento traz subsídios teóricos e técnicos para apoiar as equipes de referência do SUAS, em particular, as equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com famílias e comunidades indígenas (Brasil, 2017).

Segundo o material, no período de sua publicação, o SUAS (Sistema Único de Saúde) conta com 8286 CRAS, sendo que 574 desses atendem comunidades indígenas (Brasil, 2017).

O escrito afirma que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) passa a observar as demandas e necessidades das comunidades indígenas, reconhecendo que as discriminações étnicas/raciais interferem na promoção de desigualdades que devem ser enfrentadas e combatidas.

Dessa forma, com o objetivo de contribuir com esse debate, o documento se divide em quatro tópicos: a) o primeiro deles trata da caracterização dos povos indígenas no Brasil, quem

são, suas línguas e etnias, onde vivem, seus direitos, o processo de demarcação de terras e a presença nas cidades; b) em segundo lugar, aborda os modos indígenas de viver, a fim de compreender como desenvolver um trabalho que respeite as especificidades e diferenças de cada comunidade, seu território, organização sociopolítica e etc.; c) também existe um tópico para discutir a prática da assistência social a partir de um olhar diferenciado, abordando o trabalho social com famílias indígenas, a autonomia e o protagonismo, às famílias, o território e os riscos e vulnerabilidades sociais; d) e por fim, o documento trata sobre a oferta do PAIF junto com famílias indígenas.

Com certeza, assim como apontado pelo componente da entrevista, o documento representa um avanço da área da assistência social no trato da questão indígena, não apenas aos profissionais do Serviço Social, mas também de todas as áreas que atuam com esse braço da Proteção Social. Ainda assim, é possível perceber que as pautas ainda se centralizam no campo da afirmação de direitos, no reconhecimento das particularidades desse coletivo e nos limites da política de assistência social, não abrangendo a discussão para uma visão ampliada, de forma a relacioná-la a ordem do capital, ao processo de acumulação originária, ao imperialismo e o caráter dependente da economia brasileira, processos que resultam na atual destruição de territórios e culturas indígenas.

É importante que o serviço social, enquanto categoria que tem como objeto de atuação a questão social, caracterizada como “um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (Iamamoto, p.27, 1988) consiga abordar o debate da questão indígena considerando sua inserção na ordem capitalista, desde seus primórdios, como parte do processo formativo da sociedade nacional e não se limitando às questões identitárias e de reconhecimentos de direitos, ainda que esses sejam de extrema relevância.

As respostas oferecidas pelos participantes não são capazes de alcançar um consenso nessa provocação. Enquanto alguns profissionais afirmam que é possível observar avanços na categoria, outros negam que esse avanço exista. De qualquer maneira, em um ponto todos concordam: ainda existe um longo caminho a percorrer.

Eu vejo os avanços ainda não são bem significativos, é muito pequeno, mas não deixam de ser né. Ano passado fui passar por um processo de formação no Mato Grosso e aqui no Mato Grosso do Sul, eu sempre achava assim que as questões técnicas já estava, meio travadas, que as pessoas não davam tanta importância a questão indígena e que a gente tinha muito a avançar, mas aí eu fui para o Mato Grosso, que eu não conhecia realidade lá e quando você vai para o outro estado e você percebe que ele tá mais travado ainda nas discussões e nas temáticas do que o meu que eu reclamava, eu falava “Nossa, a gente que está anos luz na frente e eu ainda tô achando ruim, imagina quem tá ali, que ainda tá engatinhando, que tá repensando”. Não deixa de ser uma coisa boa, né, que estão buscando pelo menos trabalhar

temática, melhorar os atendimentos, melhorar a questão do profissional né, a parte técnica também, eu acho que já é um avanço, mas você já começa a ver você fala “nossa ainda vai demorar a chegar” principalmente na questão da valorização profissional, a valorização de renda mesmo (Participante 5).

Acredito que não! Porém temos visto algumas mudanças ocorrerem na discussão por causa de alguns coletivos como a Articulação Brasileira de Serviço Social e Povos Indígenas, que vem tratando do tema com assistentes sociais Indígenas (Participante 3).

São abordadas questões como a disparidade do avanço da discussão em diversas regiões do Brasil e o papel de movimentos sociais e coletivos, como a Articulação Brasileira de Serviço Social e Povos Indígenas nessa batalha.

Outros participantes apresentam novas perspectivas sobre os avanços, potencialidades e barreiras encontrados sobre a temática e a categoria profissional. Apontam que, por muitas vezes, as problemáticas só se tornam caso de preocupação e atenção dos órgãos responsáveis e da população geral, quando alcançam o extremo e a mídia, como é o caso do Yanomamis. Segundo dados do relatório sobre o garimpo na Terra Indígena Yanomami, desenvolvido pela Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana (2022), o território vivenciou nos últimos anos seu pior momento no quesito invasão, desde que foi demarcada há cerca de trinta anos. Além da poluição e do desmatamento, as invasões proporcionaram grandes surtos de doenças infecciosas, além do aumento da violência contra os grupos da região. O relatório cita como razões para o aumento dos casos de invasão e violência:

1) O aumento do preço do ouro no mercado internacional; 2) Falta de transparência na cadeia produtiva do ouro e falhas regulatórias que permitem fraudes na declaração de origem do metal extraído ilegalmente; 3) Fragilização das políticas ambientais e de proteção a direitos dos povos indígenas e, conseqüentemente, da fiscalização regular e coordenada da atividade ilícita em Terras Indígenas; 4) Agravamento da crise econômica e do desemprego no país, produzindo uma massa de mão de obra barata à ser explorada em condições de alta precariedade e periculosidade; 5) Inovações técnicas e organizacionais que permitem as estruturas do garimpo ilegal se comunicar e se locomoverem com muito mais agilidade; e 6) A política do atual governo de incentivo e apoio à atividade apesar do seu caráter ilegal, produzindo assim a expectativa de regularização da prática (Hutukara Associação Yanomami, 2022, p.09)

No ano de 2021, as mazelas causadas pelo garimpo na TIY (Terra Indígena Yanomami) cresceram cerca de 46% em relação a 2021, alcançando um total de 3272 hectares afetados. Além disso, são comuns os relatos de lideranças sobre a intimidação causada pela presença de invasores no território, o que limita a vivência das comunidades que deixam de usar espaços de caça, pesca e coleta e espaços de interação de comunicação entre povos, por medo de garimpeiros fortemente armados. A situação atual representa uma ofensa aos direitos legais dos

indígenas ao seu território e a produção e reprodução de sua vivência e práticas tradicionais (Hutukara Associação Yanomami, 2022, p.10).

Ainda assim, mesmo quando os casos tomam espaço na mídia ou se tornam mais publicizados, eles ainda seguem sendo abordados, inclusive pela categoria do serviço social, como se pode notar nos documentos analisados no capítulo anterior, de forma a culpabilizar o governo, ou grupos de indivíduos. De certo, os representantes estatais e os grupos de garimpeiros, posseiros, madeireiros e etc apresentam enorme ameaça aos povos indígenas no Brasil, mas é preciso compreender que esses setores atuam em favor de um sistema que busca destruir esses povos para poderem se aproveitar das riquezas contidas em seus territórios. Isso destaca uma exploração capitalista que, em busca de lucro, ultrapassam os limites impostos pela natureza.

Para Mészáros (2009), essa forma de abordagem capitalista, que não se preocupa com os limites naturais, apesar de não ser espantosa e inesperada, considerando a maneira de operar desse sistema, é muito preocupante. O sistema capitalista, em sua constante busca pela maior acumulação, utiliza como artifício a exploração da natureza, através de uma relação predatória, focada somente no estabelecimento de lucros, causando consequências gravíssimas e irreversíveis ao meio ambiente. Contrário a ideia de que o sistema capitalista é capaz de fazer a autorregulação dos problemas ecológicos por ele mesmo criados, Mészáros (2009,p.53) afirma: “é muito pior que acreditar em bruxas.” Assim, segundo as ideias do autor, o enfrentamento das mazelas ambientais deve vir de encontro com a luta contra o sistema vigente.

Também é abordada a discussão do processo de retomada, já anteriormente tratada neste capítulo.

Eu diria que existiram sim avanços, eu acho que agora com a criação do ministério existe uma centralidade no debate muito grande né. A saúde indígena, infelizmente pela questão da terra Yanomami, ela também ficou muito em evidência nos últimos tempos né, nos últimos meses e eu acredito que por mais duro que seja, por mais triste que tenha sido, voltar os olhos institucionalmente para as pessoas indígenas e para outras demandas da população indígena né, como insegurança alimentar e insegurança hídrica, que é o principal problema aqui no Rio Grande do Norte, a insegurança hídrica.

E eu vejo que a maioria dos profissionais eles têm se aproximado até mesmo pela questão da retomada. Muitas pessoas têm se entendido enquanto indígenas, pessoas que não entendiam sua ancestralidade, tem se entendido enquanto indígena. E quando a gente parar para pensar, boa parte dos profissionais pode ser sempre uma parte considerável dos profissionais assistentes sociais, eles vêm de famílias humildes e essa questão socioeconômica ela advém muitas vezes disso né. Então esse é o meu caso né. A minha família é atravessada por diversas questões que todos os povos indígenas são atravessados: a questão do alcoolismo, a questão do adoecimento mental, minha família é atravessada por tudo isso e pela questão social Econômica também, então, muitos profissionais acabam enxergando e se descobrindo enquanto indígenas.

Em relação a desafios e tensões, eu acho que é muito importante, é justamente a questão da retomada e a questão de muitas pessoas não legitimarem a retomada como deveria [...] então eu acho que ainda tem muito a se conversar, muito a se publicizar, muito a se discutir e que as pessoas também precisam tecer mais respeito e tecer mais historicidade. Não é só o tom da minha pele, não é só os traços do meu rosto, minha estatura, o meu corpo...nada disso, não é só isso, é muito mais, são coisas que vão além dos olhos e que os profissionais precisam ter uma visão diferente (Participante 2).

É interessante perceber como os participantes associam, de forma bem fundamentada, a questão apresentada com as demandas e potencialidades das vivências indígenas. Isso mostra como a visão de progresso/ barreiras, se associa com as questões cotidianas, práticas do dia a dia dos indivíduos e comunidades. Não é possível avaliar os avanços e desafios apenas analisando as produções teóricas e acadêmicas, é preciso também considerar a prática, os acontecimentos que andam afetando as comunidades, as ações prejudiciais aos grupos, as angústias, o processo de solidão, a grande cobrança, o peso de ser um representante de sua categoria, dentro outros aspectos.

Sim, porque ele passa a existir. Que basicamente não existia e agora existe, existe uma sementinha plantada de preocupações, de cuidado. Até março eu tenho três bancas de mestrado, duas são no serviço social, uma em Sergipe e outra na UNIFESP, que é sobre o Serviço Social e os povos indígenas, então né a gente tem avanço nesse sentido, que por mais que seja bem embrionário, já temos algo acontecendo, mesmo que eu me sinta sobrecarregada, fico lançando, chamo outros, mas o tanto de convite que recebi no mês para fazer uma aula em grupo de estudos, núcleos, em uma disciplina. Eu não estou registrando isso em uma agenda, eu deveria fazer isso. É uma coisa exaustiva. Agora mesmo recebi para maio, Minas Gerais. Eu nunca viajei tanto na minha vida, de tanto que me chamam. Tem hora que estou começando a dizer que não posso, estou cansada e não vejo que está sendo produtivo, a impressão é que eu vou e não faço direito, sempre sinto que fiz muito ruim minha fala, mas isso é um sinal que algo está... que há um interesse, uma preocupação.

E a live do ano passado brotou preocupações e isso é importantíssimo, plantar preocupação, inquietação, plantar a realidade das ausências, um pontapé fundamental, mas como eu sou a única a ter doutorado no Brasil, aí fica “ai, indígena doutora”. Deus ajude que tenham mais duas indígenas doutoras para dividir a tarefa porque está bem pesada, mas eu peço demais e na Articulação o estímulo deveria ser bem maior, que não é doutor, mas que é graduado, não graduado, essa onda de supervalorização de título me incomoda profundamente, então a gente tem que dar espaço.

Eu já vi uma fala que dizia “é indígena, assistente social, mas não tem potencial para segurar um debate teórico complexo”, que a expectativa é que doutor tenha, eu não sei nem se eu tenho doutorado, ainda tenho dúvida. Eu não me acho em condição de segurar debates complexos profundos, então assim, eu me pergunto aos mais de milhares de indígenas do Brasil que tá aprovado para segurar debates complexos teóricos profundos? Sabe, o povo morrendo, tudo se acabando de fome. Aí eu me canso, fico triste, desmotivada a estar em certos espaços que às vezes exigem de mim debates teóricos profundos quando eu estou preocupada com questões imediatas, não vou mentir não. E eu preciso estar preocupada com os debates teóricos profundos, mas eu confesso que agora, enquanto a barriga está lá seca, morrendo, aqueles ossinhos das crianças aparecendo a gente vai fazer debates profundos? Meu Deus! Vamos alimentar a condição de viver, de saúde do povo e depois os debates profundos.

Tem que ter debates complexos e profundos sim, mas segurar esses debates? Eu digo: não me chame não que estou muito preocupada aqui e enquanto a gente está em um debate profundo já morreram dez. Então vamos salvar, 10, 20, 30 para depois fazer com esse debate profundo?

Mas sim, é possível observar avanços, preocupações e tensões plantadas (Participante 1).

A anterior exposição da Participante 1, permite refletir sobre os debates entre cotidianos concretos e as densidades analíticas. É primordial que se compreenda que não há uma separação clara entre prática e teoria seguindo a perspectiva crítica do Serviço Social enquanto categoria. A ação profissional não deveria ser desvinculada das bases teóricas que a sustenta.

Analizando por essa perspectiva, se faz possível compreender que, diante de situações ainda mais preocupantes e urgentes do cotidiano da população, ou, como situa a entrevistada, “quando a barriga está na seca”, a convergência entre prática e teoria se torna ainda mais importante. No caso específico da questão indígena, que conta com aspectos históricos, culturais, sociais e políticos, é de extrema importância que as (os) assistentes sociais tenham uma base teórica bem fundamentada, que seja capaz de oferecer os aparatos necessários para uma análise crítica e compromissada.

Reitera-se que a ideia aqui defendida não é a de que a teoria por si só é capaz de lidar com as demandas práticas da questão indígena, pelo contrário, a crescente da abordagem da temática e o aumento das ofensivas e violências exige uma prática engajada, porém a fragmentação entre teoria e prática poderia resultar em uma ação superficial, que não alcançaria as verdadeiras demandas das populações. Assim, se faz necessário compreender que a teoria apresenta caminhos e orientações para a prática, de forma a oferecer diretrizes éticas que baseiem uma ação profunda e responsável. A urgência das demandas apresentadas nos diversos contextos que abrangem a temática indígena não devem servir como motivo para uma prática desprovida de embasamento teórico e sim o oposto.

Para analisar se existiram avanços na discussão da temática indígena no Serviço Social, é preciso de um olhar atento à realidade, identificando não apenas os avanços teóricos, representados por publicação dos órgão representantes das categorias e dos profissionais e estudantes, mas também os avanços da práxis, observando os resultados das ações profissionais e o número de indivíduos e grupos indígenas, não apenas como usuários das Políticas Sociais, mas também componentes necessários em seu desenvolvimento, aplicação, monitoramento e desenvolvimento.

Desse modo, considerando os depoimentos que afirmam ainda serem necessários avanços em relação ao desenvolvimento da discussão da questão indígena no Serviço Social,

os participantes foram questionados sobre quais providencias poderiam ser tomadas pela categoria para que ela avance nesse debate.

Dentre as respostas, são citados fóruns e conferências, o reconhecimento das especificidades das comunidades indígenas, a ampliação dos espaços ocupados por indígenas, o reconhecimento das identidades, dentre outras ações.

É isso, dar continuidade, mas democratizar e espalhar o local de fala. Então assim, foco em quem tem doutorado? Não, gente do Céu! Vamos confiar nas pessoas! O que a gente pensa tem muito poder, não é porque leu dez livros não sei de quem, do autor tal, isso me cansa profundamente, enquanto nossa autoria de vida fica pra trás (Participante 1).

A fala demonstra a infelicidade da entrevistada acerca dos padrões impostos pelos espaços de formação, que muitas vezes acabam por inviabilizar a presença de comunicadores ou representação indígenas por não cumprirem critérios de formação teóricos, fato esse que pode ser um reflexo da invalidação das diversas formas de produzir e reproduzir conhecimentos que fujam dos padrões universitários e acadêmicos.

As comunidades indígenas possuem seus próprios métodos de assimilar e transmitir sabedoria, assim como interpretações próprias sobre uma ampla gama de assuntos. Frequentemente, essas variadas abordagens educacionais são subestimadas em comparação com o paradigma convencional de ensino ao qual estamos expostos, um sistema educacional de origem ocidental e colonizadora. Nas palavras de Davi Kopenawa:

Os brancos acham que não sabemos de nada, apenas porque não temos traços para desenhar nossas palavras em linhas. Outra grande mentira! Nós só ficaríamos ignorantes mesmo se não tivéssemos mais xamãs. Não é porque nossos maiores não tinham escolas que eles não estudavam. (Kopenawa e Bruce, 2015, p.459)

Com base nos relatos, existe um afastamento entre o conhecimento tradicional e o conhecimento acadêmico. As práticas, tradições e métodos indígenas são, por muitas vezes subjugados e desconsiderados como referência de saber. Porém, para além de reafirmar a necessidade de vincular os conhecimentos tradicionais com o espaço universitário, se faz necessário refletir sobre como seria feita essa vinculação.

Esse questionamento é complexo e profundo, sendo necessário um estudo dedicado apenas a construção da temática, já que, da mesma maneira que a absorção e o conhecimento acerca dos saberes originários tem muito a colaborar com o ambiente acadêmico, também é necessário que se reconheça a importância das referências teóricas já inseridas nesse contexto

para a análise e a interpretação desses conhecimentos. Ainda assim, é considerável apresentar alguns pontos iniciais que poderiam colaborar nesse processo, como a presença de indígenas nos espaços universitários, tanto como discentes quanto como docentes, o aprofundamento dos projetos de extensão como parte do pilar universitário, os espaços de diálogos e formação que favoreçam a troca de saberes em diversos âmbitos e o esforço da universidade não apenas para estimular e valorizar a presença indígenas nas universidades como também para frequentar, visitar e conhecer os territórios indígenas.

Para outro participante, uma das medidas que poderiam ser tomadas seria o investimento em espaços formativos:

Eu acho que utilizar o meio democrático né, os fóruns, as conferências, pensar uma conferência indígena, reunir os assistentes sociais indígenas para falar para os não indígenas como que é desenvolvido o serviço social dentro de um território indígena, contar a experiência de um primeiro CRAS implantado em 2007, sabe? Como que o CRAS se aproximou das famílias, como que as famílias viram que ele CRAS ser implantado no território. Então existe muitas experiências que são muito impulsionadoras, podem motivar, podem fortalecer a nossa luta, podem inspirar muitas práticas que ainda a gente precisa. Eu acho que vale muito a pena, pensar nesses fóruns, esses encontros assim, sabe? Valeria muito a pena, valeria muito a pena isso! (Participante 4).

Os espaços de partilha, de formação e de discussão podem ser ótimas alternativas para a qualificação de profissionais que não tenham tido contato, ou que não estejam habituados a trabalhar com povos originários. Esses espaços são propícios para trocas e aprendizados, favorecendo as trocas interculturais. Esses espaços, onde os saberes tradicionais e os saberes acadêmicos se convergem são ótimos espaços para formulações acerca da inclusão dos saberes indígenas nos espaços formativos. O diálogo intercultural se mostra uma relevante maneira de construir a mediação necessária nesse processo.

Primeiro reconhecer que seus territórios têm especificidade né, A gente não pode querer que, um exemplo um CRAS que tem que funcionar e tem que funcionar 8 horas tem horário para entrar e para sair, que seja o mesmo funcionamento numa aldeia indígena, em uma TI, eu um lugar de difícil acesso. Estar atenta a essas necessidades é muito importante, principalmente para gestor, ele tem que ver que o trabalho é diferenciado, que a gente sofre muito com isso porque primeiro falavam que ir para o CRASS indígena era castigo, aí depois porque você tá em transito, você já imagina que você tá em trabalho, porque você leva de 40 minutos, quase uma hora para chegar no seu local de trabalho, as pessoas acham que aí quando você chegar lá se ver alguém de fora fala “nossa tá chegando só nesse horário”. Tipo assim, ninguém tá pensando no seu trabalho, no que você pode desenvolver, o que que a população tá precisando e você tá ali acolhendo, demandando, não! só pensando em que horário o fulano chegou e tal lugar, não sei, lá é castigo e essas coisas, a gente ouve muitas coisas assim, então com o tempo que a gente foi reformulando.

Uma das coisas também que é que a gente brigou na época era para ter um concurso, só que hoje eu vejo o concurso por si só não é o suficiente! A gente falava que era importante só ter indígena trabalhando com indígenas, hoje eu já tenho essa mentalidade totalmente diferente, eu acho superimportante a gente estar fazendo um

rodízio sim, ao mesmo tempo que hoje eu tô na proteção social básica, eu posso estar na especial, na média, na alta complexidade, porque nós somos também formadores de opiniões, nós também somos técnicos que estamos para aprender e as pessoas não têm que achar que local de indígena é só dentro da Aldeia. Eu falo que eu tô hoje no contexto urbano, e indígenas tem toda cidade então qualquer lugar que você for trabalhar, você vai trabalhar com indígenas, seja na média na alta complexidade, seja num CRASS que seja num bairro distante fora da aldeia, você vai tá trabalhando com indígenas, então é importante a gente estar fazendo essas rotatividades e conhecendo porque amanhã o gestor pode ser nós. E também, outra coisa que eu achei superimportante de falar desse rodízio de profissionais, porque as pessoas muitas vezes, os não indígenas ou até pessoas que moram na cidade não tem conhecimento do território ele tem sim o seu preconceito, seu senso comum, quando eles veem, eles conhecem a realidade, eles começam a ter uma outra percepção, uma outra formação de pensamento né, então é muito bom quando a pessoa sai fora daquele senso comum, porque ela tá conhecendo de fato como é a realidade, não o que as pessoas falavam ou “ai eu tenho medo de entrar na aldeia, Ah não, trabalhar na aldeia é castigo” então conhecer suas realidades fazer suas trocas é muito importante, assim como também nós tínhamos casos de indígenas que tinham medo de ir para cidade trabalhar porque achava que ia sofrer preconceito e não era assim, então eu hoje eu já penso que é importante sim a rotatividade e ocupações de vários espaços (Participante 5).

Existem atualmente, em território nacional, aproximadamente 305 etnias indígenas reconhecidas. Cada um desses povos tem sua cultura, sua língua, seus costumes e suas crenças, sem contar suas cosmovisões e organizações sociopolíticas. É importante que o Serviço Social, ao tratar da questão, se atente a diversidade e especificidades da vasta diversidade dos povos originários no Brasil. Também é ressaltado o ponto de que todos os profissionais da categoria deveriam ter a oportunidade, se dedicar e estabelecer o compromisso de estudar a questão indígena, já que essa questão e seus desdobramentos podem se apresentar em diversos ambientes de atuação do serviço social, em distintas localidades, em várias áreas de atuação, não se restringindo apenas às atuações específicas em terras indígenas ou junto a comunidades e grupos.

A minha proposta de pesquisa anterior era algo que eu considerava muito pertinente e vou deixar aqui: É justamente tratar com os profissionais acerca da identidade. Eu acho que é muito importante né, é simplesmente uma categoria que é crucial para a dignidade da pessoa humana. Esse reconhecimento, pode se colocar, porque a gente teve um momento no Brasil em que era crime dizer que era indígena, mas hoje em dia não é! mas você com certeza será retalhado se você não for o estereótipo da pessoa indígena e se declarar como uma pessoa indígena.

Aqui no Rio Grande do Norte, teve casos na UFRN em que o comitê racial reprovou pessoas, por se declararem como pardas ou indígenas e eu sei que existe sim pessoas que não são pardas e que não são indígenas e se colocam nessas formas para ter alguma forma de querer alguma vantagem, mas que também existem pessoas que são, então é algo muito linear, que precisa sim de muito debate (Participante 2).

A categoria tem muito ainda o que avançar quando se trata da temática indígena. As (os) assistentes sociais indígenas são ótimas (os) aliadas (os) para mediar, desenvolver, gestar e desenvolver essas ações.

Como já abordado em diversos momentos, a presença de indígenas dentro do espaço universitário é de extrema importância tanto para o reconhecimento e valorização da cultura e diversidade desses povos, como para o enriquecimento do ambiente acadêmico, favorecendo a pluralidade e a produção de conhecimento plural e inclusiva. A presença de indígenas dentro dos ambientes de formação superior colabora com a diminuição de preconceitos e do senso comum, além de favorecer o conhecimento e a divulgação acerca dos direitos indígenas. Esse processo também incentiva que mais indígenas se sintam confortáveis para ocupar esse espaço, quebrando aos poucos o padrão elitizado que se encontra na academia e colaborando, aos poucos, com as amarras sócio históricas que mantinham essa comunidade afastada desses espaços.

Contudo, o processo de ocupação dos espaços acadêmicos pelos indígenas ainda é muito recente e, conseqüentemente, atribulado de dificuldades e barreiras. Os participantes do estudo foram questionados sobre o seu processo formativo na área do Serviço Social e discorreram acerca das dificuldades encontradas por eles e por seus companheiros nessa jornada.

No artigo denominado “A Experiência de Estar na Universidade Sob a Ótica de uma Indígena Estudante da Pós-Graduação” (2020, p. 09) a Assistente Social da etnia Kaingang Gilza F. de S. F. Pereira, junto de dos Assistentes Sociais não indígenas, Wagner R. Amaral e Jenifer A. B. Bilar, relatam as dificuldades habituais dos indígenas em seu processo de formação como pesquisadores, intelectuais e produtores de conhecimento. Os autores relatam, dentre as dificuldades no processo de formação, a dificuldade de reconhecimento, de relacionamento com os outros estudantes e de se sentir pertencente aquele espaço, relatando inclusive falas e atitudes racistas, tanto dos indivíduos quanto da instituição. Esse relato se assemelha com as experiências abordadas pelos participantes desse estudo.

Desde o início eu falei das dificuldades, de eu ter tido uma formação histórica, a minha trajetória muito precária, então chegar na universidade até hoje, ainda me sinto muito pequena com a minha autoestima e incomodada, muito tímida, por mais que eu goste de falar muito, quando vem com essas questões de me avaliar eu tenho vontade de ir embora na hora. Até hoje tenho muita dificuldade, porque sempre alguém, quando eu vou fazer minha fala, ou quando alguém vem falar depois de mim e traz debates complexos e profundos criticando sutilmente o que falei e falando que o caminho que eu fiz não é o melhor, então, eu ainda tenho muita dificuldade em lidar com isso. Parabenizar porque novas gerações de pesquisadores e pesquisadoras tem que avançar mesmo, espalhar, tomar o espaço, me dar uma folga (risos) (Participante 1)

Me deparei com diversas dificuldades no processo formativo, talvez a maior foi a não compreensão dos professores sobre a questão do meu povo e a luta pelos seus direitos (Participante 3)

[...] e eu vi muita m**** também, ouvi muita besteira. Eu vi professores e alunos falarem que profissional assistente social tem que intervir eticamente com as populações indígenas que “enterravam as crianças quando elas nasciam deficientes” eu vi muito preconceito, muito preconceito e eu nunca conseguia ficar caladinha sobre essas coisas, então sempre tinha conflito. Porque assim, a mesma pessoa que diz isso ela, ela fecha os olhos para as pessoas que morrem, para as crianças que morrem na favela. Além de que boa parte das histórias né, desses ritos, eles não acontecem mais e se acontecer, é uma questão de relativismo cultural e com certeza ela enquanto a pessoa branca e sua [inaudível] muito mais fortes que essas supostas mortes (Participante 2).

Então você tem a dificuldade também que está na sua família, você tem que colaborar, tem as suas despesas e também aquela dificuldade de estar naquele contexto, que é um contexto que não tem espaço para o indígena, que olham e falam “Eles não deveriam tá aqui, são indígenas, eles indígenas tem que estar nas matas” entendeu? Pensam dessa forma. Então toda essa dificuldade aí que é construída né, são questões assim, são situações que são construídas contra os indígenas “Ah todos estão bêbados, não pode colocar lixo tal hora que o indígena vai lá revirar” sabe? Então tudo isso assim implica na baixa autoestima né, de muitos jovens sabe? Muitos ficam envergonhados, não queriam ir para continuar fazendo a faculdade, a buscar um curso (Participante 4).

O artigo já citado relata também, entre as dificuldades encontradas no processo formativo, a questão financeira, que envolve diversos fatores, como habitação, alimentação, transporte e acesso à materiais de estudos. Aborda também as questões pedagógicas, como a defasagem escolar em relação aos outros estudantes. Esses tópicos também são abordados pelos entrevistados:

Eu moro na periferia de Natal, eu sempre morei. Eu demorava cerca de uma hora e 40 uma hora e 50 minutos para chegar na UFRN. O ônibus que eu pegava, se eu pegasse perto da minha casa eu não o pegava, porque ele passava direto por estar muito cheio. Então eu tinha que me deslocar até o terminal. Eu tinha que estar no terminal as cinco da manhã, então eu tinha que acordar as três e meia mais ou menos, para estar no terminal as 5, para chegar na UFRN as sete. E eu tive muitos professores que me reprovaram por falta ou me deixavam no limite, por eu chegar dez minutos atrasada. Quando eu entrei na universidade eu entrei pela segunda chamada e eu tive um Ensino Médio muito precário, eu estudei em escola Estadual e eu não me lembro de um ano eu ter tido todas as disciplinas. Em um ano eu não tinha matemática, no outro não tinha português e no outro eu não tinha história. História eu só me lembro de ter tido um ano durante o ensino médio. E quando eu entrei na Universidade as pessoas, praticamente todo mundo, tinham vindo das melhores escolas de Natal. E eu olhava para as pessoas e eu lembro que nas disciplinas introdutórias né, o professor dizia assim “Ah, mas isso aqui vocês viram no ensino médio né” e eu dizia “meu Deus”, mas eu não tinha coragem de dizer, me sentia constrangida. Durante toda minha faculdade eu sempre fui bolsista, estagiária porque eu precisava pagar, me sentia responsável por pagar as coisas que eu precisava na universidade[...]. Eu acho que no meu processo formativo a maior dificuldade foi essa, a questão socioeconômica e territorial que atravessa a questão indígena (Participante 2).

Eu vejo que essa questão de fortalecimento da identidade ela veio na universidade e na universidade foi onde eu vi realmente os maiores perrengues assim porque eu também fui morar em república e aí vivia de bolsa, e nessas afirmações muitas vezes eu percebi que vários acadêmicos indígenas, eu acabei entrando nas Associação de Acadêmicos indígenas, fui também presidente dos Acadêmicos Indígenas, então a gente acaba vivendo com diversas dificuldades, vários parentes indígenas. Então naquela época eu sobreviveria de bolsa, minha família não tinha muitas condições de ajudar, então muitas vezes a dificuldade era você estar uma universidade que ficava bem fora da cidade, na época eu lembro que a gente tinha dificuldade tipo dinheiro para xerox, dinheiro para passe, dinheiro para várias coisas. E aí nós contamos com a ajuda naquela época de programas que foram sendo desenvolvido dentro da universidade um deles foi o Rede de Saberes. Tirando isso a essa questão dessa formação ela não foi tão agressiva para mim quando foi para alguns colegas meus. E aí sim eles tinham problemas de escrita, tinha problemas de compreensão de texto, Tinha problemas de interação com outros colegas também, que seja para fazer trabalho né, e muitos também vinham para a cidade moravam em república também, com vários colegas, mas nem sempre eles conseguiam pagar aluguel e quando tinha aluguel já não conseguia para alimentação. Então e aí quando eu tinha para alimentação, não tinha para o transporte. Então muitos acabavam desanimando e desistindo. Foi uma fase que eu passei assim que eu vi muita questão da evasão dentro desses espaços né da universidade (Participante 5).

Também são levantados pontos relacionados aos contrastes culturais, às diferenças entre a cidade e as aldeias e as diversas formas de se relacionar, de aprender, de construir conhecimento e de enfrentar as barreiras. Segundo Luciano e Amaral (2021), estão entre as piores situações que um estudantes indígena pode encontrar em seu processo formativo: “que o valor dos conhecimentos próprios dos seus povos de origem seja mais uma vez invalidado e que a universidade opere como um instrumento de assimilação e homogeneização; por outro, que tome os alunos indígenas como incapazes de acessar a conhecimentos” (Luciano; Amaral, 2021,p. 32)

De fato, o debate, no ambiente acadêmico, tem que acontecer. Os conhecimentos tradicionais, ao serem apresentados como forma de conhecimento em meio acadêmico, estão sujeitos a análises e questionamentos, assim como qualquer tese ou ideia que seja apresentada por um pensador, esse é o processo natural da construção de conhecimento. Ora, se faz inevitável ao inserir um novo pensamento, uma nova metodologia ou uma diferente abordagem dentre as ideias estudadas por uma categoria que ela seja observada de perto, questionada e analisada através de outras metodologias já existentes. Natural. O que não poderia acontecer, e infelizmente já se faz presente, é que esses conhecimentos sejam subjugados, negados, ou impedidos de compor o repertório dos espaços universitários. Os conhecimentos tradicionais indígenas devem ser considerados no meio acadêmico, principalmente quando trazidos por um indivíduo indígena. Esse é o desafio maior.

Diante disso, como essa inserção deve ser feita? Como trabalhar com os conhecimentos tradicionais de forma conjunta com as ideias já antes utilizadas pela categoria? É possível inserir os conhecimentos tradicionais nos padrões normativos acadêmicos? Como trazer esses saberes para dentro sem, ao mesmo tempo, desrespeitar as normas exigidas pela academia e sem descaracterizá-los? Como vencer as barreiras linguísticas, dentre outras? Os saberes e metodologias comumente utilizados como forma de análise pelo Serviço Social são capazes de absorver e compreender os saberes tradicionais? É correto que se utilize desses meios de análise para estudar saberes tão distintos? São alguns questionamentos que precisariam ser aprofundados.

Um dos participantes também aborda a questão familiar como elemento que influencia na presença e continuidade de indígenas no ambiente acadêmico.

E aí com o tempo, eu não sei, mas eu sempre tive uma percepção maior eu acho que porque ocupava sempre esses dois espaços, tanta questão da Aldeia quando tá fora da Aldeia, então conseguia ter essa visão de um todo assim, agora os parentes que vinham realmente só da Aldeia e chegavam na cidade e se deparavam com as dificuldades da cidade, esses sofreram mais. E tinham os que vinha de Fora para estudar né, mesmo que morasse na cidade vinha aqui para Cidade, passava dificuldades sentir saudade da família, não entendia as matérias, depois de um tempo desanimava do curso (Participante 5)

Um fator que eu acho que foi fundamental para mim é que eu sempre tive família. Sempre tive pai e mãe muito presente, e aí você se fortalece né? Então assim, grande parte desses meninos que eu vejo hoje, crescem sem pai e mãe. Na verdade eu digo pai e mãe como a minha referência né, mas se ele tem uma avó, uma irmã, alguém que você pode ter como referência para você, porque quando você perde sua referência, é muito estranho estar no mundo, fica muito solto, a liberdade é muito boa, mas você fica muito solto, não entende para onde vai, parece que ninguém se importa com você, se acontecer alguma coisa ruim não altera nada nos seus dias, ninguém se importa e isso implica muito. Eu vejo na vida desse adolescentes, muitos começam adolescente e jovens, quando vão para a faculdade, começam que nem todos: concluir o ensino médio, então precisa ajudar a família, precisa trabalhar, e aí eles vão trabalhar de diarista na cidade, na construção civil ou sai daqui em turmas e vão trabalhar em Santa Catarina na colheita da maçã, que é que tem bastante mão de obra né, e são assim, são poucos que ainda conseguem uma autonomia, são mais os que tem família, a gente vê assim, sabe? Como que a família é importante né, na vida da pessoa, e é uma delícia assim fazer, eu era técnico de referência de um grupo que chamava "história de nós" no CRAS, hoje eu não estou mais no CRAS. E aí lá no CRAS tinha o grupo, era um grupo que reunia 30 jovens e 30 anciãos. Então havia desde rezadeiras, e aí eles trocavam muita experiência e eu percebia, em atendimento individualizado, quando se instaura um conflito, conflito de família indígena, a ponto de se agredirem fisicamente mesmo, como que a gente resolvia. As pessoas entravam numa sala, sentavam e aí chamavam como referência um idoso e uma idosa das mesmas, das mesmas famílias. Então você tinha quatro idosos, dois da família A, dois da família B e esse idosos, eles passavam a contar na língua para os meninos, nos grupos, como que eles viviam antes, eles trocavam, um tinha a mandioca, o outro tinha batata, eles trocavam, trocavam uma erva, conviviam, brincavam, trocavam frutas e não tinha esse conflito, não eram violentos, não foram violentos. E aí essa geração vai crescendo assim violenta. Então como que quando esses anciãos, quando eles

participam desse processo de transformação da política do CRAS, como que ela impacta a vida, porque aí você entende que só é um grupo porque se identifica. Então você falando na língua, é um ancião que você conhece na aldeia, é alguém que você sabe que tem um tempo de vida, tem uma experiência, que já passou por várias situações de reza, já é uma referência, então eles voltam com muitas mudanças quando se tem um caso de conflito, então eu acho que vale muito a pena quando a gente se apega às práticas tradicionais de resolução, porque assim, as práticas da cidade não dão conta às vezes nem dos problemas de lá, né? E aí você quer trazer eles para cá, ainda acho que vale muito a pena querer romper com isso (Participante 4).

Se faz interessante perceber como o participante relaciona a evasão escolar da educação superior com a resolução de conflitos através de práticas tradicionais, como, no caso, a conversa com anciãos e encerra a ideia com a potente afirmação “As práticas da cidade não dão conta às vezes nem dos problemas de lá, né? E aí você quer trazer pra cá”. Essa alegação permite refletir sobre como, possivelmente, a resolução ou o enfrentamento de barreiras relacionadas à Questão Indígena não estejam entre os métodos ocidentais e colonizados a que estamos habituados a encontrar em nossas sociedades, mas sim nos saberes e costumes tradicionais, que foram ameaçados e suprimidos ao longo da história.

3.8 OUTRAS CONSIDERAÇÕES INDICADAS PELAS (OS) INFORMANTES

Para finalizar a entrevista com os participantes, eles foram questionados da seguinte maneira: “Gostaria de registrar alguma outra informação que não foi tratada nas questões anteriores?”. Nesse ponto, os participantes poderiam complementar seus discursos com informações, alegações ou histórias que não foram abordadas pelos outros questionamentos da entrevista. O objetivo era que eles abordassem fatores que julgassem importantes na relação do Serviço Social e a Questão indígena.

A nossa profissão, ela é super importante. Quero dizer que a gente tem que se cuidar sim, hoje eu vejo mais ainda o quanto essa questão da saúde mental é fundamental para a gente estar bem também, seja na questão espiritual, emocional, física, porque ela conta em tudo e o quanto que é importante também é a gente ter essas relações aí de trocas né. Eu acho super importante porque quando a gente também começou a ter os encontros de acadêmicos indígenas a gente conseguia juntar indígena de várias aldeias, nossa era muito legal assim, porque você conhece a realidade do outro e nisso também eu fiz várias amizades de fora, de outras aldeias onde depois eu pude visitar, onde as pessoas também puderam vir para cá, então foi super legal acho que a troca, ela tem que ter sempre, que desde a universidade, desde questão da nossa atuação também é super importante a gente tá conhecendo realidade, a gente tem que estar avançando nesse espaço, é importante e a gente tem que buscar agregar isso sim, junto com esses que seja nas universidades, que seja as associações do território, é

importante eles saberem dessas situações e que existe esses profissionais e que também essas organizações ou esses conselhos aí que nos representam, que eles também podem estar procurando esses profissionais para também prestar serviço para eles, então acredito que a própria articulação cria uma forma de que são bem ofertar os trabalhos dos profissionais que estão ali dentro também é (Participante 4).

Apesar de toda a dificuldade de formação, tenho visto com bons olhos a formação de vários Assistentes Sociais Indígenas, porque isso tem contribuído com materiais e pesquisas sobre a questão e tem mostrado o quanto é importante o papel dos Assistentes Sociais nos territórios indígenas (Participante 3).

A questão indígena ela é uma questão muito viva. E essa praxe que a gente tem da ação transformadora, ela precisa estar viva como uma chama dentro de nós. Tem aqui um antropólogo que chama o Professor Levi, ele não é UFGD e ele escreve uma tese sobre a importância de você ter a fogueira nas relações humanas, manter acesa fogueira, você manter a brasa, você manter a lenha próximo, sabe? Então como que isso, como que isso é importante assim para nós como profissionais, seres humanos, e na questão indígena, nós tínhamos, como eu disse, famílias que se auto sustentavam e elas foram transformadas, E ficaram reféns do álcool, ficaram reféns de outros tipos de drogas e aí hoje elas são culpabilizadas pelas condições que vivem, são tidos como bêbados, como preguiçosos, que não gosta de trabalhar, que fica esperando ajuda do governo, isso é o que a gente Escuta aqui: “mas pô, ele tem tudo isso, eles têm tudo mas não querem não fazem, não, querem só beber” então entender essa realidade indígena dentro da nossa profissão, é fundamental e às vezes eu digo: nem só tá dentro porque pra a gente enxergar uma situação, além de estar dentro, Às vezes tem momentos que é importante se afastar, pra você chegar ao todo para entender como está funcionando, e eu acho que nós temos muito isso. Tem profissionais indígenas, profissionais não indígena e nós estamos perdendo muito do tempo, passa muito rápido e eles não estão conseguindo fazer um fórum, fazer um encontro, temos tudo para fazer e nós podemos avançar isso, criar grupo, poder dizer que nós estamos vivos enquanto categoria e nós sonhando com o mundo melhor para todos, querendo apenas dignidade, que todos têm uma casa para morar, que todos tenham uma alimentação digna, que as crianças cresçam com uma referência de família, que os jovens antes de experimentar o álcool tenham outras opções, que ele possa conhecer outras coisas e decidir sobre o que fazer, tá sempre atenta as nossas liberdades, Nossas escolhas, sem perder de vista também que a nossa profissão ela é uma profissão transformadora né, E nós precisamos não deixar essa semente abafada dentro de nós, sabe? porque a Cabeça Ela precisa pensar a partir de onde estão os pés, e o nosso pé tem que estar na terra, tem que estar nas questões sociais, tem que estar na retomada, nos gabinetes, mas olhando diferenciado, sabendo que lá tem uma população que tá esperando, que precisa ser alcançada e a gente fazer assim, é direito? é direito! Precisa fazer essas pessoas serem um canal, o CRASS vive de porta aberta, a gente só precisa fazer um canal embaixo de uma árvore e nunca perder a esperança (Participante 4).

Ao realizar uma análise final acerca dos depoimentos colhidos com os cinco participantes das entrevistas, é possível observar um enorme número de informações acerca da temática indígena no Serviço Social. Os participantes, habitantes de regiões diversas do país, pertencentes a diferentes etnias e formados em diferentes institutos de ensino dividem suas opiniões, conhecimentos e vivências, levantando diversos pontos importantes para a análise do debate da temática. Se faz interessante observar, que mesmo com suas diferenças e particularidades, os discursos e vivências relatados muitas vezes se encontram e se assemelham,

demonstrando que algumas das mazelas vivenciadas por essa população se repetem em diferentes espaços.

Os participantes evidenciam a importância da discussão da Questão indígena pelo Serviço Social, observando que a Questão Social é diversamente atravessada pela questão indígena brasileira e relatam o quanto a categoria ainda engatinha nesse âmbito. Os relatos abordam a formação profissional, que apresenta conteúdos e oportunidades escassas de discussão do tema e tratam também da atuação profissional, evidenciando que os indígenas ocupam diversos espaços na sociedade brasileira, podendo ser objeto de ação do serviço social a qualquer momento, independente deste estar dentro ou não de um território indígena, fato que evidencia a importância da preparação, do contato com a matéria e da formação continuada da categoria.

Nessa perspectiva, os entrevistados evidenciam as poucas ações e produções da categoria profissional acerca do assunto, seja por parte dos profissionais e estudantes, como das próprias entidades representativas. Os relatos coletados apenas confirmam os dados apresentados no capítulo anterior: a produção de conteúdo acerca da temática dos povos originários no serviço social é relativamente escassa. Geralmente encaixada dentro dos espaços de discussões étnico-raciais, a temática indígena nunca se evidencia diante da temática negra (que também apresenta extrema importância). Os participantes relatam a dificuldade de achar artigos científicos em seus processos formativos ou até mesmo materiais informativos ou espaços de formação que subsidiem sua ação profissional. Contudo, a produção de conteúdo começa a se expandir nos últimos tempos, com a expansão das informações acerca das violências sofridas por essa categoria e com o fortalecimento do movimento indígena.

Nesses novos espaços que vêm se abrindo para a discussão da questão, os profissionais indígenas passam a ser cotados e convidados para fazer falas e compor eventos, mas essa participação é questionada pelos entrevistados. Um deles evidencia que só são procurados em datas específicas, como o Dia dos Povos Indígenas no Brasil, outro relata se sentir exausto e sozinho, por ser sempre buscado pelas entidades da categoria nesse momento. Outro apontamento importante traz a reflexão do espaço reservado para os profissionais indígenas nesses momentos. O participante relata que é sempre procurado para palestrar ou participar de eventos pontuais, mas nunca é aceito em processos seletivos efetivos, para compor de forma permanente o local de Professor(a) no Espaço Universitário, mesmo tendo a formação necessária e grande número de publicações. Também divide sua angústia em ter suas falas

questionadas e contraditas nesses espaços, além de sugestões de que não seria capaz de sustentar um “debate profundo”, ocupando apenas um papel caricato, como personagem, para preencher a lacuna da representatividade indígena, mas não como componente capaz de se impor, construir e colaborar com ideias, metodologias e abordagens. Diante desse contexto, se apresenta a discussão sobre como deve ser feita a inserção da pauta indígena no espaço universitário e como os conhecimentos tradicionais deveriam ser inseridos, considerados e analisados dentro do ambiente acadêmico, sem que sejam descaracterizados. Longe de chegar a uma resposta definitiva, foram levantados questionamentos acerca dessa problemática.

Interessa observar como esse ciclo se rompe no momento em que os profissionais indígenas assumem o espaço, como gestores, organizadores ou parte das equipes. Ao relatar suas experiências ocupando o lugar de professor substituto no Ensino Superior, um dos participantes conta sobre suas ações que permitiram a interação dos indígenas com o espaço Universitário e dos estudantes com terras indígenas e quilombolas, fato que evidencia que a presença indígena, não apenas na educação, mas também em várias áreas de atuação do serviço social, proporciona a integração e o acesso de mais indígenas a esses ambientes.

Essa inclusão de profissionais indígenas é uma estratégia primordial para a categoria avançar nesse aspecto, até mesmo porque, segundo os relatos, os profissionais da categoria não estão preparados para atuar com a Questão Indígena. Segundo os participantes, além de profissionais não capacitados, existem profissionais racistas e preconceituosos, que se utilizam de julgamentos e senso comum como mediadores de suas ações. Para intervir nessa problemática, os entrevistados sugerem a inclusão e fortalecimento da abordagem da temática na formação profissional, uma educação continuada que possibilite a constante atualização de profissionais já em atividade, cursos formativos promovidos pelas entidades representativas da categoria e a já citada presença indígena em posições de relevância em diversos espaços ocupacionais e formativos.

Em relação à formação acadêmica em Serviço Social, as experiências compartilhadas pelos participantes da pesquisa entram em unanimidade quando estes relatam que não tiveram contato com a temática dos povos originários dentre as aulas e conteúdos na graduação, o máximo que ocorre é uma aproximação rápida e superficial em momentos específicos e em matérias determinadas, muitas vezes até mesmo por iniciativa dos próprios alunos, que escolhem a temática para algum trabalho ou evento. De fato, a formação acadêmica em Serviço Social ainda tem muito a avançar para colaborar com a formação de profissionais competentes, preparados e compromissados com a atuação em defesa dos direitos dos povos indígenas no

Brasil, de forma a compreender as diferenças de cada grupo e as particularidades nos diversos modos de compreender e executar a saúde, a educação, a assistência e etc. Ainda sobre a formação profissional, os participantes relatam suas dificuldades durante esse processo. Apesar da política de cotas e de outras ações afirmativas que buscam a inclusão de indígenas na educação, eles ainda representam uma parcela pequena dos estudantes universitários e encaram, durante a jornada acadêmica, diversas dificuldades, tanto relacionadas às questões financeiras, de moradia, alimentação, transporte e lazer, mas também o preconceito, a falta de apoio familiar, a sensação de não pertencimento e até mesmo as dificuldades em acompanhar o conteúdo, devido a lacunas deixadas pela frágil educação escolar em muitos momentos ofertadas a essa categoria.

Evidentemente, as entidades representativas do Serviço Social ocupam uma função essencial nessa luta para a concretização do acesso ao debate da questão indígena em todos os momentos e para todos os profissionais, formados e em processo de formação, porém, segundo os relatos dados pelos participantes, isso não vem ocorrendo, já que as manifestações são escassas e se concentram em períodos específicos, muitas das vezes repetindo e se aproveitando de conteúdos já anteriormente divulgados, como foi possível acompanhar através das análises das publicações feitas por essas entidades. Os entrevistados sugerem que os órgãos da categoria deveriam ser mais ousados, abordar mais a questão indígena, de maneira mais frequente e aprofundada, convidando profissionais indígenas para compor esses espaços e oferecendo materiais, formações e capacitações que possibilitem maior acesso ao debate da temática. Relatam também que a profissão deveria se manifestar em casos de ataques, violências e ameaças aos direitos indígenas, já que o posicionamento oficial nesses casos pode vir a colaborar muito com o movimento de resistência. Contudo, os participantes defendem que é possível observar um avanço nessa perspectiva em relação aos últimos tempos, ainda que não seja o suficiente em relação a demanda e a importância da pauta.

Nessa perspectiva, a Articulação Brasileira de Serviço Social e Povos Indígenas representa uma possibilidade de ampliação dos espaços de discussão do assunto dentro da categoria. O grupo, ainda em processo de organização, tem potencial para atuar junto com as entidades representativas no movimento de aproximação dos profissionais de Serviço Social com a questão indígena, sempre em direção a defesa dos direitos dos povos originários no Brasil.

Por fim, evidencia-se a importância da participação dos cinco representantes

entrevistados neste estudo. Através de seu duplo pertencimento, os participantes puderam opinar e contribuir tanto pela sua perspectiva como profissional do Serviço Social, quanto pela sua perspectiva enquanto pessoa indígena. Os papéis, em alguns momentos unidos, em alguns momentos distantes, colaboraram para a profundidade dos assuntos abordados durante esse capítulo. As manifestações compartilhadas pelos colaboradores refletem não apenas suas histórias, crenças e perspectivas individuais, mas dizem também sobre um coletivo de povos indígenas brasileiros que clamam, lutam e batalham todos os dias pelo seu direito de existir, pertencer e viver de acordo com suas epistemologias e cosmovisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social enquanto categoria comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a luta das classes historicamente subalternizadas, deve, inegavelmente, se debruçar de maneira mais significativa sob a problemática indígena. Esse estudo, teve como objetivo observar em que momento essa discussão se localizava na categoria profissional e identificar suas potencialidades e obstáculos, afim de amadurecer a discussão sobre temática dentre as (os) Assistentes Sociais.

A questão indígena se relaciona com o Serviço Social não somente como uma faceta da questão social atual, mas também como uma das bases fundantes do processo capitalista brasileiro e mundial. O território que hoje se conhece como Brasil, integrou as bases capitalistas através do processo de colonização, responsável por dizimar e escravizar milhares de grupos e indivíduos indígenas. Nesse processo a mão de obra indígena foi usada de forma forçada no próprio processo de expropriação das riquezas nacionais, riquezas essas que subsidiaram a construção das primeiras indústrias europeias.

O Brasil então se insere no cenário internacional da economia, como produtor e exportador de matérias primas e, a partir do processo imperialista, o valor aqui gerado é transferido ao núcleo central da economia mundial. Nesse contexto, a terra e a sua posse, são extremamente valiosas e desejadas quando se trata de lucro. O agronegócio, como um braço capitalista em termos da produção agrícola, cresce a cada dia mais como força política e econômica e, a partir disso, crescem as ameaças aos povos indígenas e seus territórios.

Ora, se os indígenas necessitam de seu território para reproduzir sua vida, sua cosmovisão e sua cultura e a exploração de terras significa lucro às grandes burguesias nacionais e internacionais, se torna evidente que os povos originários serão colocados em posição de ataques, vistos como inimigos de desenvolvimento, um entrave para expansão capitalista.

Diante dessa realidade, os povos indígenas vêm sendo atacados durante toda a cronologia nacional. No período que corresponde à ditadura cívico militar brasileira, foram eles torturados, mortos e jogados em cadeias próprias para essa categoria. Submetidos a treinamento militar, foi Criada a Guarda Rural Indígena (GRIN), órgão que responsabilizava indígenas pelo castigo e tortura de outros indígenas. Tendo suas existências apagadas, sendo expulsos de suas

terras e sendo submetidos a situações extremas de violência, esse foi só mais um período de abuso da história indígena no Brasil.

Com a abertura democrática e a promulgação da constituição cidadã, em 1988, os indígenas se apresentam como protagonistas de suas lutas e, com a potência de seus movimentos organizados conquistam a garantia de ter acesso a direitos sociais.

Ainda assim, as ameaças e ofensivas não param. Um exemplo atual, é a situação de vulnerabilidade total a que foram submetidos durante o Governo de Jair Bolsonaro, que desde sua campanha eleitoral, afirma que não demarcaria nenhum centímetro de terra indígena, promessa essa que foi integralmente cumprida. O governo Bolsonaro quebra a tendência que vinha sendo executada pelos representantes nacionais anteriores de ignorar e marginalizar a questão indígena e colocá-la sob a luz, mas negativamente, de maneira a, metaforicamente, desenhar um alvo em suas cabeças. Nos quatro anos de seu governo, houve enorme expansão de invasões e ataques de madeireiros, pescadores, grileiros e garimpeiros ilegais em terras indígenas, além disso, sua omissão em relação a essa população, causou casos gravíssimos de subnutrição entre o povo Yanomami, colocou as comunidades indígenas como alvos do vírus da Covid-19, dentre outras consequências nefastas.

Diante desse contexto, o movimento indígena, que sempre apresentou resistência em situações de ataques e vulnerabilidade, se fortalece e luta contra as tendências genocidas que tentam contra seus territórios, suas culturas, suas cosmovisões e suas vidas. Resultado disso pode ser visto com o significativo número de indígenas eleitos democraticamente para cargos políticos e a criação do Ministério dos Povos Indígenas, sob o comando da representante Sônia Guajajara.

Esse panorama possibilita enxergar de forma evidente e inquestionável a necessidade de que a temática seja mais amplamente abordada e discutida no âmbito do Serviço Social, já que ainda são poucos os materiais e espaços de discussões que abarcam a temática dentro dos Assistentes Sociais.

Ao levantar e analisar as publicações feitas pelos órgãos representativos da categoria acerca da questão em foco, foi possível perceber a sua escassez. Como apresentado durante o segundo capítulo deste estudo, as publicações são poucas e geralmente se concentram em datas específicas, como o dia dos povos indígenas no Brasil e, na maioria das vezes, apresentam conteúdo genérico, com textos curtos afirmando a necessidade de lutar pela defesa dos direitos indígenas, mas sem apresentar possibilidades de intervenção e sugestões de ação para a categoria. Entre as publicações em eventos, feitas por profissionais ou estudantes do Serviço

Social, o cenário não é muito diferente. Além de serem reduzidas, as publicações sobre a temática dos povos originários são feitas, em grande parte, por um mesmo grupo de pessoas, o que demonstra que existem pesquisadores comprometidos com o desenvolvimento dessa discussão, ainda que poucos.

Diante desse cenário, a Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas se apresenta como alternativa. Reunindo profissionais e estudantes indígenas ou que estejam de alguma maneira relacionados com essa temática, o coletivo, ainda em estruturação, apresenta, sob a ótica da autora, potencial para colaborar com o processo formativo dos profissionais, afim de colaborar com o amadurecimento da discussão na categoria.

Além da autora, os participantes da pesquisa aplicada nesse estudo também enxergam potencial na Articulação, enxergando-a como um avanço para a temática indígena no Serviço Social. Além disso, os participantes também abordam a importância da temática dentro da categoria profissional e sua formação acadêmica, dividindo relatos sobre as dificuldades encontradas em seus processos formativos e em suas atuações profissionais. A discussão acerca da inclusão da temática indígena na formação acadêmica do Serviço Social, assim como a inserção de saberes e conhecimentos tradicionais, são temáticas complexas e extensas, que precisariam ser abordadas de maneira mais cautelosa e dedicada, não podendo ser amplamente contempladas nesse presente estudo.

A partir dos relatos dos entrevistados, foi possível perceber que os informantes relacionam muito as dificuldades enfrentadas pelas comunidades e indivíduos indígenas com questões identitárias, de preconceito, ou de falta de políticas públicas, o que está correto. Porém, se faz necessário notar, que todos esses fatores se relacionam com as condições apresentadas pelo sistema vigente, um sistema que só pode existir a partir da exploração de classes subalternas e é com a reprodução da violência e da vulnerabilidade que ele se fortalece e se amplia.

É inegável a relação entre as garras capitalistas e a violência sofrida pelos povos indígenas, da mesma maneira em que é impossível garantir a completa garantia de direitos a essa população enquanto esse for o sistema vigente. Assim, se faz necessário articular a luta dos povos indígenas com a luta anticapitalista.

Esse estudo também despertou pontos importantes a serem abordados e mais amplamente amadurecidos e aprofundados em pesquisas futuras: a) a discussão sobre a inclusão dos saberes tradicionais dentro da academia e como essa inserção seria feita de forma a

considerar todas as suas dimensões e cosmovisões inseridas nas determinações e padrões acadêmicos estabelecidos no modelo de universidade capitalista vivenciado atualmente; b) o aprofundamento da análise das publicações acerca da temática indígenas feitas pelos profissionais, estudantes e as categorias representativas do Serviço Social, de forma a analisar seus conteúdos, na busca de compreender quais são os subtemas mais abordados na área, além de refletir acerca de potencialidades e desafios, assim como buscar compreender o motivo que leva algumas regiões a terem mais ou menos conteúdo sobre a temática do que outras; c) a discussão da temática indígena na América Latina e no Serviço Social, quais são suas diferenças e similaridades com o caso brasileiro e como a pauta é inserida no processo de formação e atuação profissional em diferentes países da América Latina.

Em termos gerais, esse estudo apresentou um panorama geral sobre a atual condição da discussão indígena no serviço social, colaborando com o amadurecimento e desenvolvimento da temática na categoria.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **O Serviço Social, a questão agrária e ambiental, e as lutas camponesas e dos povos indígenas**: “Abril Vermelho e Indígena” fortalece a luta camponesa e dos povos originários no Brasil e promove reflexão sobre a necessidade destes temas na formação de assistentes sociais. 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbrabrilvermelhoeindigena1-443>. Acesso em 05/09/2023.

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

AMARAL, Wagner Roberto; BILAR, Jenifer Araujo Barroso. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, 2020, p. 180-195. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/34470>. Acesso em 05/09/2023.

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARAÚJO, Vanessa Rodrigues de. O resgate da memória familiar indígena: um estudo sobre o direito humano de saber quem se é. **Dissertação** (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA SERVIÇO SOCIAL E POVOS INDÍGENAS. **Serviço Social e povos indígenas: aproximações e desafios no tempo presente**. 2022 <https://drive.google.com/file/d/133RFi723MFI5MgM-18fZHcKhzc4Qr3l6/view>

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Trabalho Social com Famílias indígenas na Proteção Social Básica**. Brasília, DF: 2017.

CFESS. **Serviço Social apoia os povos indígenas e diz não ao Marco Temporal!**. 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2010>. Acesso em 05/09/2023.

CFESS. **Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, 7 de fevereiro- Uma das mais afetadas pela pandemia, a população é também usuária do Serviço Social**. 2021. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1966#:~:text=CFESS%20%2D%20Conselho%20Federal%20de%20Servi%C3%A7o%20Social&text=Neste%207%20de%20fevereiro%2C%20Dia,Yanomami%20\(AM%2DRR\)](http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1966#:~:text=CFESS%20%2D%20Conselho%20Federal%20de%20Servi%C3%A7o%20Social&text=Neste%207%20de%20fevereiro%2C%20Dia,Yanomami%20(AM%2DRR)). Acesso em 05/09/2023.

CFESS. **Questão indígena também é assunto para assistente social**. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1739>. Acesso em 05/09/2023.

CFESS. **Relatório nacional CFESS/CRESS**. 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio-44-nacional-cfess-cress.pdf>. Acesso em 05/09/2023.

CFESS. CFESS manifesta. **Por uma saúde que respeite a cultura indígena**. CFESS. Brasília, 2013.

CFESS. CFESS manifesta. **Dia da luta Indígena: Questão Indígena e Serviço Social**. Brasília, 19 de abril de 2012.

CFESS. CFESS manifesta. **Por uma Saúde Pública que respeite a cultura e especificidade indígena e contra a privatização da Saúde Indígena:** Questão Indígena e Serviço Social. Brasília, 19 de abril de 2012.

CFESS. **Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente.** 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/DiaAS2021/index.html>. Acesso em 05/09/2023.

CIM. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil,** Relatório dados de 2022. Brasília: CIMI – Conselho Indigenista Missionário, 2023.

CIM. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil:** Relatório dados de 2021. Brasília: CIMI – Conselho Indigenista Missionário, 2022.

CIM. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil:** Relatório dados de 2020. Brasília: CIMI – Conselho Indigenista Missionário, 2021.

CIM.**Inédito:** APIB denuncia Bolsonaro, em Haia, por genocídio indígena, 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/08/inedito-apib-denuncia-bolsonaro-em-haia-por-genocidio-indigena/>. Acesso em 05/09/2023.

CIM. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil:** Relatório dados de 2019. Brasília: CIMI – Conselho Indigenista Missionário, 2020.

CORNE, J. de S.; DA SILVA, J. F. S. Questão Indígena e Ditadura Cívico-Militar (1964-1985) no Brasil. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 381–400, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/46337>. Acesso em 05/09/2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras. 1992.

ENESSO. **O Movimento Estudantil de Serviço Social na defesa dos povos originários!** 2023. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/author/enessooficial/>. Acesso em 05/09/2023.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica.3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. MACIEL, Mariana Martins. As políticas indigenistas e as lutas sociais indígenas: manifestações da questão social. **Temporalis**, p. 70–86, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/28307>. Acesso em 05/09/2023.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In Boschetti, Ivanete (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo.** São Paulo, Cortez Editora, 2018.

KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. 1ªed. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2015.

LACERDA, Rosana. **Povos Indígenas, Direitos Humanos e Governo FHC.** 2004. Disponível em: <https://cimi.org.br/2004/09/22174/>. Acesso em 05/09/2023.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.)

LUCIANO, Gersem J. dos S.; AMARAL, Wagner R. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. **Integración y Conocimiento**:Córdoba, v.2, n.10, p.13-37, 2021. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/34069>. Acesso em 05/09/2023.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção de capital. Tradução Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital – Livro I**: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2008a.

MARX, Karl. **O Capital – Livro II**: O processo de circulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: Avante!, 1975.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIVEIRA, Antônio Eduardo Cerqueira. BUZATTO, Cléber César. Em contraponto ao retorno à era das trevas, a esperança na teimosia e resistência indígena In: **Relatório de violências contra povos indígenas no Brasil- Dados 2019**. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em 05/09/2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Aldeamentos de Salvador no século XVI. Um primeiro esboço. **Revista Eletrônica Orbis**, Salvador - Bahia, v. 2, 2000. p. 14.

PRADO, Caio. **História econômica do Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo, 2012

PEREIRA, Gilza Ferreira de Souza Felipe. AMARAL, Wagner Roberto do Amaral. The experience of being at the university from the perspective of an indigenous postgraduate student. **Education Policy Analysis Archives**, v. 158. 2020. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/479>. Acesso em 05/09/2023.

RANGEL, Lúcia Helena. LIEBOTT, Roberto Antonio. Bolsonaro estruturou um governo de depredadores e destruidores de vidas. In: **Relatório de violências contra povos indígenas no Brasil- Dados 2019**. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em 05/09/2023.

REIS, Max. A questão das terras indígenas e os governos brasileiros do século XXI. **Revista de estudos anarquistas e Decolônias**- UFRJ. Vol. 01, n 01. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RISSO, Luciene Cristina. CARVALHO, Clerisnaldo Rodrigues. A exibição de antipolíticas indígenas e ambientais orquestrada pelo governo brasileiro de Bolsonaro. **Journal of Latin American Geography**, 174-182. 2022. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/866471>. Acesso em 05/09/2023.

SANTOS, Theotônio dos. Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano. **Prensa Latinoamericana**, Santiago, 1972.

SENADO NOTÍCIAS. **MP volta a transferir demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura**. Brasília- DF. 19 de junho de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/19/mp-volta-a-transferir-demarcacao-de-terras-indigenas-para-o-ministerio-da-agricultura>. Acesso em 05/09/2023.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018

XAVIER, G. L. Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro. **Argumentum**, p.147–160. 2017.

APÊNDICE

Caracterização dos sujeitos da pesquisa e roteiro de entrevista

CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Nome:	
Etnia:	
Reside em Terra Indígena?: () Não () Sim Nome:	
Município :	Estado:
Idade:	Gênero:
Instituição de ensino onde se formou:	
Ano em que se formou:	
Atua como Assistente Social: () Sim () Não Onde?:	

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Para você, o que é ser Assistente Social Indígena?
- 2- Você acredita que é importante para o Serviço Social conhecer e estudar a temática indígena? Por que?
- 3- Analisando as discussões e as produções de conteúdos teóricos na área do Serviço Social, você acredita que a categoria tem se dedicado ao estudo da temática indígena?
- 4- Você considera que os profissionais do Serviço Social estejam preparados para atuar com as causas, populações e demandas indígenas?
- 5- Durante a sua formação profissional na graduação em Serviço Social, você teve, entre os conteúdos do curso, acesso ao debate da Questão Indígena? Se sim, como foi?
- 6- Você acredita que os órgãos representativos da categoria (conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS) estejam empenhados em discutir a Questão Indígena? Em sua opinião, qual seria o papel dessas entidades em relação a Questão Indígena?
- 7- Você observa avanço na discussão sobre a temática Indígena no Serviço Social nos últimos tempos?
- 8- Na sua opinião, quais providências poderiam ser tomadas pela categoria para avançar no debate sobre a Questão Indígena?

ANEXOS

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Serviço Social e Questão Indígena

Pesquisador: JULIA DE SOUZA CORNE

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 54738021.9.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.448.242

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, notadamente sobre como se dará a pesquisa de campo, estão presentes.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram bem considerados, em consonância com o disposto na Resolução CNS 510 de abril de 2016. Também foram apresentadas formas evitá-los e/ou para diminuir seus impactos. Os benefícios também foram suficientemente conjecturados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem fundamentada, a presente é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os participantes da pesquisa, ao todo 05 indivíduos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram corretamente preenchidos e inseridos, a saber: Informações Básicas do Projeto, Folha de Rosto, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, arquivo com o projeto original completo, questionário semiestruturado de perguntas a serem feitas aos participantes da pesquisa.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 5.448.242

Recomendações:

Não há recomendações a serem feitas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de pesquisa. Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1865089.pdf	17/05/2022 17:56:20		Aceito
Outros	roteiro_entrevista.pdf	17/05/2022 17:56:04	JULIA DE SOUZA CORNE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_ASSINADO_JULIA_CORNE.pdf	17/05/2022 17:54:49	JULIA DE SOUZA CORNE	Aceito
Folha de Rosto	FR_JULIACORNE.pdf	17/05/2022 17:52:58	JULIA DE SOUZA CORNE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_QUESTAOINDIGENASERVICO_SOCIAL.pdf	07/12/2021 16:56:04	JULIA DE SOUZA CORNE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 03 de Junho de 2022

Assinado por:
Marcos Alves de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Venho convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada “título”, sob os cuidados da pesquisadora Julia de Souza Come, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Peço que leia esse documento com cuidado e manifeste qualquer dúvida que possa surgir. Se ao final da leitura se considerar esclarecido sobre o estudo e concordar em participar como voluntário, peço que assine ao final desse termo em duas vias, sendo que uma será sua e a outra do pesquisador responsável pelo estudo. Evidencio que você tem todo o direito de não querer participar.

Esse estudo tem por objetivo debater a relação entre o Serviço Social e a temática indígena, na formação e na ação profissional. Entendemos que o Serviço Social, que tem em seus princípios éticos a defesa da liberdade, da justiça social e a articulação com as lutas emancipatórias, deve ter subsídios para debater e atuar com a Questão indígena. Dessa forma, a pesquisa propõe o diálogo com assistentes sociais indígenas, afim de detectar e aprofundar suas perspectivas acerca do nível atual de debate entre a categoria e a temática.

A participação no estudo será feita por meio de entrevista, que acontecerá de forma online, por meio da plataforma digital Google Meet e será agendada com antecedência em data e horário acordado com o participante, de forma a não prejudicar sua rotina. O conteúdo da entrevista será gravado e, posteriormente, transcrito, devolvido ao participante para possíveis correções e só então será utilizado como dado no estudo. Os áudios gravados nas entrevistas serão armazenados por tempo indeterminado, podendo ser usados em novos estudos acadêmicos da pesquisadora. O resultado da pesquisa será aprofundado e publicado, mas as informações conseguidas com esse estudo não permitirão sua identificação, que se manterá anônima, sendo respeitado o sigilo.

Os riscos apresentados por essa pesquisa são mínimos, podendo ser citados como exemplo a exaustão em responder os questionamentos ou o constrangimento. Todos os cuidados serão tomados para que isso não ocorra, mas em caso de qualquer desconforto a entrevista poderá ser pausada ou suspensa. Já os benefícios da participação se referem à colaboração com o debate de uma temática tão importante para a categoria, podendo contribuir com o avanço da discussão na área.

Evidencio que o participante poderá, a qualquer momento, antes ou depois da coleta de dados, retirar sua participação no estudo, por qualquer motivo, sem prejuízo a sua pessoa.

A participação nessa pesquisa será voluntária, sendo assim, o Sr. (Sra.) não receberá nenhuma remuneração e também não terá nenhum gasto.

Para qualquer informação ou dúvida adicional, sinta-se a vontade para contatar a pesquisadora responsável pelo telefone (16)981003223 ou pelo e-mail julia.corne@unesp.br

CONSENTIMENTO PÓS INFORMAÇÃO

Eu, _____, RG nº _____ tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a participação no estudo e, estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a sua participação implica, concordo em dela participar, de forma voluntária e não remunerada e, para tanto eu dou o meu consentimento sem que para isso eu tenha sido forçado ou obrigado.

Cidade, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do participante



Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento



Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas

SERVIÇO SOCIAL E POVOS INDÍGENAS: APROXIMAÇÕES E DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE

14 de julho de 2022

A conjuntura atual, marcada por um amplo e abrangente projeto anti-indígena, é uma das mais graves já enfrentada pelos povos indígenas no Brasil. Projeto que fundamenta-se no racismo colonial plasmado na tentativa de apagamento desses povos e em violências históricas que se reatualizam no etnocídio e genocídio indígena nas diversas regiões do país. Tal situação chama a atenção para a relevância e urgência desse debate, fato que não pode ser lateralizado pelo Serviço Social.

Com vistas a contribuir com essa discussão alicerçada nos fundamentos do Serviço Social, situamos a questão indígena como dimensão central da constituição do Brasil, a ser considerada no projeto de formação e no exercício profissional dos(as) assistentes sociais, bem como, nas lutas e resistências anticapitalistas, propomos este Manifesto.

Muito mais que um alerta, este manifesto é um repúdio da Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas ao projeto anti-indígena em curso no Brasil, ao ataque violento aos direitos indígenas, às violências as quais estes povos são historicamente e cotidianamente submetidos e um chamado para o Serviço Social brasileiro apreender o Brasil indígena, o Brasil que a “história não conta”.

A Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas se constitui como um grupo a partir da interação de participantes do Grupo de Trabalho - Serviço Social, Políticas Sociais e Povos Indígenas no Brasil, no contexto do I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais, ocorrido em 2020. Como desdobramento desse evento, articulou-se uma rede de pesquisadores(as) em Serviço Social, assistentes sociais e apoiadores(as) em âmbito nacional para aprofundar o debate a respeito da temática indígena, bem como da atuação profissional junto aos povos indígenas e da luta e defesa dos direitos voltados aos povos originários.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo grupo citamos: o levantamento e estudo de materiais acerca da temática indígena no Serviço Social, a participação em eventos científicos e a organização e movimentação na tentativa de despertar a discussão sobre a temática junto às entidades representativas da profissão.





O grupo entende que o Serviço Social, como profissão organicamente comprometida com a defesa das classes historicamente subalternizadas, deve se debruçar sobre a discussão da temática indígena, ainda tão pouco abordada pela categoria. Isso significa promover, estimular e apoiar a produção do conhecimento para subsidiar a atuação profissional, enquanto processo de educação permanente, fortalecendo a intervenção nos diversos espaços sócio-ocupacionais, de forma a ouvir, conhecer e respeitar as particularidades da pluralidade étnica e socioambiental de cada povo ou sujeito indígena, independente de estarem em territórios demarcados ou em contexto urbano.

É preciso que encaremos a luta desses povos, como uma luta do Serviço Social e dos(as) assistentes sociais de todo o país. Luta pela demarcação dos territórios indígenas, pela ampliação do acesso às políticas sociais e a garantia da implementação das políticas específicas, como a saúde e educação escolar indígena, pelo fortalecimento das ações afirmativas para ampliar o ingresso e a permanência de indígenas na educação superior pública. Fundamental ainda a construção de estratégias para inserção dos profissionais assistentes sociais indígenas nos espaços sócio-ocupacionais e de representação que a categoria historicamente está inserida.

A Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, ao mesmo tempo num chamado geral a toda categoria profissional e entidades representativas da profissão para considerar a necessária apropriação dessa discussão, busca ampliar as lentes da barbárie capitalista em seu grau mais latente e perverso quando coloca povos indígenas como alvos prioritários do autoritarismo, dos processos de expropriação e da violência privada e de estado. Processos de consequências planetárias, afinal, o futuro dos povos indígenas é também horizonte de nossa humanidade!

Quem são os povos indígenas no Brasil?

À época da invasão do território hoje chamado Brasil viviam mais de cinco milhões de indígenas pertencentes aos troncos linguísticos Jê, Tupi, Aruak e Caraíba, entre outros eram mais de mil povos diferentes. Atualmente, segundo o último Censo IBGE (2010), habitam o território brasileiro aproximadamente 305 etnias falantes de mais de 274 línguas distintas somando 896.917 pessoas, distribuídas em 505 Terras Indígenas e algumas áreas urbanas. Estima-se, em 2020 - de acordo com os dados antecipados na edição especial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em virtude do enfrentamento à Covid-19, um total de 1.108.970 residentes em terras indígenas (IBGE, 2020), distribuídas em 827 municípios brasileiros, somando 5.494 agrupamentos indígenas, em que 4.648 estão dentro das terras indígenas e 846 fora desses territórios. Cada povo tem sua própria organização social, cultura, costume e línguas, a partir dos quais significam e ressignificam a sua existência e resistência ancestral.





São formas muito distintas de apreender, significar e estar no mundo de modo que o termo “indígena” unifica apenas uma coisa: a história de opressão, dominação e genocídio desses povos, de onde brota a identidade comum na luta contra a expropriação capitalista/colonial/racista que avança, até os dias de hoje, sobre os povos que insistem em manter modos de vida distintos do imposto pelo padrão neoliberal de branquitude. “Indígena” é então uma categoria política e não um termo genérico, pois não existe um “índio genérico”, um modo de “ser índio” ou de “cultura indígena” e não ter isso em mente colabora para perpetuar o apagamento que o colonialismo impõe aos povos originários. O silenciamento dos povos indígenas e da sua diversidade imprime na ciência, nos campos do conhecimento, nas políticas sociais um caráter homogeneizador, verticalizado e pouco permeável às especificidades étnicas.

A luta dos povos indígenas pela terra e o acesso às políticas sociais adequadas às particularidades da organização social, modos de vida, costumes e tradições enfrenta uma dura realidade. Conforme levantamento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), realizado em 2018, há aproximadamente 1.290 terras indígenas no Brasil, das quais 408 estão regularizadas, 287 em alguma fase do procedimento de demarcação, 40 em situação de reservas, 21 dominiais, 06 em restrição devido à presença de povos isolados e aproximadamente 528 são reivindicadas pelos povos, sem nenhum reconhecimento por parte do órgão indigenista.

É fato que sempre houve morosidade por parte do Estado em reconhecer e regularizar as Terras Indígenas. Os distintos governos ou se omitiram, ou simplesmente cederam às pressões de setores políticos, econômicos, empresariais e corporações interessados nas terras e riquezas protegidas milenarmente pelos povos indígenas. Do contrário, todas as terras indígenas já estariam demarcadas, conforme estabeleceu a Constituição Federal de 1988, que determinou o período de 5 anos para tal, isto é, até o ano de 1993. Vale dizer que esse foi um prazo estipulado para acelerar a demarcação de terras, não tendo sido cumprido, o Estado brasileiro está atrasado em pelo menos 30 anos (APIB, 2021).

Constituição Federal de 1988 e os Direitos Indígenas: É preciso conhecer, defender e avançar

A Constituição Federal de 1988, por meio das lutas indígenas, permitiu e incentivou a ampla discussão da chamada “questão indígena” pela sociedade civil e pelos próprios povos originários, “num processo de participação crescente nos assuntos de seus interesses” (FUNAI, [s.d.]). Destina um capítulo específico aos povos indígenas, denominado “Dos Índios” (Título VIII, Capítulo VIII, artigos 231 a 232) para tratar dos direitos dos indígenas, enquanto resposta positiva às reivindicações indigenistas, pelo reconhecimento originário sobre suas terras tradicionais, assim como da explicitação do respeito às suas diferenças culturais e linguísticas. Propôs uma relação de igualdade de direitos e de respeito às diferenças culturais e étnicas, reparando o regime intervencionista da Lei 6.001/1973, conhecida como o Estatuto do Índio.





Há o reconhecimento constitucional da capacidade processual das comunidades e das organizações indígenas para a defesa dos próprios interesses e direitos, atribuindo responsabilidade ao Ministério Público (MP) de garanti-los, e intervir em todo e qualquer processo judicial, sob a competência da Justiça Federal.

Em 1989 o Brasil passa a ser signatário da Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, reafirmando todos os direitos garantidos na CF. Posteriormente, o Decreto 5.051/2004, ratificou a Convenção 169 da OIT como uma norma jurídica infraconstitucional brasileira enquanto instrumento fundamental da formulação e implementação de políticas públicas para os povos indígenas.

Em termos jurídicos, a Convenção nº 169 é, “atualmente, o instrumento internacional mais atualizado e abrangente em respeito às condições de vida e trabalho dos indígenas e, sendo um tratado internacional ratificado pelo Estado tem caráter vinculante” (PIB/ISA, 2020). Chamamos atenção também, para os conceitos básicos que norteiam a interpretação das disposições da Convenção, como a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento, na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam.

O Decreto 7.056 de 28 de dezembro de 2009, que trata sobre a proteção e à promoção dos direitos sociais dos povos indígenas se constituiu com base no entendimento de que as políticas sociais devem prever ações indigenistas assegurando: a) o respeito e a promoção das especificidades socioculturais e territoriais; b) o controle social e o protagonismo indígena, de modo que eles sejam capazes de intervir nos espaços institucionais de diálogo entre aspectos para formulação das políticas públicas (FUNAI).

O processo de redemocratização da sociedade brasileira impulsionado pela organização dos movimentos sociais, dentre os quais o indígena, conquista após 1500 anos de invasão do território originário o espaço político no qual os atores ativamente passam a protagonizar seu processo de luta e resistência. A tutela do Estado presente há séculos cai a partir de diferentes espaços políticos ocupados pelo protagonismo indígena, a partir de organizações coletivas, como: federações, associações, conselhos, organizações não governamentais.

Desde então, os avanços ao reconhecimento e a promoção dos direitos sociais dos povos indígenas passa a ser objeto nas políticas sociais com as quais o Serviço Social trabalha cotidianamente. A exemplo disto, Lei Arouca, Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Orgânica da Seguridade Social, Lei da Previdência Social, Leis e Diretrizes Básicas da Educação, Plano Nacional da Educação, Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Assistência Social, entre outras. Embora seja previsto o direito a tais políticas, a equidade, o respeito às diferenças étnicas e a garantia das especificidades culturais expressam desafios impostos pelo racismo estrutural.





Racismo estrutural colonialista que rege a estrutura das relações sociais na sociedade brasileira, o qual insiste em subjugar os povos originários nos mais diversos aspectos, como o não reconhecimento da sua identidade, dos seus territórios, o incitamento a violências, o não respeito às diferenças culturais, a criação de empecilhos burocráticos para acesso aos direitos fundamentais.

Cabe ao Serviço Social, enquanto categoria profissional, refletir a respeito da importância do trabalho profissional em defesa dos direitos sociais dos povos originários do Brasil, pensar estratégias de enfrentamento e combate ao racismo estrutural e suas diversas expressões (ambiental, institucional, individual, entre outras) que os atinge há séculos, bem como refletir sobre a instrumentalidade do Serviço Social no fortalecimento de suas lutas.

Assim, é nas normativas destes dois principais instrumentos jurídicos, a CF de 1988 e a Convenção 169 da OIT, que as políticas indigenistas estão referenciadas, tanto no que se refere, a terra, ao meio ambiente, a saúde, a educação, a assistência social, a previdência social, ao etnodesenvolvimentismo, enfim aos direitos humanos. Importante reconhecer as normativas que compõem a seguridade social brasileira e seus desdobramentos nas legislações em curso.

Serviço Social brasileiro e a Questão Indígena

Nos últimos 40 anos, o Serviço Social brasileiro apresenta uma trajetória histórica marcada, principalmente, pelos avanços na construção de um projeto ético-político profissional pautado na defesa das classes historicamente subalternizadas, bem como no empenho pela eliminação de todas as formas de opressão, exploração e preconceito (CFESS, 2016).

Ainda mais recente, se evidencia a questão indígena como uma pauta fundamental que passa a ser progressivamente debatida no interior da nossa categoria. Mais do que um tema a ser inserido na formação e nas orientações do exercício profissional das(os) assistentes sociais, a questão indígena passa a ser assumida como uma das bandeiras de luta do conjunto da categoria profissional, principalmente no âmbito das nossas entidades representativas.

A questão indígena se revela intimamente articulada e dimensionada à questão étnico-racial, tendo em vista estarem conectadas a ofensivas colonialistas e capitalistas semelhantes, ainda que, para esses povos, a questão territorial seja vital e tenha profunda centralidade nesse processo (AMARAL; BILAR, 2020). Fundamental ainda destacar que a luta dos povos indígenas pós- Constituição Federal Brasileira de 1988 voltou-se não somente para a demarcação de seus territórios originários, como também para a proposição e efetivação de políticas sociais específicas tais como: a saúde indígena, a educação escolar indígena, dentre outras.





Neste contexto, muitas são as demandas que se apresentam no cotidiano da atuação das(os) assistentes sociais na relação direta com as comunidades em contexto urbano e rural, com famílias indígenas, as quais merecem reflexões e orientações que respeitem e considerem as especificidades dos 305 povos indígenas falantes de 274 línguas indígenas distintas no território brasileiro.

Uma dimensão importante nesse processo de visibilidade da questão indígena no âmbito da nossa categoria profissional se revela pela inédita presença e atuação de assistentes sociais indígenas que se apresenta como resultado, em especial, das políticas afirmativas de ingresso e permanência na educação superior pública brasileira, na graduação e na pós-graduação. Os percursos destas(es) profissionais pode revelar dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas que se apresentam balizadas no pertencimento e compromisso com as lutas de seus povos e comunidades.

Um desafio, desta forma, é intensificar a aproximação das entidades representativas do Serviço Social com as organizações e movimentos indígenas, sobretudo, com a Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, para avançarmos na formação e no exercício profissional crítico, com vistas à emancipação política e humana.

Por fim, ao afirmarmos o necessário protagonismo indígena nas lutas e espaços de representação e poder, não significa isentar as diferentes parcelas da sociedade. Pelo contrário, almeja-se, com a maior visibilidade e apreensão da questão indígena no conjunto da categoria profissional, a adesão de aliados(as) que venham também a atuar na construção de uma outra sociedade possível, sem opressão e exploração de qualquer ordem, pautando abertamente os legados coloniais e escravistas que atravessam o presente e continuam a moldar a sociedade brasileira. Esse é o nosso Manifesto ao Serviço Social brasileiro!





Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas

Dra. Elizângela Cardoso de Araújo Silva, Indígena do povo Pankararu, graduada em Serviço Social, mestra (UFRN), doutora em Serviço Social (UFPE). E-mail: elizpankararu@gmail.com.

Ms. Gilza F. Souza. F. Pereira. Indígena do Povo Kaingang. Graduada em Serviço Social (UEL). Mestra em Serviço Social e Política Social (UEL). Doutoranda SS e Política Social (UEL). E-mail: gilza_10@hotmail.com.

Jibran Yopopem Patte, Indígena Laklânô Xokleng, Graduado em Serviço Social pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, UNOCHAPECO. E-mail Jibran@unochapeco.edu.br.

Maria do Socorro Elias Gamenha, Indígena do povo Baniwa, graduada em Serviço Social, mestranda em Antropologia Social (UFAM). Coordenadora da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas-MAKIRA ETA. E-mail: socorroelias30@gmail.com

Ercília da Silva Vieira, Indígena do povo Tikuna. Bacharel em serviço Social pela UNIP, atualmente vice-presidenta da Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes e vice- presidente do Conselho Municipal do Direito da Mulher.

Jaqueline Guimarães Aparício, Indígena do Povo Kokama. Graduada em Serviço Social, Especialista em Saúde Pública/saúde Indígena. E-mail: jaquelineaparicio@esbam.edu.br.

Angélica Domingos, Indígena do Povo Kaingang, Graduada em Serviço Social, mestranda em Política Social e Serviço Social (UFRGS).

Dr. Wagner Roberto do Amaral, Assistente Social, docente e pesquisador do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro da Comissão Universidade para os Índios - CUIA/UEL. E-mail: wramaral2011@hotmail.com.

Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes, Assistente Social, professora do Departamento de Serviço Social e do PPG Política Social e Serviço Social da UFRGS. E-mail: rmariacf@uol.com.br.

Dra. Milena Fernandes Barroso, Assistente Social, docente e pesquisadora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e do Programa de Pós-Graduação em Serviços Social e Sustentabilidade da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: mibarroso@yahoo.com.br

Dra. Cynthia Franceska Cardoso, Assistente Social, docente no curso de graduação em Serviço Social Centro Universitário do Vale do Ribeira – UNIVR – Registro – São Paulo E-mail: thynca@gmail.com.

Bianca Juliana Piazzetta Veiga, Assistente Social, Agente Fiscal no CRESS 9ª Região, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP-USP) - E-mail: bianca_veiga@hotmail.com.

Amanda Rayza Brito dos Prazeres, Assistente Social, Residente em Saúde da Família com Ênfase em Saúde do Campo pela Universidade de Pernambuco (RMSFC-UPE), Integrante das comissões de raça, gênero e sexualidade e território e serviço social no CRESS 4ª Região - E-mail: amandarayzaa@gmail.com.

Ms. Mariana Martins Maciel, geógrafa, mestra em política social e serviço social (UFRGS), professora em escola indígena - E-mail: mari20mmaciell@gmail.com.

David Yuri Souto Ayres - assistente social (UFPE), especialista em saúde da família com ênfase na população do campo, atuando na CASAI Juara - DSEI Kayapo, MT. E-mail: david.yuri@gmail.com.

Julia de Souza Corne. Especialista na área da saúde. Mestranda do programa de Pós graduação em Serviço Social da UNESP. E-mail: Julia.corne@unesp.br

